

Anais

do

VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Perspectivas e Desafios da Psicologia Política no Brasil:
10 anos da Associação Brasileira de Psicologia Política

Ficha Catalográfica

Associação Brasileira de Psicologia Política

Anais do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Perspectivas e Desafios da Psicologia Política no Brasil:
10 anos da Associação Brasileira de Psicologia Política

Trabalhos Completos, Resumos Expandidos e Resumos

São Paulo

2012

É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política

Salvador Antonio Mireles Sandoval

Presidente da Comissão Organizadora do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Alessandro Soares da Silva

Presidente do Comitê Científico do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Marco Antonio Bettine de Almeida

Coordenadora da Comissão Organizadora do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Débora Cidro de Brito

Coordenador do Comitê Científico do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política

Fabio Eduardo Bosso

Produção e informações:

Grupo de Estudos em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo – GEPSIPOLIM

Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Av. Arlindo Bértio, 1000 Ermelino Matarazzo – São Paulo SP

Sala 320B - CEP: 03828-000 – Brasil

e-mail: organizacao6sbpp@gmail.com

Home page: <http://www.each.usp.br/gpsipolim/>

Edição:

Alessandro soares da Silva

Fabio Eduardo Bosso

Felipe Corrêa

Débora Didro de Brito

Ressalva: Os trabalhos e resumos aqui exibidos foram publicados na íntegra e não passaram por revisão, já que os textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA

10 a 13 de agosto de 2011

São Paulo – SP

Realização

Associação Brasileira de Psicologia Política - ABPP

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e Comissão de Cultura e Extensão Universitária da EACH USP

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política - ProMuSPP

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA USP



Apoio

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo

Instituto Ninhos de Gestão de Projetos Educacionais e Sociais



Comitê Científico

Marco Antonio Bettine de Almeida - USP (Brasil)

(Presidente)

Alessandro Soares da Silva – USP (Brasil)

Aluísio Ferreira de Lima – UFC (Brasil)

Andréa Viúde Castanho – USP (Brasil)

Andrea Zanella – UFSC (Brasil)

Betânia Diniz Gonçalves – PUCMINAS (Brasil)

Bruna Suruagy – UNICSUL (Brasil)

Cornelis Johannes van Stralen – UFMG (Brasil)

Cristiano Roque Antunes Barreira – USP (Brasil)

Elio Rodolfo Parisí – UNSL (Argentina)

Elizabeth Franco Cruz – USP (Brasil)

Frederico Machado – UFMG (Brasil)

Giseli Paim Costa – IFES/RS (Brasil)

Hugo Rabbia – UNC (Argentina)

Jaileila de Araújo – UFPE (Brasil)

José Renato Campos de Araújo – USP (Brasil)

Luiz Gonzaga Godoi Trigo – USP (Brasil)

Marcelo Afonso Ribeiro – USP (Brasil)

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare – INPA (Brasil)

Márcia Prezotti – UFES (Brasil)

Marco Aurélio do Máximo Prado – UFMG (Brasil)

Marcos Mesquita – UFAL (Brasil)

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro – PUCMINAS (Brasil)

Maria Eliza Mattosinho Bernardes – USP (Brasil)

Pedro de Oliveira Filho – UFPE (Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval – PUCSP/ UNICAMP (Brasil)

Silvina Alejandra Brussino – UNC (Argentina)

Soraia Ansara – Estácio de Sá (Brasil)

Wellington Zangari – USP (Brasil)

Comissão Organizadora

Alessandro Soares da Silva – USP (Brasil)

Presidente da Comissão Organizadora

Marco Antonio Bettine de Almeida – USP (Brasil)

Presidente do Comitê Científico

Débora Cidro de Brito – USP (Brasil)

Coordenadora Executiva da Comissão Organizadora

Fabio Eduardo Bosso – USP (Brasil)

Coordenador Executivo do Comitê Científico

Andréa Viude – USP (Brasil)

Edilson Henrique Mineiro – USP (Brasil)

Elvira Riba Hernández – USP (Brasil)

Felipe Corrêa Pedro – USP (Brasil)

Maria Aparecida Cunha Malagrino – USP (Brasil)

Semíramis Costa Chicareli – USP (Brasil)

Apresentação

O **VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política - VI SBPP** - teve como tema *Perspectivas e Desafios da Psicologia Política no Brasil: 10 anos da ABPP* e foi celebrado na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo sob os auspícios do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo. Esta é a segunda vez que a Universidade de São Paulo tornou-se anfitriã do encontro. Agradecemos a todas/os/os/as pesquisadoras/es que auxiliaram na organização do evento.

O evento deste ano de 2011 homenageou ao professor Leoncio Camino (UFPb) um dos precursores do campo no Brasil e que merece o reconhecimento de todos nós que trabalhamos para consolidar a Psicologia Política no país. Professor Leôncio Camino além de uma vasta produção em diversos temas do campo, formou muitos das/os pesquisadoras/es que hoje trabalham para a consolidação do campo. Na sessão de abertura, Professor Camino refletiu sobre *A Psicologia Política no Brasil*.

Há que se registrar também nessa abertura dos anais do **VI SBPP** que a organização do evento preparou uma sessão de homenagem a duas grandes brasileiras falecidas em 2010: Heleith Iara Bongiovanni Saffioti e Karin Von Smigay. Professoras e pesquisadoras de alto nível, mulheres comprometidas com a superação das desigualdades que ordenam a realidade marcada pelas violências advindas de uma sociedade patriarcal. Contribuíram imenso para que muitas gerações de pesquisadores e pesquisadoras feministas fossem formadas/os; contribuíram para que a própria psicologia política pudesse cumprir seu papel político na vida social. E cada uma a seu modo. Heleith Saffioti o fez como uma grande interlocutora com muitos de nós pesquisadoras e pesquisadores da Psicologia Política e Karin v. Smigay como uma importante pesquisadora da temática feminista desde o olhar psicopolítico. A elas e a seus familiares deixamos o nosso reconhecimento e admiração mediante as palavras direcionadas a elas pela Professora Eda Terezinha Tassara (USP) e o professor Cornelis Johannes van Stralen (UFMG).

No âmbito das relações internacionais destacamos que este **VI SBPP**, na trilha dos eventos anteriores, foi um importante espaço de intercâmbio com pesquisadores latinoamericanos e ibéricos. De modo especial, destacamos as presenças do Professor Agistinb Espinosa Pezzia (PUCP - Peru); Carlos Sixirei Paredes (UVIGO - Espanha); Elio Rodolfo Parisi (UNSL - Argentina) e Silvina Alejandra Brussino (UNC - Argentina). Além de serem destacados pesquisadores em seus países, eles tem aberto canais de diálogos que se reverberam de muitas maneiras e contribuem para a consolidação do campo psicopolítico na Ibero-latinoamérica. Quem sabe o exempla mais atual dessa contribuição seja a criação da Associação Ibero-Latinoamericana de Psicologia Política, instituição que foi criada em Junho desse ano e que teve uma importante reunião sediada no **VI SBPP** e presidida por sua Secretaria Geral, Professora Silvina Alejandra Brussino.

Os trabalhos apresentados no **VI SBPP** refletem a natureza interdisciplinar da Psicologia Política. Os trabalhos mostram-se como esforços de investigação produzido nas fronteiras do conhecimento e seus autores detentores de formações plurais advindas de campos do conhecimento que vem desde a política passando pelo direito, filosofia e psicologia. No encontro tivemos 122 trabalhos distribuidos em 13 eixos e provenientes de 14 estados e do Distrito Federal. A diversidade representada nos trabalhos desses anais apontam para a pluralidade das posições teórico-epistemológicas, bem como metodológicas. Assim, é com imensa alegria que disponibilizamos à comunidade científica a presente edição dos **Anais do VI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política**.

Boa leitura a todas/os.

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Presidente da Comissão Organizadora do VI SBPP

SUMÁRIO

A. Ações Coletivas e Movimentos Sociais	11
Mesa Redonda	11
Comunicação Coordenada.....	20
Pôster	28
B. Ambiente, Saúde Coletiva e Espaço Público	30
Comunicação Coordenada.....	30
Pôster	39
C. Comportamento Eleitoral e Marketing Político	44
Comunicação Coordenada.....	44
Pôster	45
D. Formações Identitárias, Consciência Política e Cultura Política	46
Mesa Redonda	46
Comunicação Coordenada.....	58
Pôster	62
E. Educação, Juventude e Socialização Política	66
Mesa Redonda	66
Comunicação Coordenada	72
Pôster	82
G. Memória Coletiva, Violência Política e Direitos Humanos	83
Mesa Redonda	83
Comunicação Coordenada.....	88
H. Multiculturalismo e Relações de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual	93

Mesa Redonda	93
Comunicação Coordenada.....	95
Pôster	103
I. Política, Esporte e Lazer	105
Mesa Redonda	105
Comunicação Coordenada.....	110
Pôster	116
J. Gestão, Políticas Públicas e Inclusão Social.....	118
Mesa Redonda	118
Comunicação Coordenada.....	130
Pôster	140
K. Participação Política e Ação Comunitária	143
Mesa Redonda	143
Comunicação Coordenada.....	157
L. Direitos, Cidadania e Democratização.....	166
Comunicação Coordenada.....	166
Pôster	168
M. Religião e Política	169
Mesa Redonda	169
Comunicação Coordenada.....	173
Pôster	175

A. Ações Coletivas e Movimentos Sociais

Mesa Redonda

Código: A1.40

Situação: Concluído

Debates Contemporâneos em Teorias de Movimentos Sociais e Participação Política

Cristiano Rodrigues

Frederico Alves Costa

Rafael Prosdocimi

Ao longo das últimas duas décadas o campo de análise sobre movimentos sociais latino-americanos têm se baseado largamente em dois amplos modelos teóricos: as teorias de cunho identitário, por um lado, e as teorias de caráter mais institucionalista, por outro. Sob a égide do que se convencionou chamar de “teorias dos novos movimentos sociais” os modelos identitários enfatizam o poder transformativo da sociedade civil e o papel primordial das identidades coletivas como força-motriz no processo de luta política. Representadas, sobretudo, pelo modelo de processo político, as teorias de enfoque institucional, por seu turno, tendem a posicionar o estado no centro do debate, enfatizando as condições sociais e políticas que favorecem uma resposta positiva dos atores estatais às demandas vocalizadas pelos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, a pluralização do espaço público passa a ser a marca mais importante das democracias latino-americanas propiciando, assim, a efervescência de um campo teórico que se debruça sobre a participação política e as articulações entre sociedade civil e estado. Sendo assim, teorias de movimentos sociais e teorias de participação política enfocam fenômenos empíricos correlatos, haja vista que muitos movimentos sociais fomentam a ressignificação das práticas e teorias democráticas na contemporaneidade.

Neste sentido, esta mesa-redonda apresenta um objetivo duplo. Por um lado, pretende-se discutir a atualidade e relevância dos paradigmas identitários e institucionalistas para a compreensão de fenômenos político-coletivos na América Latina contemporânea. Por outro, busca-se contribuir para a ampliação das interlocuções teóricas entre o campo de estudo de movimentos sociais e àqueles que se detêm nos processos de democratização e participação política.

Palavras-chave: movimentos sociais; participação política; democracia; espaço público; América Latina.

Um diálogo entre teoria democrática e teoria de movimentos sociais: possibilidades e limites

Cristiano Rodrigues

Desde o início da década de 1980 assiste-se, no Brasil e outros países da América Latina, a um renovado interesse sobre teorias democráticas e processos políticos participativos. No campo da teoria democrática muito tem sido escrito e pesquisado sobre inovações participativas, tais como conselhos e conferências de políticas públicas, que, ao ampliarem a participação dos cidadãos em processos decisórios, propiciam um re-desenho de instituições políticas tradicionais. No campo das teorias de movimentos sociais, por outro lado, um sem número de pesquisas empíricas e proposições teóricas têm procurado explicar o engajamento e participação social de atores da sociedade civil. Ainda que lidando com fenômenos correlatos, teoria democrática e teoria de movimentos sociais têm ambas lançado um olhar enviesado e unilateral sobre o fenômeno da pluralização dos espaços participativos e dos antagonismos políticos na contemporaneidade. Informado pelo caso brasileiro, ao promover um dialógico entre esses diferentes campos teóricos, o presente trabalho visa ir para além das análises unilaterais buscando aprofundar as articulações teóricas entre democracia e atores coletivos da sociedade civil. Neste sentido, discute-se aqui como a inclusão de elementos participativos dentro da democracia representativa tem trazido ganhos inegáveis para determinados grupos sociais (em especial para minorias sociais) ao mesmo tempo em que carrega consigo certos riscos. O argumento central do artigo é o de que movimentos

sociais direcionam suas reivindicações em arenas multi-institucionais e que, portanto, o aumento da participação melhora as instituições políticas tradicionais mas não pode ser reduzido a condição de mera metodologia de re-desenho institucional. Assim, movimentos sociais são elementos (circuitos) externos ao estado e suas instituições e que, exatamente por isso, permitem reconstruir o estado.

Palavras-chave: teoria democrática, teoria de movimentos sociais, instituições políticas.

Movimentos sociais e construção da luta política: estratégia de articulação e estratégia de aliança

Frederico Alves Costa

fredericoalvescosta@gmail.com

Nas últimas décadas vimos emergir no espaço público reivindicações de uma diversidade de sujeitos políticos, a fim de ampliarem os fundamentos democráticos de igualdade e liberdade. Assim, politizaram diferentes hierarquias sociais, expandindo valores democráticos para diferentes âmbitos sociais até então considerados privados, culturais, não-políticos. Tal emergência acarretou na necessidade de repensarmos elementos-chave da análise marxista de sociedade como a noção de espaço político unificado, a concepção de um sujeito histórico privilegiado e a compreensão de um movimento teleológico da história. Nesse contexto histórico uma questão se coloca no debate democrático contemporâneo: como construir estratégias políticas a fim de se combater as diferentes formas de desigualdade e exclusão politizadas como formas de opressão na atualidade, de modo a se construir uma luta contra-hegemônica? Buscamos, dessa forma, discutir possíveis estratégias de enfrentamento ao conjunto de lógicas hegemônicas presentes nas sociedades contemporâneas que acarretam em múltiplas condições de desigualdade e exclusão, reproduzindo diferentes formas de subcidadania. Para tanto realizamos um debate entre a Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau desde meados da década de 1980; e dados coletados junto a representantes de grupos de diferentes movimentos sociais e de espaços de vínculos entre sujeitos políticos. Utilizamos conceitos-chaves à Teoria Democrática Radical e Plural – como hegemonia, articulação, lógica da equivalência, lógica da diferença – no intuito

de discutir duas possíveis estratégias de vínculos entre movimentos sociais na construção de enfrentamentos a lógicas hegemônicas que acarretam em condições de subcidadania: nomeadas “estratégia de articulação” e “estratégia de aliança”. Demonstraremos assim a relevância daqueles conceitos para se pensar a construção da luta democrática na sociedade brasileira e as implicações dessas estratégias na relação entre os movimentos sociais na busca por alcançar suas demandas políticas.

Palavras-chave: movimentos sociais, luta política, estratégia de aliança, estratégia de articulação, democracia.

O movimento ambiental na fronteira de projetos políticos: Uma análise do discurso de jovens ambientalistas

Rafael Prosdocimi Bacelar

Lucia Rabello de Castro

Nas últimas décadas há uma crescente profusão do debate acerca dos problemas ambientais no Brasil e no mundo. Diversas instituições e atores sociais como a mídia, aparelhos estatais, organizações não-governamentais, empresas e movimentos sociais colocam, no espaço público, a discussão sobre as causas e buscam atuar no enfrentamento dos agravos ambientais. Em contraposição a imagem predominante de que o movimento ambiental seria homogêneo e harmônico, pois “todos nós estaríamos no mesmo barco” vemos, ao contrário, uma pluralidade de orientações políticas divergentes na base das diferentes perspectivas ambientais. Tais perspectivas se singularizam a partir da maneira como os problemas ecológicos são interpretados, suas causas e formas de luta, e também à medida que dado discurso se constitui na articulação a ideais, movimentos sociais e projetos políticos. Partindo de tais considerações, procuramos, nesta apresentação discutir quais articulações e projetos políticos estruturam o discurso de jovens ambientalistas. Partimos dos resultados de nossa pesquisa de mestrado concluída em 2010, na qual entrevistamos sete jovens moradores da cidade do Rio de Janeiro provenientes de diferentes espaços de ação ambiental: partido político, organização de protesto, grupo de agroecologia e educação ambiental. Após a apresentação destes resultados iremos tecer algumas considerações que tem

embasado nossa pesquisa na tese de doutorado, em andamento. Abordaremos os discursos dos militantes focando na relação entre dado discurso ambiental e as orientações filosóficas, políticas e ideológicas que o estruturam. Estes diferentes arranjos observados na análise nos fornecem uma base para debater quais projetos políticos e lógicas sociais sobressaem. Assim, temos discursos que procuram na tecnologia e na modernização a resposta aos problemas ambientais. Outros jovens articulam a prática ambiental a uma base espiritualista e holista, apontando para um necessário retorno do homem à natureza. Há também um esforço de vários militantes em articular o ambientalismo às lutas sociais contra a exploração, a desigualdade e o capitalismo. O discurso dos jovens militantes servirá como ponto de partida para esboçar, quais são, para nós, os elementos cruciais na abordagem e compreensão do movimento ambiental no contexto brasileiro. Por fim, iremos apresentar a perspectiva que tem nos orientado atualmente na pesquisa de doutorado e que se organiza em torno da referência à “justiça ambiental”. Tal perspectiva postula uma visão crítica do ambientalismo, compreendendo tal movimento sob a égide da noção de conflito. Dessa forma, o movimento ambientalista se dá no contexto de uma luta entre agentes sociais pela apropriação material e simbólica de bens e recursos naturais. Busca-se, dessa forma, articular o ambientalismo a um horizonte mais amplo de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: ambientalismo; articulação; juventude; projeto político; discurso.

Código: A1.167

Situação: Em andamento

Movimentos Sociais: Teoria e Processos de Educação Popular

Felipe Corrêa Pedro

Roseli Margarete de Almeida Nanni

Maria Aparecida Cunha Malagrino

A presente mesa tem por objetivo a apresentação de três trabalhos na área de estudos dos movimentos sociais. O primeiro, de Felipe Corrêa Pedro, “Movimentos Sociais e

Confronto Político”, é um trabalho teórico que visa discorrer acerca das teorias dos movimentos sociais no geral, em especial a Teoria do Confronto Político (Contentious Politics) desenvolvida a partir da Teoria do Processo Político e que incorpora elementos de outras teorias como a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A partir dessa base teórica, o trabalho definirá teoricamente o que são os movimentos sociais e seu surgimento e identificará elementos para um método de análise. O segundo, de Roseli Almeida, “A Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, é um trabalho que investiga – a partir de dados bibliográficos, entrevistas e de uma visita realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes – o processo de educação nesse movimento e analisa se existe nele uma pedagogia capaz de redimensionar o pensamento educacional e de dar suporte à proposta de transformação social do movimento. O terceiro, de Maria Aparecida Cunha Malagrino, “Encontros dos Sem Terrinhas”, apresenta as tentativas do movimento de envolver toda a família nas lutas do movimento, dando ênfase à participação e à formação das crianças, chamadas de “sem terrinhas”. Com uma proposta pedagógica bem definida, esses encontros visam estimular valores nas crianças que estejam em acordo com os objetivos do movimento. Partindo dos Encontros dos Sem Terrinhas, que é parte da jornada “Por escola, terra e dignidade”, e passando pela Jornada Nacional dos Sem Terrinhas, o trabalho discutirá a questão da educação popular a partir da perspectiva do movimento. De maneira geral a mesa “Movimentos Sociais: Teoria e Processos de Educação Popular” buscará contribuir com o VI Simpósio de Psicologia Política no campo das investigações dos movimentos sociais – central para a disciplina. Buscando mesclar estudos de base teórica e investigações práticas, os participantes querem contribuir com o avanço no campo dos estudos desses fenômenos que, no Brasil, precisam ainda de significativo incentivo para serem desenvolvidos.

Palavras-chave: Movimentos sociais, teoria dos movimentos sociais, educação popular, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimentos Sociais e Confronto Político

Felipe Corrêa Pedro

felipecorreapedro@gmail.com

Desde os anos 1970, os trabalhos teóricos sobre os movimentos sociais vêm desenvolvendo-se consideravelmente nos Estados Unidos e na Europa, e podem ser divididos em três grandes correntes teóricas: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essas três teorias dos movimentos sociais percorreram caminhos distintos, cada uma a partir de uma abordagem particular. A TMR enfatizou os aspectos organizacionais, da acumulação de recursos e a coordenação coletiva dos agentes políticos, enfatizando a centralidade das decisões estratégicas. A TPP destacou o dinamismo, a interação estratégica e a resposta ao ambiente político, fundamentando-se na categoria “oportunidades políticas” e investigando os movimentos sociais a partir de seu conjunto de ações. A TNMS priorizou aspectos simbólicos e cognitivos, avaliando os movimentos sociais, fundamentalmente, a partir da construção cultural e das identidades coletivas. Os debates intensos entre teóricos das três correntes, que marcaram os anos 1980 e 1990, proporcionaram profundas reflexões, muitas das quais autocríticas, e fizeram com que alguns argumentos se fortalecessem, muitas vezes sobre elementos desenvolvidos por outras correntes. Durante o debate, a TMR perdeu espaço, reconhecendo seus limites e incorporando categorias da TPP ou aproximando-se da TNMS. Defensores da TNMS assumiram que as outras teorias eram, de fato, mais adequadas para lidar com a racionalidade e a lógica dos movimentos sociais, agregando em seu método de análise recursos, estratégias e oportunidades. A TPP admitiu a falta de espaço que a cultura e a identidade tinham em sua abordagem, aprofundando-se na investigação dos “frames” (quadros interpretativos). Derivada da TPP a Teoria do Confronto Político – Contentious Politics (TCP) surge deste debate como uma ferramenta teórica para os estudos que envolvem os movimentos sociais. Sem procurar identificar mecanismos e categorias fixas – que se repetem ao longo da história e que permitiriam interpretar o futuro –, sem estabelecer causas e conseqüências fixas e sem buscar estabelecer leis gerais que funcionariam de maneira ahistórica, a TCP propõe um método de análise amplo e dinâmico, oferecendo aos interessados no estudo do confronto um programa, ou seja, um conjunto de elementos que possa nortear a compreensão dos acontecimentos reais a partir de aspectos racionais e

emocionais, estratégicos e identitários. O presente trabalho tem por objetivo introduzir as três teorias clássicas dos movimentos sociais e, a partir delas, investigar de maneira mais aprofundada a TCP e sua proposta teórica de constituir um método de análise capaz de dar conta dos estudos relativos aos movimentos sociais. Fundamentando-se na TCP, o trabalho definirá a categoria “movimentos sociais”, situará sua origem no tempo e no espaço e esboçará os principais elementos teóricos capazes de auxiliar investigações subsequentes.

A Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Roseli Almeida

roseli_m_almeida@yahoo.com.br

A importância desta pesquisa sobre Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está no fato deste ser o principal movimento social de luta pela terra no país e vem se tornando mundialmente conhecido. O MST tem suas origens nos conflitos agrários do final dos anos 70 (em plena ditadura militar), quando os camponeses sem-terra resistiam às propostas governamentais de colonização e reforma agrária – e lutavam pelo direito constitucional à terra em seus próprios estados. O MST tem como projeto produzir outro caminho para a sociedade. As pessoas que fazem parte do movimento têm conhecimento que elas são fruto de uma sociedade capitalista: injusta e excludente. O MST surge com uma proposta para as pessoas recuperarem sua dignidade. Na medida em que o MST se denomina como agente de transformação, vamos analisar se existe uma pedagogia nos movimentos sociais e culturais e se tal pedagogia seria capaz de redimensionar o pensamento educacional. Quem são os educadores de hoje e quem são os alunos? Para tanto, fizemos uso de dados bibliográficos, entrevistas e uma visita empírica realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes. Por entender que há “ambientes educativos” na Escola, assim como existem outras pedagogias a serem aprendidas por meio do envolvimento com um movimento social como o MST e por meio das lutas pela Reforma Agrária e pela justiça social no país.

Movimentos Sociais Contemporâneos - Teoria e prática no campo e na cidade

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga

belalis.belalis@yahoo.com.br

Resumo Jornada por Escola, Terra e Dignidade

Em seu livro, “Educação Para Além do Capital”, Mézaros (2009) propõe uma reformulação na educação, e afirma: “Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muitas aspirações emancipatórias” (Mézaros, 2009, p. 59). Para Saviani (2008), “uma pedagogia articulada com os interesses populares, valorizará, pois, a escola, não será indiferente ao que ocorre em seu interior” (Saviani, 2008, p.54) Com esses pressupostos, investigar o papel desempenhado hoje pela educação popular nos processos de militância e participação nos movimentos populares, é fundamental para conhecer a cultura política e a ação dos envolvidos nesta prática educativa. Nossa história mostra que a educação popular é confeccionada no seio de movimentos sociais, igrejas e esquerdas universitárias, e que suas estratégias e metodologias são frequentemente utilizadas para alcançar e auxiliar na luta das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, (Ramos, 2009) se preocupa intimamente com a formação intelectual e políticas dos que se identificam com a luta por terra e pelo protagonismo das classes populares. Nessa perspectiva, uma das características do Movimento é a participação de toda a família na luta. Assim, a participação das crianças Sem Terrinha são uma constante na vida do MST. Esta formação política que se inicia na infância, busca tecer na criança Sem Terrinha, uma criança que seja organizadora, decidida, com personalidade e que não tenha vergonha de dizer que está na luta para ter a terra, e nesse processo fortalecer a identidade Sem Terra. Sendo assim, em quase todos os estados da Nação onde existem assentamentos do MST, são realizados os “Encontros Regionais dos Sem Terrinhas”, com ações locais, regionais e estaduais, contudo, de caráter nacional. Os encontros são espaços de socialização de conhecimentos, de brincadeiras, de reivindicação e de muita festa, e compromissos que são firmados diante desse coletivo de crianças. Diante do exposto, este trabalho ainda inconcluso, vem sendo realizado através de pesquisa-ação, uso de dados bibliográficos e entrevistas, alguns apurados no “Encontro Regional dos Sem Terrinha”, cujo acontecimento acredita-se ter na contemporaneidade um papel educativo na perspectiva da educação popular.

Palavras-chave: educação popular, movimentos populares, participação política, identidade, emancipação.

Comunicação Coordenada

Código: A2.22

Situação: Concluído

Sobre novas tecnologias de gestão que se articulam a repertórios históricos: um estudo sobre o trabalho voluntário na área da Saúde

Camila Claudiano Quina Pereira

camilacquina@gmail.com

O trabalho voluntário na área da Saúde é uma atividade em expansão, comprometida com políticas públicas que, atualmente, movimenta recursos financeiros, desde doações de pessoas físicas até valores provenientes de empresas privadas, seja para contribuir, seja para isenção do imposto de renda ou ainda para promover um programa de responsabilidade social. Diversos setores da comunidade e órgãos públicos estão envolvidos na atividade voluntária desenvolvida nos serviços de saúde. Dessas constatações chegamos à indagação sobre os efeitos que a gestão, as leis, os repertórios históricos e o interesse governamental têm no trabalho voluntário. Acatamos o desafio metodológico de partir da postura construcionista para um diálogo com a proposta da Teoria Ator Rede que nos permitiu trabalhar com a complexidade e a multiplicidade de versões da atividade voluntária, além de sugerir que a sociedade, as instituições, as tecnologias, a arquitetura, dentre outros, são vistos como um efeito ou um produto de uma rede heterogênea de humanos e não humanos. Para consecução desse objetivo iniciamos com uma pesquisa bibliográfica que nos possibilitou entender a complexa trama na qual se insere a atividade de voluntários na área hospitalar. Para ser foco desse estudo, selecionamos a Associação dos Voluntários do Instituto de Infectologia Emílio

Ribas, no qual acompanhamos o cotidiano dos voluntários para compreender os procedimentos, as materialidades e socialidades que compõem a prática voluntária nesse hospital e que performam o voluntário. As diversas fontes de informação utilizadas nesse estudo nos propiciaram argumentar que o voluntário na área da Saúde é um produto social, contextualmente localizado, performado pelos repertórios históricos e pela complexa rede heterogênea, composta por atores humanos e não humanos em que está inserido.

Palavras – Chave: trabalho voluntário; hospitais; práticas discursivas; humanização.

Código: A2.23

Situação: Em andamento

Do biopoder à biocidadania: um estudo sobre as associações de pessoas portadoras de doenças raras

Camila Claudiano Quina Pereira

camilacquino@gmail.com

O objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a atuação das associações de pessoas portadoras de doenças raras e/ou orfãs para ilustrar os coletivos que se originam de uma condição biológica e que promovem novas formas de sociabilidades. Nosso argumento é que a formação de coletivos em torno de uma condição biológica contribui para determinada concepção de cidadania e para a prática do ativismo terapêutico. As associações e organizações de pacientes são instituições que ocupam espaços de participação política e de deliberação na arena da saúde e, em alguns casos, emergem como resposta à violação de direitos e a desigualdades de acesso aos serviços. Constituem uma forma importante de afirmação dos problemas de saúde como questão pública, ao mesmo tempo em que aqueles que são afetados por doenças se afirmam como atores coletivos no espaço público. Essas associações medeiam relações entre atores heterogêneos na área da saúde, a saber, instituições, profissionais e governantes; envolvem-se em áreas antes destinadas a especialistas, a exemplo das instituições de pesquisa em biomedicina, em saúde pública e as

indústrias farmacêuticas; criam plataformas e alianças com o Estado e/ou com a indústria farmacêutica com o objetivo de aprovar medidas de defesa e apoio aos doentes ou de lhes permitir o acesso à medicação e facilitar a distribuição dos materiais dos quais os doentes dependem. Pressupostos biológicos, explícita ou implicitamente, têm apoiado projetos de cidadania, especialmente no que se refere ao significado de ser cidadão. Por isso, autores recuperaram conceitos de Foucault, como o biopoder, para descreverem reconfigurações que medeiam outras modalidades de cidadania de acordo com as concepções da vida, do biológico ou da saúde e da doença. Correspondem a novas formas de biossocialidades formadas à volta de uma concepção biológica de identidade compartilhada.

Palavras chave: Doenças raras; associação de pacientes; cidadania; biocidadania; biossocialidades.

Código: A2.47

Situação: Concluído

Movimentos urbanos marginais: dissidência, poder-potência e influência política

Aline Hernandez

alinehernandez@hotmail.com

Apresenta-se uma pesquisa histórica de base documental acerca do movimento de ocupação urbana, movimento okupa, mais especificamente, a análise de uma experiência urbana da cidade de Madrid, Espanha. Através de um estudo pormenorizado de documentos recopilados, material imagético, filmagens, entrevistas, depoimentos e participação ativa no projeto durante mais de três anos, estudou-se a trajetória do movimento, seus principais objetivos, as formas de ativismo, os repertório de ações coletivas, as estratégias de influência política, o alinhamento com outros movimentos urbanos e as formas de influência social junto à esfera pública. Analisam-se, aspectos importantes acerca da resistência contracultural ante o neoliberalismo e a luta ante a captura do estado pela lógica do capital. As estratégias ativistas apontam um constante trânsito entre a ilegalidade e a subversão das práticas frente os aspectos

legais que caracterizam os atuais estados democráticos de direito. Analisa-se, principalmente, a problemática deste trânsito ilegal e fronteiro que caracteriza o movimento e faz dele signo evidente de resistência e ativismo urbano e político. Desde a Sociologia Política, a teoria das Minorias Ativas (Moscovici, 1979) e a teoria dos Marcos de Ação Coletiva (Hunt, Benford e Snow, 2001) discute-se uma série de conceitos fundamentais à psicologia política: poder e potência (Dussel, 2007), minorias ativas, dissidência, resistência e subversão, esquemas de ação coletiva, rede europeia de luta contra o capital e questões relativas à influência social. Suscitam-se interrogações e reflexões sobre a realidade dos “novos” movimentos sociais (NMS) urbanos e problematiza-se sobre a dissolução do político no interior da Psicologia. Um dos eixos centrais, neste empreendimento teórico, constitui a análise dos processos de interpretação e construção de significados coletivos, da formulação dos elementos ideológicos e simbólicos que dão sentido ao ativismo político (Klandermans, 1994; Melucci, 1980; Gamson, 1988, 1992; Snow e Benford, 1988, 1992).

Código: A2.81

Situação: Em andamento

Mulheres Jovens e Participação Política Através do Movimento Feminista

Raissa Barbosa Araújo

raissabarbosa@hotmail.com

Partimos do princípio que os estudos acadêmicos não devem assumir posturas imparciais, mas politicamente situadas (HARAWAY, 1995). Nesse sentido vale ressaltar que esse trabalho é marcado pela perspectiva feminista de ciência. Trata-se de uma pesquisa em andamento desenvolvida por uma mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Objetivamos problematizar lógicas que referenciam a participação de mulheres jovens no movimento feminista. Em 2005, no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, as jovens apresentaram-se pela primeira vez como uma nova categoria e questionaram os lugares e posicionamentos de outras militantes do movimento (ADRIÃO, 2008). Vale

observar que juventude e participação política não têm sido temáticas conjuntamente trabalhadas no campo da psicologia e que os poucos estudos sobre participação de jovens em ações políticas, em sua maioria, fazem referência a um processo de socialização política, o que remete a uma espécie de moratória para a ação política (CASTRO, 2009). A proposta desta pesquisa distancia-se dos prismas adultocêntricos e compreende as jovens feministas como sujeitos políticos. O trabalho em campo desta pesquisa tem se desenvolvido no cotidiano, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa referenciada em contribuições do construcionismo social. A visão de campo que adotamos referencia-se na proposta de campo-tema, que corresponde a uma matriz de questionamentos, argumentos, de ações e narrativas (SPINK, 2008). O cotidiano desta pesquisa corresponde à participação e registro de encontros políticos e acadêmicos do movimento feminista, atos públicos e atividades ordinárias de um grupo feminista pernambucano formado por jovens. Além desses registros, materiais como cartilhas, panfletos, textos e documentos produzidos pelas jovens militantes compõem o material a ser analisado. Os resultados preliminares ratificam a relevância das relações entre gênero, classe, raça, geração e território como marcadores fundamentais que viabilizam ou dificultam a participação política das jovens.

Código: A2.96

Situação: Concluído

**Pesquisa em Movimentos Coletivos e Sociais: um olhar sobre a representação na Parada
LGBT**

Antônio Fernando Gomes Alves

prof_alves@uol.com.br

A pesquisa sobre o movimento social da 15ª Parada LGBT de São Paulo utilizou como referencial teórico as conceituações de Moscovici ao definir a Psicologia Social “como a ciência do conflito entre indivíduo e a sociedade”, desta forma a representação social é uma „linha tênue“ entre a sociologia e a psicologia. A importância de pesquisar a representação social faz-se pelo fato de possuir na sua construção o elemento ideológico, porém há de levar

em conta o processo e o conjunto das ações dos indivíduos e de onde e como ocorrem na sociedade.

Conjuntamente a este aspecto, a ideologia está presente nas ações dos indivíduos e desta forma permeada pela cultura que possui significados e atores no qual a sociedade passa a ser o reflexo destas representações sociais.

A representação social inicia-se individualmente e se faz coletivamente - singular/universal (Heller), não havendo uma elaboração puramente individual, somente na coletividade se produz formas conscientes de agir.

Desta maneira a representação social é tratada na pesquisa como uma categoria teórico-metodológica no qual são passíveis de observações os valores, as crenças/expectativas, as opiniões entre outros aspectos.

A pesquisa de campo buscou destacar estas realidades vivenciadas pelos participantes da 15ª. Parada LGBT de São Paulo focando o olhar para as categorias analíticas da consciência e participação destes integrantes do movimento social, numa relação subjetiva da articulação entre o aspecto singular para a construção das categorias no universal. Utilizamos para a estrutura dos níveis de consciência política o modelo proposto por Salvador, dos planos com as modalidades hipotéticas dos tipos de consciência.

Código: A2.139

Situação: Em andamento

Ação Coletiva e Movimento Social: Uma Leitura Psicopolítica da Luta pela Manutenção do Curso de Obstetrícia da USP

Fabio Eduardo Bosso

fabio.bosso@usp.br

Alessandro Soares da Silva

alesssoares@usp.br

Concomitante à consolidação de uma sociedade industrial durante o século XX, deu-se um período de transformações sociais trazendo, sobretudo aos europeus e estadunidenses, uma maior reflexão acerca da vida humana e do contexto daquelas sociedades, além do interesse no estudo das Ações Coletivas pelas Ciências Humanas e Sociais. Estas ciências, no anseio de compreender as motivações dos sujeitos para a participação em ações coletivas, passaram a dedicar-se e a complexificar as formas explicativas desses fenômenos (SILVA, 2008). Jeffrey Alexander (1998), após uma revisão da historicidade dos movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX, perfazendo suas especificidades culturais e institucionais, com base em teóricos como Walzer (1984) e Boltanski e Thevenot (1990), defende que as sociedades relativamente desenvolvidas possuem esferas sociais diferentes e cada qual com valores particulares. Na intersecção dessas esferas surgem movimentos que buscam justiça de forma plural e auto-regulada através de discursos com diferentes complexidades e que podem garantir, ou não, a influência do movimento.

As lutas dos movimentos sociais sempre se constituíram como lutas políticas. Neste sentido, nos interessa nesse projeto estudar as múltiplas questões relativas aos debates em torno ao fechamento ou manutenção do Curso de Bacharelado em Obstetrícia. Uma reação da comunidade USPiana posta como mobilização político-social é desencadeada e tem, por um lado, como aspectos indutores uma ação corporativa e, por outro, a forma como os cursos da Escola são tratados no Relatório de Avaliação da Unidade, o qual indica o fechamento do Curso de Obstetrícia. Portanto, o objetivo geral deste trabalho de investigação é analisar os processos de mobilização política envolvidos.

O método de pesquisa-ação é utilizado neste trabalho, além da análise de conteúdo (Bardin, 2009) dos acontecimentos e fatos da mobilização como estratégia metodológica complementar.

Palavras-chave: Ação Coletiva; Processos Mobilizatórios; Corporativismo; Autonomia Universitária e Participação Política.

Código: A2.152

Situação: Em andamento

Mov. dos Trabalhadores da Cultura (MTC): processo de reivindicações sobre as políticas públicas culturais brasileiras na perspectiva do tripé governamental: Federal, Estadual e Municipal

Leonardo Gomes de Souza

leonardsouza@yahoo.com.br

A memória de um povo retrata sua identidade cultural e todo o movimento que assolam as inquietações de cunho histórico, cultural e sócio-político-econômico. Entrelaçado na cotidianidade dessa memória, o trabalho em voga pretende esboçar uma análise reflexiva contemporânea perante o processo paradigmático, a luz de uma psicologia política cultural (artística) voltada aos direitos culturais em pauta neste início de século XXI, relacionado aos desafios dos artistas brasileiros e a produção de sua arte. No primeiro momento, o trabalho trás uma leitura histórica sobre a relação da arte e a política, tendo como ponto de partida a cidade de Atenas (Grécia antiga) enquanto referência para o tema. Em seguida, ressaltamos Roma antiga e o advento do renascimento e toda a importância de derivações revolucionárias e culturais para a humanidade, como: a revolução industrial, o surgimento da imprensa e o processo da indústria cultural e as tentativas de mudanças sociais, entendidos na época enquanto tensões ideológicas ou, outros modelos de desenvolvimento não capitalista. Segundo momento, vídeo de 10 min. da Ina Camargo Costa, Prof^a Assistente Doutor da Universidade de São Paulo, esboçando as demandas de reivindicações do Movimento dos

Trabalhadores da Cultura (MTC). Momento da análise do discurso, reflexão e contextualização dos autores bibliográficos e o material etnográfico. Terceiro e último momento das considerações finais do trabalho. Objetivo: Promover reflexões, diálogos e repensar as políticas públicas culturais no âmbito da participação social.

Recursos metodológicos: Pesquisa bibliográfica descritiva explorativa com ênfase na análise do materialismo histórico e etnográfico (vídeo) contemporâneo.

Palavras-chave: Mov. Sociais, Política Pública Cultural; Arte Inclusiva; Produção Artística; Arte, Educação e Estado.

Pôster

Código: A3.44

Situação: Em andamento

Saúde e Prevenção na Universidade

Camila Correa da Silva

camila.correa.silva@usp.br

As universidades têm se configurado como espaços nos quais se realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sabendo da importância da epidemia da aids, alunos(as), docentes e funcionários(as) da EACH trabalham para levar à reflexão de que todos nós somos vulneráveis à infecção pelo HIV. Falar de aids não é apenas lidar com a “doença dos outros” ou preparar profissionais para atender à comunidade. É, também, nos inserirmos em um universo mais amplo, de relações com o “eu” e com o “eu junto ao outro”, problematizando questões como: diversidade, sexualidades, relações de gênero, cuidado, prevenção e promoção de saúde.

Saúde e prevenção na universidade é um projeto de pesquisa, na qual realiza atividades como disponibilização de preservativos masculinos nos banheiros masculinos e femininos na universidade, promove a Jornada da aids com palestras, sarau, e distribuição de preservativos e folhetos com informações sobre sexualidade e prevenção e intervenções nas escolas da zona leste com discussões sobre os mesmos temas citados acima.

Palavras-chave: Sexualidade, Prevenção, aids, gênero, saúde

Código: A3.85

Situação: Concluído

Intervenção Comunitária como Investigação no Fórum dos “sem terrinhas”

Janaina Carrasco Castilho

janacarrasco@yahoo.com.br

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga

belalis.belalis@yahoo.com.br

Elvira Riba Hernández

elvirariba@usp.br

Raquel Morais de Oliveira

rqlmorais@gmail.com

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é o mais antigo movimento camponês da História do Brasil, formado por trabalhadores rurais por volta do início da década de 80, tem como objetivos a luta por terra, por Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa, buscando eliminar as desigualdades sociais, de renda, de discriminação por etnia e gênero. Entre estas lutas está a luta por educação, lazer e uma infraestrutura adequada para as crianças nos acampamentos e assentamentos do MST.

Para concretizar a luta por melhores condições às crianças do movimento, foi criado em 1996 algumas atividades para os Sem Terrinhas, como os “Encontros Regionais dos Sem Terrinhas” e o “Encontro Nacional dos Sem Terrinhas” que fazem parte da “Jornada dos Sem Terrinhas”, realizados nos meses de setembro e outubro. Como espaço para brincar e socializar, a Jornada dos Sem Terrinhas permite que a criança participe das reivindicações por seus direitos e fortaleça sua identidade e se organize no processo de luta do MST. Nosso objetivo nesse trabalho foi participar do Encontro Regional dos Sem Terrinhas realizando uma intervenção lúdica e a partir dessa aproximação exploratória, utilizando como metodologia a pesquisa-ação, aprofundar nossa compreensão quanto à formação do público infantil nesse movimento social. Sendo essa, uma pesquisa inicial, as considerações advindas dessa intervenção referem-se às relações entre o lazer, educação e a socialização política, observadas e vividas pelos participantes desse evento.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sem Terrinhas, Socialização Política, Educação, Lazer.

B. Ambiente, Saúde Coletiva e Espaço Público

Comunicação Coordenada

Código: B2.7

Situação: Em andamento

Processos de trabalho na política de saúde pública: o caso da implementação das Linhas de Cuidado pela Unidade de Saúde Escola da UFSCar

Elisângela Rodrigues Carrijo

ercarrijo@gmail.com

Resgatando o percurso da história da política de saúde pública do Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 pela qual se é reconhecida a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado. A partir dessa obrigação assumida pelo poder público o iniciativa empreendido em caráter cooperativo assinados pelos Municípios, Estados e a União no pretense propósito de dar conta da larga garantia constitucional. E dessa diversificação de formas de operar a atenção a saúde surge na última década o modelo de denominado Linha de Cuidados, o qual se mostra como uma alternativa para os novos serviços de saúde desenhados por Universidades Públicas. Nesse contexto sócio-histórico que associa tecnologia nascente da medicina sanitaria e a engenharia das Instituições de Ensino Federais (IEFs) que o presente estudo busca adentrar e dialogar a respeito com autores da política e da saúde coletiva. E para o alcance dos objetivos pretendidos – sejam de identificar a causalidade da inovação, sejam da motivação em tornar uma proposta efetiva – recorresse a uma releitura dos documentos públicos e oficiais da Unidade Saúde Escola da Universidade Federal de São Carlos (USE - UFSCar) uma vez que, essa instituição foi eleita enquanto protótipo do presente estudo. A partir do encontro dos registros documentais e o questionamento a cerca de conceitos sanitarias que foram acionados e reconhecidos pela instituição que, se põe para esse estudo enquanto unidade de análise se abre lente à formatação da cultura política institucionalizada: abstrações a respeito das construções de um equipamento de saúde pública criada e gerida por uma Universidade Federal. Para tanto são consultadas colaborações de autores inseridos no âmbito dessa discussão teórica em face à área da saúde pública, como CAPELLA (2008); CONH, A (2009); MERHY, (2002); GERSCHMA e SANTOS (2006); HOWLETT & RAMESH (1995) THÉRET (2003) e, IMMERGUT, (1996) a escola do institucionalismo histórico de HALL e TAYLLOR (2003), quando remontam a teoria das organizações.

Palavras-chaves: Universidade Federal, Saúde Pública, Atores Políticos.

Código: B2.20

Situação: Em andamento

Álcool e Políticas Públicas: Uma análise da atitude dos condutores sobre a proibição do álcool para quem dirige

Vanilda Aparecida dos Santos

vapsico@yahoo.com.br

Atualmente o trânsito é imprescindível na vida cotidiana de todas as pessoas e configura uma importante questão social, pois é responsável pelos altos índices de acidentes e mortes em todo o mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde morrem no mundo cerca de um milhão de pessoas por ano. No Brasil, ocorrem aproximadamente 40 mil mortes por ano. A principal causa, apontada por pesquisadores, órgãos públicos e privados é o consumo de álcool. A Organização Mundial da Saúde corrobora com a informação acima e o Ministério da Saúde (2005) confirma que a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. O objetivo da pesquisa é compreender os fatores psicossociais e políticos presentes nas atitudes dos condutores frente à restrição do uso de bebidas alcoólicas antes de dirigir. Para a consecução deste objetivo iniciamos com uma pesquisa bibliográfica que nos possibilitou considerar que aspectos tanto políticos quanto sociais podem estar presentes na reação dos condutores, influenciando sua percepção sobre a questão. Entende-se isso como um comportamento político, pautado por uma lógica que depende de como esses atores sentem-se em relação ao fenômeno e aos processos políticos da sua sociedade e que também depende de como os fatores sociais configuram-se em torno da sua consciência política. Participarão do estudo infratores de trânsito, localizados através de Boletins de Ocorrência de acidentes de Trânsito causados por motoristas alcoolizados junto a 31ª Delegacia Seccional da Polícia Civil da Cidade de Cambuí/MG. A entrevista escolhida para a pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. Esses procedimentos contribuirão de forma significativa para a compreensão do fenômeno de estudo deste trabalho.

Palavras-chave: Espaço público, álcool, política, motoristas, leis.

Código: B2.15

Situação: Em andamento

Conselhos Municipais de Saúde: Inovações Democráticas ou Reconfigurações da Política Tradicional

Sergio Rossi Ribeiro

rossir@gmail.com

A Constituição Federal de 1998 e as Leis nº 8080 e 8142 de 1990 sancionaram a participação popular e a descentralização das políticas públicas de saúde. Estes dispositivos constitucionais procuram promover inovações institucionais (Conselhos e Conferências de Saúde) que visam a gestão participativa e o exercício de controle sobre a implementação das políticas de saúde. Configuram espaços de negociação e deliberação entre atores envolvidos na produção da saúde. Atualmente todos os municípios brasileiros possuem conselhos de saúde. Entretanto, a atuação destes conselhos é muito heterogênea, à medida que se inserem em contextos bem diferentes. Vários autores apontam como determinantes importantes desta heterogeneidade: o grau de compromisso do governo municipal para com a gestão participativa e o controle social, a existência ou não de uma comunidade política que apóia a democracia participativa e deliberativa, e o grau de associativismo em nível local. Apesar de contextos diferenciados, os conselhos de saúde, propondo uma democracia participativa e deliberativa e visando políticas fundadas na cidadania, inserem-se numa cultura política tradicional que se reproduz em cidades tanto pequenas e grandes e é fortemente marcada pelo clientelismo e por particularismos que se contrapõe à concepção de cidadania e da democracia participativa. Face esta situação, a presente proposta de pesquisa, partindo da pressuposta de que haja tensões entre a persistência da política tradicional e a nova política de saúde baseada na concepção de cidadania, entre a tradicional política representativa e a proposta de políticas participativa, procura investigar quais os sentidos que os conselheiros atribuem ao conselho de saúde e como interpretam sua ação política. Dados preliminares sugerem que ocorra uma reinterpretção da concepção de cidadania que permita uma fusão entre discursos políticos aparentemente opostos.

Apoio: CNPq e FAPEMIG

Palavras-chave: Saúde Coletiva, SUS, Democracia Deliberativa, Participação Popular, Controle Social

Código: B2.31

Situação: Concluído

O conflito ser humano - natureza na Amazonia Sul ocidental Mesa de Psicologia e meio ambiente

Enock da Silva Pessoa

pessoa.enock@gmail.com

Com base no conceito de poder em Weber, este trabalho discute à luz de dados históricos e das ciências sociais, as relações de interesses inter grupais e com a natureza na exploração da Amazônia. Expõe os conflitos entre os povos nativos e os colonos (patrões e seringueiros) e as transformações no espaço político, social e geográfico resultantes dos conflitos, ao longo de um século e meio de ocupação da Amazônia. Questiona o futuro da região em relação aos povos da floresta (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e pequenos produtores rurais) diante das ameaças do capital internacional.

Código: B2.41

Situação: Em andamento

Visitas Domiciliares: a importância de conhecer a realidade do usuário em seu território

Fernanda de Souza Ramiro

fernandaramiro@hotmail.com

A visita domiciliar é uma estratégia de cunho psicossocial de acompanhamento de usuários, tanto para aqueles que se encontram impossibilitados de sair de casa, quanto para a observação do ambiente em que vive, e a sua interação com o mesmo, de forma a trazer informações que contribuam em seu projeto terapêutico nos equipamentos. Objetivo: evidenciar a importância do acompanhamento do paciente no território em que vive, de modo a possibilitar a observação de seu contexto, sua interação familiar, as condições de moradia e as dificuldades que o mesmo enfrenta. Método: inicialmente, mapeou-se a região de abrangência do Núcleo de Apoio Psicossocial II - NAPS II, na cidade de Santos, para a caracterização do território atendido e foi feito um levantamento das instituições que o cercam para, a partir daí, dar-se início às atividades do estágio no equipamento, dentre elas, as visitas domiciliares aos casos mais complexos. Resultados: o trabalho desenvolvido pelas estagiárias do curso de Psicologia da UNIFESP no NAPS II, norteado por uma perspectiva desinstitucionalizante em saúde, possibilitou a experiência de aproximação do local onde o sujeito vive e vivencia sua dor diariamente, bem como a observação de fatores a que, possivelmente, não se teria acesso em outra situação, e que interferem diretamente no tratamento da pessoa com sofrimento mental, merecendo, assim, destaque na investigação dos dados da história de vida do paciente. Conclusão: a relevância da utilização da visita domiciliar como estratégia de cuidado em saúde se evidenciou por possibilitar uma intervenção mais próxima à realidade social do sujeito em sofrimento psíquico e, também, facilitar a interação entre esse sujeito e a equipe de referência em seu tratamento, sobretudo, por propiciar um acolhimento do sujeito em seu ambiente e uma abordagem facilitada do profissional nesse meio social e apreender os fenômenos que se dão nesse contexto.

Palavras-chave: visita domiciliar, rede, saúde mental, psicossocial, desinstitucionalização.

Código: B2.42

Situação: Em andamento

Projeto Terapêutico Singular: construindo uma rede afetiva para ações em saúde mental

Fernanda de Souza Ramiro

fernandaramiro@hotmail.com

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) trata da articulação de um conjunto de propostas de condutas terapêuticas pensado para um sujeito individual ou coletivo. Fomentou-se esse tipo de dispositivo em espaços de atenção à saúde mental, de forma a propiciar uma atuação integrada da equipe valorizando diversos âmbitos do tratamento dos usuários, buscando-se a singularidade do indivíduo, do grupo ou da família a que se destina como elemento central de articulação. Objetivo: demonstrar a importância da utilização do dispositivo PTS no gerenciamento da atenção à saúde mental na rede. Método: trabalho desenvolvido por estagiárias do curso de Psicologia do 5º ano letivo da UNIFESP no Núcleo de Apoio Psicossocial, na cidade de Santos, norteado por uma perspectiva desinstitucionalizante. Esses projetos buscaram resgatar a narrativa de vida do sujeito, a fim de descobrir o sentido da doença para ele; conhecer suas singularidades, seus projetos de vida, seus desejos e suas atividades cotidianas. Resultados: o incentivo à implementação do uso do PTS, em uma perspectiva de matriciamento, viabiliza o avanço dentro de uma conduta terapêutica. Ademais, o exercício de elaboração e diálogo entre os envolvidos (equipe, família e usuários) em si, é um fator positivo para o uso desta ferramenta. Conclusão: embora seja difícil desconstruir um viés imediatista que a cultura medicamentosa e hospitalar imprimiu nos usuários e profissionais da saúde, é possível vislumbrar a viabilidade da implementação do PTS como dispositivo de gerenciamento da atenção à saúde mental na rede e o empoderamento que ele possibilita ao indivíduo e às equipes envolvidas em seu caso, no que concerne aos modos de existência na sua relação com a vida e com a doença, e também, à intervenção. No entanto, acredita-se que há a necessidade de se instigar e enfatizar a importância de sua utilização nos diversos serviços de saúde.

Palavras-chave: projeto terapêutico singular, rede, saúde mental, matriciamento, psicossocial.

Código: B2.70

Situação: Em andamento

Saúde e subjetividade: conversações pós-estruturalistas

Priscila Tamis de Andrade Lima

priscilatamis@gmail.com

Este trabalho é uma aproximação inicial da monografia que será apresentada para conclusão do curso de Especialização em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - USP. A pesquisa pretende um diálogo pós-estruturalista com os conceitos de saúde e subjetividade e o fio condutor são algumas referências bibliográficas de Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault. Todas as conversações-transversalizações propostas formam uma trama rizomática com este fio condutor bibliográfico. Uma das preocupações que justificam este trabalho é a necessidade de situar e precisar os conceitos em questão, já que muitas vezes são utilizados sem rigor, perdendo sua força. Os conceitos de saúde e subjetividade são amplamente utilizados, por vezes de maneira consensual e evidente, porém observamos que esta postura pode criar confusões e distorções, já que um mesmo conceito pode ter diversas definições, contextos, interpretações. Neste trabalho saúde e subjetividade estão diretamente implicados com a humanidade-em-nós, com o que nos diferencia no mundo enquanto existência. Sujeitos não enquanto mônadas isoladas, mas sistema aberto conectado em redes e em constante transformação. Pretendo compreender o trajeto que os conceitos de saúde e subjetividade percorrem nas construções e apropriações conceituais destes discursos pós-estruturalistas, na perspectiva dos autores citados acima, dando especial atenção às produções contemporâneas identificadas no levantamento bibliográfico de livros e textos e também de artigos publicados na base de dados do Scielo. Percebo que em todos os textos há uma referência de rompimento com as dicotomias e maniqueísmos que tradicionalmente marcaram a história científico-paradigmática. Para tanto, saúde e subjetividade passam a ser conceitos estratégicos de investigação dos modos de vida contemporâneos, na medida em que nos regala a possibilidade de pensarmos a partir da indissociabilidade entre individual e coletivo, interior e exterior, dentro e fora, indivíduo e sociedade.

Palavras-chave: saúde; subjetividade; Deleuze; Guattari; Foucault.

Código: B2.131

Situação: Concluído

**Trabalho e Saúde Coletiva: uma reflexão histórica das políticas públicas de saúde
voltada para o trabalhador**

Ana Maria Almeida Marques

anamaria_mqs@yahoo.com.br

Através do presente estudo pretende-se demonstrar que o surgimento das políticas públicas de saúde no Brasil, a partir das práticas sanitaristas, foi perpassado pela lógica capitalista. Se contemporaneamente a saúde se apresenta como um direito social do trabalhador, no início do século XIX na Europa, foi ela um dos elementos fundamentais que primeiro veiculou o processo de socialização do capital a partir do saber-poder médico sobre o corpo do trabalhador. Nesta perspectiva, sob o viés foucaultiano, o corpo do trabalhador enquanto força de produção, passou a representar uma realidade política, enquanto a medicina atuava como bio-política. A originalidade e relevância do presente estudo podem ser comprovadas quando se propõe explorar e pesquisar temas tão tipicamente contemporâneos e que, por isso mesmo, requerem uma reflexão mais apurada. Quanto ao primeiro assunto, que aborda o histórico da saúde no Brasil, percebe-se uma clara incursão do papel do Estado no soergimento de um novo modelo de sociedade e de modos do trabalho que, historicamente, faz com que ele mesmo, Estado, se beneficie no sentido da preservação da propriedade privada, da capacidade de enriquecimento, acumulação de riquezas e na fundamental manutenção da diferenciação entre as classes. Neste sentido, pode-se supor como uma das capacidades do Estado, o poder de se sobrepor à relação entre empresário-trabalhador, tutelando os direitos deste último, objetivando um equilíbrio impossível (através da criação de ficções jurídicas que possibilitam uma harmonia) nesta relação entre o empregador e o empregado. A história do nascimento da medicina social possui raízes comuns com a do trabalho: ambas se constituíram a partir de um discurso de poder, patrocinado pelo avanço do capital, episódio que colaborou para a edificação de uma centralidade nas decisões

políticas, possibilitando a implementação de medidas diversas que viessem a preservar a então ordem revolucionário-social.

Palavras-chave: Medicina Social. Política. Capitalismo. Saúde Coletiva. Trabalho. Ana Marques, Eniana Pacheco e Graça Lessa

Pôster

Código: B3.21

Situação: Concluído

Impacto ou Indiferença: a comunicação social e a psicanálise na busca da compreensão dos efeitos das imagens das carteiras de cigarro

Juliana Lima Moreira Rhoden

juli.rhoden@gmail.com

Este artigo apresenta uma discussão sobre como a comunicação social e a psicanálise compreendem o efeito das imagens de advertência da campanha antitabagista do Ministério da Saúde no Brasil. Procurou-se discutir se as imagens de advertência causam no consumidor mais impacto ou apenas indiferença. Como a investigação tem o propósito de compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos a imagem nas carteiras de cigarro, utilizou-se como metodologia a pesquisa fenomenológica. Conclui-se que imagens de advertência causam mais indiferença do que impacto, sendo este um dos motivos que fazem com que as campanhas antitabagistas não alcancem efetivamente seu objetivo. Observou-se também um enfraquecimento da autoridade (aqui considerada autoridade o governo e seus representantes) a mensagem de advertência nas embalagens de cigarro vem como um imperativo moral, no qual podemos fazer uma analogia com a instância psíquica chamada superego. Em toda a comunicação que tem como objetivo causar impacto há um elemento que corresponde à

estratégia adotada pelo emissor para levar o destinatário a agir como ele deseja. Esse elemento pode ser explícito e contido na própria mensagem (as fotografias e as frases nas embalagens de cigarro) e pode ser implícito, contido e fornecido pelo contexto social. Neste caso quem impõe as fotografias não é a indústria de cigarro, e sim o Ministério da Saúde, um governo, talvez, desacreditado para muitas pessoas que ignoram tais mensagens, pois o que prevalece ainda no imaginário deste consumidor é o princípio do prazer, que ele busca de maneira ilusória e inconsciente. Faz-se necessário que as campanhas antitabagistas levem em conta a dimensão inconsciente do ser humano nas campanhas publicitárias, pois, os consumidores atribuem um significado quase de ficção a estas imagens, ou seja, como algo irreal longe da sua realidade e que a decisão de parar ou não de fumar não viria em função destas campanhas. Palavras-chave: Tabagismo, Ministério da Saúde, Comunicação, Campanhas Publicitárias, Psicanálise.

Código: B3.34

Situação: Concluído

Processo de Formação do Psicólogo: Compreendendo a produção do cuidado em saúde

Lia Harumi Yamaguchi

liaharumi.y@gmail.com

Maria Inês Badaró Moreira

Estudo sobre a formação do psicólogo, com o intuito de identificar e analisar o perfil dos novos profissionais da saúde, bem como os desafios da prática interdisciplinar e a formação voltada para a clínica ampliada. A formação em Psicologia vem sendo questionada desde sua regulamentação e a busca por novas áreas de atuação levaram-na a ampliar seu olhar no sentido de transformar esta realidade. Em paralelo, o projeto político pedagógico da Unifesp prevê a formação de profissionais sustentados na base da integralidade, interdisciplinaridade e no trabalho em equipes interprofissionais. Para analisar o impacto desta nova formação, foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas com alunos

concluintes do curso de Psicologia no ano de 2011 a partir de suas experiências durante a formação, para investigar sua visão do processo de saúde e cuidado. As entrevistas foram transcritas e submetidas a análise de conteúdo, com a finalidade de compreender sentidos, significações, bem como aspectos implícitos dos discursos analisados. Foram encontradas 6 categorias: conceito de saúde, analisa conceitos que vão além da díade saúde e adoecimento; equipe interdisciplinar, envolve a vivência de situações práticas e o projeto político pedagógico proposto pela Unifesp; relações com usuários, da aproximação aos vínculos estabelecidos no processo do cuidar; situações marcantes, relaciona desafios e frustrações que permearam a formação; cuidado e escuta em Psicologia, uma busca por um olhar mais qualificado em relação ao sujeito; futuro profissional, apreensão em relação ao mercado de trabalho diante do fato deste projeto ser diferente da formação tradicional da maioria dos profissionais. Pôde-se concluir que este trabalho mostra que estão sendo formados profissionais com a capacidade de ter uma observação crítica a cerca das problematizações atuais sobre o ser humano e os fatores que o atravessam, buscando contribuir para a construção de uma nova compreensão sobre os serviços de saúde.

Palavras-chave: formação em psicologia, saúde coletiva, interdisciplinaridade, psicologia da saúde, psicologia social.

Código: B3.129

Situação: Concluído

Trabalho e Saúde Coletiva: uma reflexão histórica das políticas públicas de saúde voltada para o trabalhador

Ana Maria Almeida Marques

anamaria_mqs@yahoo.com.br

Através do presente estudo pretende-se demonstrar que o surgimento das políticas públicas de saúde no Brasil, a partir das práticas sanitaristas, foi perpassado pela lógica capitalista. Se contemporaneamente a saúde se apresenta como um direito social do

trabalhador, no início do século XIX na Europa, foi ela um dos elementos fundamentais que primeiro veiculou o processo de socialização do capital a partir do saber-poder médico sobre o corpo do trabalhador. Nesta perspectiva, sob o viés foucaultiano, o corpo do trabalhador enquanto força de produção, passou a representar uma realidade política, enquanto a medicina atuava como bio-política. A originalidade e relevância do presente estudo podem ser comprovadas quando se propõe explorar e pesquisar temas tão tipicamente contemporâneos e que, por isso mesmo, requerem uma reflexão mais apurada. Quanto ao primeiro assunto, que aborda o histórico da saúde no Brasil, percebe-se uma clara incursão do papel do Estado no soerguimento de um novo modelo de sociedade e de modos do trabalho que, historicamente, faz com que ele mesmo, Estado, se beneficie no sentido da preservação da propriedade privada, da capacidade de enriquecimento, acumulação de riquezas e na fundamental manutenção da diferenciação entre as classes. Neste sentido, pode-se supor como uma das capacidades do Estado, o poder de se sobrepor à relação entre empresário-trabalhador, tutelando os direitos deste último, objetivando um equilíbrio impossível (através da criação de ficções jurídicas que possibilitam uma harmonia) nesta relação entre o empregador e o empregado. A história do nascimento da medicina social possui raízes comuns com a do trabalho: ambas se constituíram a partir de um discurso de poder, patrocinado pelo avanço do capital, episódio que colaborou para a edificação de uma centralidade nas decisões políticas, possibilitando a implementação de medidas diversas que viessem a preservar a então ordem revolucionário-social.

Palavras-chave: Medicina Social. Política. Capitalismo. Saúde Coletiva. Trabalho

Código: B3.134

Situação: Concluído

Territorialidade na Saúde Coletiva: o consultório de rua nos espaços públicos

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

enianaagp@yahoo.com.br

Discutiremos alguns recortes restritos do universo de significados que a noção de território sugere. Essa discussão surge na Saúde Coletiva visando construir um campo teórico-conceitual em saúde frente a dificuldades no campo com o desgaste do modelo científico biologicista da saúde pública. Por isso, assim como os “Agentes Comunitários de Saúde”, da Estratégia Saúde da Família, os “Agentes Redutores de Danos”, do Consultório de Rua, desenvolvem ações de territorialização em território pré-definido. Essa proposta tem como objetivo reunir subsídios teóricos para uma abordagem crítica das práticas de territorialização previstas pelo SUS, oferecendo alguns elementos práticos que orientam sua ampliação, a partir da incorporação dos olhares da Ecologia Social e estratégia da redução de danos (ERD) nos espaços públicos. O modelo da territorialidade e ação comunitária da ERD, no Consultório de Rua, acontece enquanto prática de um serviço público de saúde, visando principalmente a promoção da saúde, concebendo um estado de sanidade no sujeito como consequência do estilo de vida dos indivíduos inseridos em um ambiente social, com cotidianos que impliquem práticas culturais e de sociabilidade a serem consideradas. Os profissionais que se utilizam da ERD, na sua prática, desenvolvem uma série de intervenções que visam acessar e vincular usuários de drogas, em situação de rua, à atividades que promovam: diminuição da vulnerabilidade associada ao consumo de drogas, inserção em serviços de saúde, garantia dos direitos humanos e cidadania e a reinserção social. Nessa direção, âncoras institucionais de vivência cotidiana são fortemente valorizadas, assim como: família, vizinhança, comunidade e território. Essa discussão assume sua relevância ao se compreender a dinâmica viva do processo saúde-doença em território de espaço público frente às drogas. Concluímos que o dito “problema das drogas” está atrelado à evolução da sociedade, com seus conflitos e desequilíbrios no âmbito da Saúde Coletiva.

Palavras-chave: Territorialidade, Saúde Coletiva, Consultório de Rua, Ecologia Social, Redução de Danos

C. Comportamento Eleitoral e Marketing Político

Comunicação Coordenada

Código: C2.161

Situação: Em andamento

Mídia Televisiva e o Voto: um estudo sobre o processo decisório do eleitor guarulhense

Raul Ferreira dos Santos

raul@usp.br

Este trabalho busca analisar as relações entre a mídia televisiva e as campanhas eleitoral. O ponto de partida para a discussão surge de uma situação existente no município de Guarulhos, localizado na Grande São Paulo: a não transmissão do horário eleitoral dos candidatos locais em rede aberta.

Os principais pressupostos abordados neste trabalho foram: teoria psicológica do comportamento eleitoral – escola de Michigan; teoria racional, proposta por Downs; teoria do contexto social, proposta por Lipset; teoria da racionalidade da baixa informação, proposta por Popkin; teoria da racionalidade e da economia, proposta por Key. As outras concepções teóricas abordadas neste trabalho se agrupam em torno destas, ora se aproximando, ora se afastando e ora relacionando-as.

Pôster

Código: C3.69

Situação: Concluído

Análise da percepção e da consciência do Eleitor sobre os Poderes Executivos e Legislativos no Pleito eleitoral de dois mil e dez (2010)

Edson Francisco Seabra

edsonfseabra@gmail.com

Partindo da ótica que o Brasil é um grande país Federativo com vários contrastes existentes na escolhas políticas, demonstrando uma necessidade de conscientização por parte dos eleitores para promover uma autonomia moral, política e ideológica, fomentando uma sociedade mais emancipada.

Portanto esta análise de pesquisa visa conhecer o comportamento dos eleitores perante os Poderes Executivos e Legislativos, verificando a afinidade, intenção de voto e meios de comunicação utilizados para concretizar o ato democrático de votar por parte dos cidadãos da Região Leste da Cidade de São Paulo e dos Municípios de Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano.

Palavras-Chave: comportamento, comunicação, consciência, Eleitor e Política

Código: C3.173

Situação: Em andamento

**Análise do Comportamento dos Atores Sociais no Desenvolvimento da Atividade
Turística em Camburi – São Sebastião**

Tatiane de Moraes Ferreira

tatiane_mf@hotmail.com

A praia de Camburi em São Sebastião recebe um grande número de turistas, tem muitas empresas de serviços para atendê-los e muitas pessoas vindas de outras regiões do país para atuar na área. Cada grupo de atores tem seus objetivos e motivações. A pesquisa busca analisar o comportamento social e político dos atores envolvidos na principal atividade econômica desenvolvida no local sendo a atividade turística.

Palavras-Chave: Turismo, Desenvolvimento, Comportamento, São Sebastião, Camburi.

D. Formações Identitárias, Consciência Política e Cultura Política

Mesa Redonda

Código: D1.94

Situação: Concluído

A Formação da Consciência Política nas Ações Coletivas e nos Movimentos Sociais

Coordenadora: Maria Cândida de Oliveira Costa

A proposta da mesa de trabalho é apresentar uma reflexão sobre a formação da consciência política dos sujeitos que participam em ações coletivas e movimentos sociais, tendo em vista, a necessidade de considerar as novas configurações dos novos movimentos, bem como o papel de seus atores, líderes e demais envolvidos. Observamos que as diferentes formas de reconhecimento e interações culturais contemplam os aspectos culturais e de identidade, ou seja, contemplam aspectos dos movimentos sociais clássicos e dos novos movimentos sociais. Os estudos apresentados tiveram como mote entender a consciência como instrumento de construção e de afirmação de um novo sujeito político. O que pode ser observado é a consciência de si tornando-se parâmetro para a consciência do outro e, conseqüentemente, a presença do exercício da cidadania de forma efetiva, evidenciando aspectos da formação política engendrada na esfera da formação pessoal, da educação e do trabalho, ou seja, uma politização da e para a sobrevivência.

Palavras-chave: Consciência política; movimentos sociais, formação humana; consciência crítica

Cooperando o Viver: Um estudo de caso da Coopertan

Wilson Luconi Junior (UFMT, Brasil)

A economia solidária tem se apresentando como um novo movimento social, que através da luta pela sobrevivência econômica e material, também, contempla os aspectos culturais e de identidade, ou seja, é um movimento híbrido, tendo em vista que contém aspectos dos movimentos sociais clássicos e dos novos movimentos sociais. O objetivo do artigo é a análise da consciência política dos sujeitos que participam de empreendimentos econômicos solidários. A análise contemplou sete dimensões propostas por Sandoval (1994), sendo elas: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas; interesses antagônicos e adversários, eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e ações e objetivos do movimento social. A análise foi realizada através de estudo de caso de cunho exploratório, sendo que os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais, grupos focais e observações do pesquisador em um empreendimento econômico solidário, do segmento de coleta e separação de resíduos sólidos, a Cooperativa de Produção de Material

Reciclável de Tangará da Serra-MT. Os discursos dos sujeitos foram categorizados de acordo com as sete dimensões da consciência política. A identidade coletiva do grupo num sentido mais restrito apontou que a identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade, assim como o sentimento de pertinência, estão ligados às questões: parentesco familiar e vizinhança; liberdade no trabalho. A dimensão que visa analisar as crenças societárias, valores e expectativas do grupo apresentou, prioritariamente, os sentimentos de amizade e união, sentem também que são agentes ambientais e que suas expectativas são de ter um trabalho livre e renda suficiente para subsistência. A dimensão dos interesses antagônicos e adversários apontou que a grande força leva esses sujeitos a permanecer unidos contra interesses antagônicos dizem respeito a lutar contra o desemprego e formas exploratórias de trabalho. Com relação a eficácia política, apresentam expectativas de melhoria de vida e por estarem em um trabalho livre, que lhes confere outros ganhos, não monetários. A dimensão da consciência que diz respeito a sentimentos de justiça e injustiça apontou para questão do desemprego e de um trabalho livre. Com relação a vontade de agir coletivamente compreendem a cooperativa com um espaço para suas vivências de um trabalho livre junto a seus familiares. A dimensão da ação e objetivos do movimento social apresentou questão de serem donos do próprio negócio e a transparência nas relações produtivas. Os resultados apontam que o empreendimento é um espaço possível de politizar a sobrevivência através da prática da autogestão e da formação que ela demanda; que as identidades em geral são construídas através de relações de parentesco e de liberdade no trabalho e que a luta dos cooperados é contra o sistema capitalista que os exclui do mercado de trabalho. Indicam também que eles encontram, nos espaços do empreendimento, significativo apoio e solidariedade. Esse trabalho, que compartilha da própria vida, evidenciou aspectos da formação política engendrada na esfera do trabalho, ou seja, uma politização da e para a sobrevivência.

Palavras-chave: economia solidária, qualificação profissional; formação humana; consciência política, movimento social

A Participação Política de Alunos de Universidades Particulares do Vale do Paraíba, São Paulo

Lucia Maria Rangel Azevedo (Fatea de Lorena, SP, Brasil)

Nossa proposta consiste em estudar a participação política dos alunos universitários das escolas particulares da região do Vale do Paraíba. Procuramos contextualizar o ensino superior brasileiro, sobretudo privado, desde seu surgimento no século XIX até seu desenvolvimento na atualidade. Apresentamos os antecedentes históricos, o surgimento das escolas de ensino superior privado e seu crescimento no país. Tratamos da reforma universitária na década de 1960, das relações entre a Constituição Federal de 1988 e o ensino superior, da grave crise econômica da década de 1980 e sua influência sobre o ensino superior. Discutimos o crescimento de vagas ocorrido durante os anos 1990, assim como sobre os sintomas de exaustão na demanda pelo ensino superior observados no início do séc. XXI. Finalizando esta contextualização, tratamos do fortalecimento do ensino superior público federal ocorrido na primeira década deste século, da concentração de professores nas instituições públicas ou privadas quanto à titulação e regime de trabalho, além da democratização do ensino superior via ensino superior privado. Construimos um instrumento de pesquisa, que foi aplicado em 301 alunos universitários. Buscamos estabelecer relações entre os comportamentos manifestados pelos alunos e as várias dimensões constituintes da consciência política. Os resultados mostraram alunos muito solidários, preocupados com o bem comum e ético, porém refratários à participação em atividades coletivas ou políticas. Esta tendência de não participar foi observada nas diversas dimensões pesquisadas. Ao compararmos os cursos, vimos algumas diferenças entre eles e no que se refere à comparação entre as cidades, os resultados mostraram muita semelhança entre os alunos. As diferenças foram sutis.

Palavras-chave: qualificação profissional; formação humana, educação, consciência política.

Formação humana de jovens: para além da qualificação profissional

Kenedy Silva Torres

Reinaldo Pacheco

Educar jovens para a cidadania, em uma comunidade onde as pessoas são vulneráveis pessoal, social e programaticamente, representa um grande desafio. Contudo, é possível verificar a existência de organizações não governamentais, como a Ação Comunitária Paroquial do Jd. Colonial – CPA Pe. Bello, que buscam romper com este tipo de dificuldade. Em estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais observa-se a necessidade de considerar as novas configurações dos novos movimentos, bem como o papel de seus líderes e demais envolvidos. Este estudo permite olhar determinados jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, que participam de cursos de qualificação profissional (Assistente Administrativo e Suporte Técnico em Informática), como potenciais protagonistas de sua própria vida, sujeitos possuidores de história e de memória que se encontram em um mundo que lhes precede, porém aberto a novas iniciativas. Com isso, por meio da construção conjunta do conhecimento busca-se consciência crítica e sensibilidade para analisar a realidade e intervir sobre ela sem limitar-se a prescrição de cursos de qualificação profissional. Os dados presentes foram possíveis com o uso de um questionário e da observação cotidiana que possibilitaram anotações a partir do campo-tema, no fazer parte da produção e negociação de sentidos e no partilhar a própria história e escutar a do outro, no conviver e produzir junto. Foi possível participar do planejamento conjunto com os educadores de formação humana do CPA Pe. Bello e da execução de suas ações com os jovens atendidos. Observou-se que ao sentir-se parte do processo e ser encorajado a produzir algo cuja essência passava por sua subjetividade e, após materializado, permaneceria seu, os jovens trouxeram a percepção de que podem decidir por um projeto para a própria vida onde cabem, inclusive, os sonhos. Deste modo, a consciência de si torna-se parâmetro para a consciência do outro e o exercício da cidadania de forma efetiva, enquanto, o que se chama formação humana, propõe a libertação dos jovens do formal, da submissão, no mercado de trabalho.

Palavras-chave: juventude; qualificação profissional; formação humana; consciência crítica; movimentos sociais

Consciência política e juventude rural: um estudo a partir do MPA-ES

Maria Cândida de Oliveira Costa

Salvador A M Sandoval

A imagem de jovens desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade não é nova e faz parte da literatura clássica sobre campesinato. No Brasil, não poderia ser diferente. Entretanto, o que pode ser observado no contexto dos movimentos sociais rurais atuais, é a presença de novas organizações de juventude rural como atores políticos. Este estudo tem como tema motivador a preocupação com a juventude rural, que constantemente se vê associada ao problema de migração do campo por falta de condições, opções e, especialmente, expectativas, para a saciedade de seus desejos e de sua sobrevivência. O que se pretende é, a partir de estudos realizados, apresentar analiticamente de que forma esta sendo desenvolvida a consciência política dos jovens do MPA-EP (Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo). O estudo foi elaborado por meio do método etnográfico e história oral. Foram realizadas entrevistas e questionários com jovens e líderes participantes do movimento. Foi observado que o MPA, desde seu surgimento até os dias atuais, através de suas formas de organização de base, de mobilização política, de formação de quadros militantes, vem apresentando características que permitem apontá-lo como um possível agente de transformação social. Embasados nessa visão de mundo, os jovens do MPA-ES têm papel fundamental na perpetuação do campesinato, permitindo, a construção de um novo sujeito político dentro de uma categoria mais ampla do campesinato, que é a juventude camponesa.

Palavra-chave: Movimentos sociais; Juventude; Camponeses; Consciência política

Código: D1.137

Situação: Em andamento

Identidades em Construção e Disputa: a pluralização de sujeitos nas culturas políticas de movimentos sociais e culturais nos meios rural e urbano

Coordenadora: Andrea Paula dos Santos

Esta Mesa Redonda reúne trabalhos de pesquisa interdisciplinares sobre movimentos sociais e culturais nos meios rural e urbano, formados por sujeitos que protagonizam e pluralizam construções identitárias coletivas, marcadas por processos de identificação em que categorias de gênero, geração, classe social e etnia se misturam, confrontam-se e dialogam. Sentidos do que significa o desenvolvimento de uma consciência política são disputados e recriados, na formação cotidiana, instável e permanente de novas identidades e subjetividades.

Tais sujeitos e grupos (trabalhadores sem terra, jovens assentados, mães, grafiteiros e pixadores) destacam-se por desenvolverem práticas culturais, artísticas e políticas organizadas que – além de ocuparem espaços públicos, criarem culturas políticas e darem visibilidade a questões como conflitos agrários e desigualdades urbanas – trazem à tona os dilemas de formações identitárias que são historicamente hierarquizadas por transformarem diferenças em desigualdades. Mulheres-mães, jovens, afro-descendentes e despossuídos têm protagonismos nesses movimentos sociais e culturais, problematizando estruturas e relações de poder existentes em culturas políticas tradicionais que os marginalizam e os excluem dos espaços políticos e culturais e das garantias de cidadania.

Nessa direção, a Mesa Redonda propõe discutir noções de cidadania cultural, apresentando perspectivas teóricas e metodológicas advindas dos Estudos Culturais, da História Cultural, da Psicologia Social e Política, da Filosofia, das Ciências Sociais e das Artes. Tais áreas de conhecimento oferecem parâmetros de análise para a compreensão multifacetada das construções de consciências políticas atravessadas por outras categorias identitárias trazidas pelos movimentos feministas, étnicos, de juventude. Serão debatidas como estas novas categorias e movimentos complexificaram e pluralizam identidades coletivas de movimentos sociais tradicionais, antes orientadas principalmente pela noção de classe social, predominante nas análises acerca das lutas e dos conflitos sociais ao longo do século XX.

Cultura e arte urbana na região metropolitana de São Paulo: construção de identidades, territórios existenciais e imaginários urbanos

Andrea Paula dos Santos

Expressões de arte urbana podem contribuir para a formação de identidades, culturas políticas e políticas culturais alternativas? De que maneiras sujeitos e grupos ligados à arte urbana, com suas formas de expressão – por exemplo, os grafites e as pixações espalhados pela região metropolitana de São Paulo – constituem territórios existenciais, imaginários urbanos e identidades? Entendemos arte urbana como aquela realizada em espaços públicos, sem ser necessariamente “encomendada” ou aceita pelas instituições tradicionais. Acreditamos que tais expressões artístico-culturais proporcionam repensar as fronteiras entre arte e cultura, construindo identidades, subjetividades e estilos de vida, sobretudo entre grupos culturais juvenis, tais como o movimento hip-hop. Partimos da ideia de que quanto maior o alcance, a complexidade, a multiplicidade das expressões de arte urbana, maiores são as possibilidades de reconfiguração identitária, de culturas políticas, e do próprio universo artístico e cultural, com destaque para as culturas juvenis, organizadas em redes plurais na cultura digital. Observamos, com base em algumas perspectivas teóricas e metodológicas interdisciplinares, sobretudo da História Cultural, dos Estudos Culturais e das Artes, como algumas práticas culturais de arte urbana, que confrontam identidades e subjetividades em disputa, na busca do estabelecimento de cidadanias culturais, ou seja, de direitos à expressão de diferenças, sem que estas sejam hierarquizadas e transformadas em desigualdades. Nessa direção, a cidadania cultural, a mudança do papel de consumidores passivos para ativos produtores culturais, o crescimento da diversidade da produção cultural descentralizada, a invenção de novas linguagens estéticas, a pluralidade de subjetividades e identidades culturais (étnicas, geracionais, de gênero) são alguns dos aspectos dos processos de produção artística, cultural e educacional que parecem emergir com força. Estes emergem, simultaneamente, como novas práticas políticas e como políticas culturais, nas quais movimentos culturais e artistas urbanos atuam como desenvolvedores de processos e manifestações estéticas e éticas. Manifestações plurais que criticam, em textos e imagens – em linguagens híbridas – as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, por meio da ocupação de espaços públicos e da transformação destes em suporte da arte, problematizando formações identitárias, territórios existenciais e imaginários urbanos.

Formação Identitária e Cultura Política em Histórias de Vida de Jovens Acampados e Assentados no Campo

Cassia Milena Nunes Oliveira

O trabalho de pesquisa intitulado “MST: A juventude como caminho” foi realizado no assentamento Dom Pedro Casaldáliga que fica na cidade de Cajamar, região metropolitana de São Paulo e pertence a Regional Grande São Paulo dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A escolha do assentamento se deu pela proximidade criada com a comunidade desde o processo de ocupação até a efetiva transformação da área em um assentamento.

Acompanhando essa trajetória pude observar as mudanças decorrentes do tempo de luta pela área almejada. Dentre essas mudanças me chamou especial atenção a questão da juventude como um grupo específico, com demandas e dificuldades próprias. Os jovens que compunham parte significativa dos acampados, em sua maioria, não se tornaram assentados.

Diante dessa problemática e seguindo os preceitos da moderna História Oral, realizei entrevistas com jovens assentados: Jonas, José Carlos, Cláudio, Kelly, Robério e José Wilk. Destes, Robério estava afastado do assentamento em decorrência das dificuldades de manter os filhos pequenos sem possuir nenhuma renda imediata e Cláudio não intentava ficar na área conquistada porque ainda queria conhecer outros lugares e viveres. Os demais viviam no assentamento com acesso a estrutura oferecida aos assentados, ou seja, a formação educacional (realizada em outros assentamentos) e os créditos oferecidos pelo Governo Federal e intermediado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Com esse apoio mínimo, o assentamento conquistou o início de sua produção agrícola pautada sobretudo pela agroecologia e casas de alvenaria para as 35 famílias assentadas.

As histórias de vida desses jovens colaboradores abriu uma série de temas e questões que me permitiu uma maior aproximação com o universo subjetivo e as necessidades materiais imediatas que norteiam as ações desses jovens militantes da reforma agrária. O futuro dos assentamentos rurais depende dessa nova geração de assentados e portanto, ouvi-los é imprescindível para a elaboração de ações que viabilizem a permanência desses jovens no campo.

Novas Formas de Luta na Contemporaneidade: militância materna e construção de identidades

Marcela Boni Evangelista

Em tempo marcado pela fragmentação e pela liquidez, a constituição de grupos organizados em torno de interesses comuns e de movimentos sociais apresenta características peculiares. A crise nos paradigmas que questionou as explicações totalizantes sobre a sociedade cedeu espaço a proposições ocupadas em refletir sobre os aspectos múltiplos das novas formas de organização social, em que estão incluídos grupos considerados marginalizados, como é o caso de mulheres, negros, homossexuais, índios, infratores, entre outros.

Também marca dos tempos atuais, a violência urbana e o envolvimento cada vez mais precoce de crianças e adolescentes com drogas e atos violentos tem resultado em situações de violações de direitos humanos contra tais sujeitos, em muitos casos promovidas por agentes do Estado e em instituições de cumprimento de medidas sócio-educativas de privação de liberdade.

É neste contexto que emerge um movimento pulverizado, mas indicador de uma tendência, formado por mulheres-mães de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Muitas vezes integrantes de estratos sociais menos favorecidos, estas mulheres encontram no sofrimento elementos formadores de uma nova identidade, esta pautada em uma forma alternativa de ver e estar no mundo: a militância.

Na luta pelos direitos dos filhos, estas mulheres assumem novos papéis sociais e ampliam o espectro de sua luta para uma abordagem que envolve também seus direitos como mulheres. Neste sentido, tal tipo de organização e de movimento social indica novos comportamentos frente às desigualdades verificáveis na sociedade contemporânea e complexifica a concepção sobre as formas de luta nos dias atuais.

A presente comunicação tem como objetivo, portanto, aprofundar as discussões em torno destas novas forma de atuação em âmbito social, partindo da experiência de mulheres-mães que vivenciaram a conflitualidade de seus filhos adolescentes.

Construção de Identidades nos Movimentos Sociais: consciência e cultura política nas místicas do MST

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

A partir de pesquisas acerca da construção de identidades nos movimentos sociais, sobretudo no MST, trataremos de como as questões relacionadas à formação identitária estão intimamente ligadas com práticas educacionais e culturais desenvolvidas pelos seus membros, com vistas à formação de uma consciência e de uma cultura política. Nesse sentido, analisaremos as místicas do MST, como um conjunto de atividades que precedem, entremeiam e finalizam diversos atos políticos (encontros, reuniões, marchas, manifestações), e reúnem música, poesia, teatro, entre outras linguagens, que se mesclam e adquirem características rituais e religiosas.

Atualmente, pesquisadores de várias áreas de conhecimento estudam como esse e outros movimentos sociais, sindicais e culturais criaram suas formas de organização e atuação em torno de práticas sociais, rituais e artísticas em que se mesclam política, economia, cultura e religião. Noções de identidade como sentidos de pertencimento a grupos e de localização no tempo e no espaço dialogam com as de subjetividade e intersubjetividade, como formas de expressão e encontros de mundos íntimos que se sobrepõem numa comunidade, que tenta fixar e construir identidades coletivas

É importante destacar que movimentos sociais como o MST, ligado às questões agrárias no Brasil, surgiram na década de 1970 a partir da influência de religiões cristãs, em especial de segmentos da Igreja Católica e da Igreja Luterana, defensores da chamada Teologia da Libertação. Essas origens estão relacionadas à importância das místicas como elemento formador de identidades e subjetividades, conformadores de uma cultura política em que a consciência política é construída e ritualizada cotidianamente.

Nosso objetivo é apresentar o que é a mística e, nas visões de seus participantes, como elas são feitas, em que ocasiões, quais temas abordam, de que formas criam uma cultura política específica no movimento social, como contribuem para a formação identitária dos sujeitos e constroem uma noção de consciência política compartilhada por seus membros.

Código: D1.155

Situação: Em andamento

Identities em Construção e Disputa: a pluralização de sujeitos nas culturas políticas de movimentos sociais e culturais nos meios rural e urbano

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Esta Mesa Redonda reúne trabalhos de pesquisa interdisciplinares sobre movimentos sociais e culturais nos meios rural e urbano, formados por sujeitos que protagonizam e pluralizam construções identitárias coletivas, marcadas por processos de identificação em que categorias de gênero, geração, classe social e etnia se misturam, confrontam-se e dialogam. Sentidos do que significa o desenvolvimento de uma consciência política são disputados e recriados, na formação cotidiana, instável e permanente de novas identidades e subjetividades. Tais sujeitos e grupos (trabalhadores sem terra, jovens assentados, mães, grafiteiros e pixadores) destacam-se por desenvolverem práticas culturais, artísticas e políticas organizadas que – além de ocuparem espaços públicos, criarem culturas políticas e darem visibilidade a questões como conflitos agrários e desigualdades urbanas – trazem à tona os dilemas de formações identitárias que são historicamente hierarquizadas por transformarem diferenças em desigualdades. Mulheres-mães, jovens, afro-descendentes e despossuídos têm protagonismos nesses movimentos sociais e culturais, problematizando estruturas e relações de poder existentes em culturas políticas tradicionais que os marginalizam e os excluem dos espaços políticos e culturais e das garantias de cidadania. Nessa direção, a Mesa Redonda propõe discutir noções de cidadania cultural, apresentando perspectivas teóricas e metodológicas advindas dos Estudos Culturais, da História Cultural, da Psicologia Social e Política, da Filosofia, das Ciências Sociais e das Artes. Tais áreas de conhecimento oferecem parâmetros de análise para a compreensão multifacetada das construções de consciências políticas atravessadas por outras categorias identitárias trazidas pelos movimentos feministas, étnicos, de juventude. Serão debatidas como estas novas categorias e movimentos complexificaram e pluralizam identidades coletivas de movimentos sociais tradicionais, antes orientadas principalmente pela noção de classe social, predominante nas análises acerca das lutas e dos conflitos sociais ao longo do século XX.

Comunicação Coordenada

Código: D2.8

Situação: Em andamento

Saber e Fazer: relato de experiências em intervenção psicossocial

Wedna Cristina Marinho Galindo

wedna@bol.com.br

Ao profissional de psicologia têm sido dirigidas demandas, na contemporaneidade, que funcionam como um convite para pensar sua prática. O compromisso ético-político com a construção de uma sociedade democrática e, por conseguinte, formada por sujeitos ativos e críticos de sua realidade, convive com a tendência de valorização inquestionável do saber do psicólogo. Atuar a partir deste confortável lugar do saber-poder, faz do psicólogo agente de manutenção das contradições do capitalismo, inclusive, da relação perversa que esse sistema tem mantido com a ciência. Em outra direção, intervir considerando a realidade como contraditória e assumindo o compromisso de promoção de sujeitos-cidadãos, inscreve o trabalho do psicólogo no registro das resistências, das possibilidades de transformação social. Nesse trabalho, apresento fragmentos de experiências de intervenção, com destaque para a relação com os sujeitos no desenvolvimento de suas tarefas. Das várias situações de atuação – trabalhadores rurais organizados; usuários de drogas em acompanhamento; educadores populares articulados – destaco alguns aspectos que indicam uma postura interventiva implicada com a consolidação de uma sociedade democrática. Filiando minha prática às orientações psicossociais de intervenção, defendo que a atuação merece ser pautada: a) pela ênfase no sujeito social; b) pela resistência diante de tendências normatizantes e/ou patologizantes; c) comprometida com o questionamento de padrões que sustentam concentração de poder; d) pela acolhida à criatividade, inventividade, singularidades nos modos de existir, relacionar-se e produzir; e) no reconhecimento dos sujeitos como protagonistas dos processos. A postura implicada do psicólogo demanda respeito à cultura do grupo/sujeitos em intervenção, bem como habilidade para suportar movimentos de reversão da instituída relação de concentração de poder pela valorização exclusiva do saber desse

profissional, e, assim, manutenção da dependência dos sujeitos. O necessário fazer do psicólogo, sua presença junto aos grupos/sujeitos, implica, paradoxalmente, que ele seja descartado, em nome da autonomia dos grupos/sujeitos.

Palavras chaves: atuação (psicologia); poder profissional; autonomia; sujeito social; democracia.

Código: D2.91

Situação: Em andamento

O Desafio da Interculturalidade na América Latina

Edimério F. de Farias

edyfarias7@yahoo.com.br

Após um processo de colonização, exploração, extermínio, escravidão, ou mesmo em políticas deliberadas de branqueamento é que América Latina há pouco menos de duas décadas começou a reconhecer “oficialmente” sua diversidade étnico-cultural. Hoje, a nova atenção à diferença e à diversidade parte de reconhecimento jurídico e da necessidade de promover relações interculturais positivas com vistas a confrontar a discriminação, o racismo e a exclusão e formar cidadãos conscientes devotados na construção de sociedades justas, igualitárias e plurais. O grande paradoxo da globalização é que se por um lado fomenta o cosmopolitismo, a transnacionalização econômica com o enfraquecimento dos aspectos de controle político dos Estados-nação, por outro lado gera localismos e com eles o retorno das questões étnicas para a política. Este retorno tem um aspecto positivo e outro negativo. O aspecto positivo é que tem posto em evidencia a dominação cultural e política dos grupos subalternizados da sociedade sobre os quais haviam se estruturado os Estados e as identidades nacionais. Hoje mais do que nunca se faz necessário romper com o modelo centralizador do Estado-Nação e da cidadania homogênea e sustentar a construção de autênticos Estados-multiculturais e de cidadanias interculturais. O aspecto negativo é que os movimentos étnico-políticos facilmente se polarizam tornando-se fonte de violências interculturais. Acrescenta-se

a isto a crise das ideologias que deixou um grande vácuo no mundo atual. Os espaços públicos das democracias liberais são espaços limitados culturalmente, homogêneos e linguisticamente monocórdios. Por isto a primeira tarefa das democracias multiculturais consiste em criar espaços públicos interculturais permitindo a expressão da diversidade. O Interculturalismo não é uma categoria teórica é uma proposta ética. Falar de interculturalidade nesta perspectiva é falar dos encontros e desencontros das hibridações e dos diversos tipos de intercâmbios entre as culturas.

Palavras-Chave: Interculturalismo; América Latina; Cidadania; Estados-Multiculturais e Globalização

Código: D2.106

Situação: Concluído

Etnografia e Implicações Psicossociais

Emília Emi Takahashi

emiliaetakahashi@gmail.com

Considerando as experiências etnográficas no campo da psicologia política, é sempre bom lembrar de Gilberto Velho e de Tajfel, de suas observações sobre os cuidados que devemos ter ao observar o que nos é familiar e ao realizar pesquisas sobre a identidade social. Partindo de questões sobre gênero e identidade, levantadas numa pesquisa etnográfica sobre a formação da identidade militar de homens e mulheres (FE/UNICAMP 2002), esta comunicação traz algumas reflexões acerca das marcas desta experiência sobre a identidade da própria pesquisadora – também participante do universo estudado. O trabalho de pesquisa inicial gerou um movimento muito mais amplo do que os objetivos acadêmicos pretendidos e que pôde ser articulado e ampliado durante o estágio de pós-doutorado (CPDOC/FGV 2009-2010): as implicações psicossociais do trabalho etnográfico, especialmente, os desafios éticos e a dinâmica da construção da subjetividade da própria pesquisadora a partir da experiência etnográfica na instituição de trabalho. Tomar a instituição onde se trabalha como objeto de

investigação, obter relatos pessoais sobre trajetórias, sonhos, aspirações e frustrações vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, bem como enfrentar as opiniões, sugestões e tentativas de interferência de outros membros da instituição estudada, foram alguns dos desafios que esta experiência trouxe. Discutir sobre as dificuldades e oportunidades, as questões éticas da condição singular da pesquisa e da pesquisadora, pode contribuir para o debate sobre o desafio de ser participante do universo estudado e sobre as implicações psicossociais da experiência etnográfica. Estas questões são dedicadas aqui a quem está indo a campo, está em campo ou pretende refletir sobre sua participação em campo. Palavras chave: identidade, gênero, socialização militar, etnografia.

Código: D2.122

Situação: Em andamento

A Arte de Ser Brasileiro: a preguiça e a política

Ramon Luiz Zago de Oliveira

ramonmesmo@gmail.com

As artes constituem um importante veículo de circulação de referenciais que constituem as identidades nacionais. O presente trabalho pretende debater a influencia que exercem e que sofrem o cinema e a literatura como espaços de representação e de circulação da identidade caipira e sua relevância para a cultura e representação política. Esta análise será realizada por meio da observação do processo histórico de criação e de reforço de características que vão sendo incorporadas ao modo de entender e de vivenciar a brasilidade do personagem Jeca Tatu. O Jeca Tatu é um personagem é um dos ícones da identidade caipira. Ele interage nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais ao longo de todo e século XX. De início o Jeca é marcado como incendiário, preguiçoso, supersticioso, atrasado, dotado de características de animais: um selvagem. Tanto o personagem quanto seu criador estavam encravados no sistema político da República Velha. A inserção de Lobato no contexto do coronelismo é muito curiosa, pois, mesmo participando do circuito aristocrático

da República Velha, o neto do Visconde de Tremembé era um crítico vigoroso e brilhante. O Jeca surge como a denúncia de um Brasil atrasado em meio ao discurso da modernização, mas se destaca como uma forma de denunciar a alienação das elites que não conseguem pensar a partir da realidade nacional, que não conseguem superar a corrupção e que não percebem a miséria do interior do país enquanto se ocupam de temas da agenda internacional, ao mesmo tempo em que desmistifica o imaginário do bom selvagem construído pelo romantismo. A inspiração de Mazzaropi em Lobato não para somente nas referências mais evidentes do nome do personagem e dos conteúdos. Os temas iniciados por Lobato permanecem: o sistema político, as desigualdades, a condição de vida no campo, a religiosidade e a preguiça. Nos próximos filmes em que Mazzaropi anima o personagem, o movimento de mudança do personagem continua incluindo os novos elementos do contexto social, político e religioso.

Pôster

Código: D3.89

Situação: Em andamento

Consciência Política: um estudo sobre o impacto da consciência política de formadores de educadores (as) sociais na formação continuada destes

Maria Eugenia Augusto Gregorio

eugeniagregorio@yahoo.com.br

A presente pesquisa tem por objetivo analisar qual é o impacto da consciência política dos formadores de educadores e educadoras sociais na formação continuada destes. Nosso interesse em desenvolver este trabalho com ONGs (Organizações Não Governamentais) da zona sul da Cidade de São Paulo, nasceu da experiência como formadora de educadores em Programas para a juventude. Da observação da diferença entre a prática e o discurso iniciais dos (as) educadores (as) e sua mudança durante o processo de formação, onde tais educadores

(as) falam dos (as) adolescentes com quem trabalham e estabelecem com eles (as), e não para com eles, uma relação de comunicação, ou seja, uma relação dialógica, de solidariedade, permitiu-nos identificar que nesta relação se iniciou um processo de conscientização na perspectiva freireana. Numa revisão da literatura sobre o tema estudado por nós, não encontramos nenhuma pesquisa que estuda o impacto da consciência política de formadores. As concepções de Freire, sobre conscientização, e de Sandoval, sobre consciência política serão nossas referências para a coleta e análise dos dados. Para que possamos realizar este estudo, desenvolveremos uma pesquisa qualitativa com fontes documentais da Organização formadora e dos (as) educadores (as) do Programa estudado; entrevista semiestruturada com os (as) formadores (as) dos (as) educadores (as) e utilizaremos a técnica do grupo focal com os (as) educadores (as) por entender que atendem melhor ao objetivo de nossa pesquisa. O que pretendemos fazer é uma discussão à luz da concepção freireana de conscientização, analisando as categorias a partir das dimensões da consciência política propostas por Sandoval, a saber: identidade coletiva, crenças, valores e expectativas sociais; percepção de interesses antagônicos e adversários; sentimentos de eficácia política; sentimentos de justiça e de injustiça; vontade de agir coletivamente e metas e ações dos movimentos sociais.

Palavras chave: Consciência política; Conscientização; Formação Continuada; Educação; Juventude

Código: D3.110

Situação: Em andamento

Cultura Operária do ABC: um estudo sobre a transmissão de herança simbólica entre pais e filhos trabalhadores metalúrgicos

Célia Cristina CapucciMaia Negrão Caldas

celia.capucci@smabc.org.br

Esta pesquisa se propõe a investigar os elementos constitutivos da “cultura operária do ABC”, especialmente os relacionados ao trabalho operário e à política sindical e partidária, a

partir de entrevistas realizadas com trabalhadores metalúrgicos de duas gerações. Pretende contribuir para a compreensão de como se dá o processo de transmissão da cultura operária entre pais e filhos metalúrgicos, bem como qual é a importância de diferentes instâncias de socialização nesse processo. O grupo do estudo será selecionado a partir de um senso realizado com a categoria de trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista de duas empresas do setor automotivo: Ford e Mercedes-Benz. O questionário aplicado permite cruzar os dados de forma a compor uma amostra não aleatória. Partiremos, em nossa pesquisa, de um recorte cujo eixo central será de uma das gerações composta por jovens de 18 a 25 anos e através deles, constituiremos a outra geração a ser estudada pelos seus pais. A pesquisa está dividida em 4 fases: entre o estudo bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas, e observações na casa e bairro dos entrevistados, assim como nas fábricas. Encontra-se em andamento em fase inicial, na elaboração da amostra.

Palavras-chave: cultura operária; socialização; socialização política; movimento sindical; família.

Código: D3.175

Situação: Concluído

Estereótipos em Cursos de Graduação na Universidade De São Paulo

D. W. Lopes, K. D. Ávila, M. S. Silva, M. T. Silva, T. R. Santos, T. Bornato, F. Carbayo

baz@usp.br

Estudos incipientes apontaram possíveis conflitos entre as identidades profissionais dos alunos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). Conhecer essas identidades e verificar se correspondem à realidade pode ajudar a superá-los. Nesta pesquisa investigamos estereótipos associados aos alunos, homens e mulheres, dos dez cursos de graduação da EACH: Ciências da Atividade Física, CAF; Gestão Ambiental, GA; Gerontologia, GER; Obstetrícia, OBS; Gestão de Políticas Públicas, GPP; Lazer e Turismo,

LZT; Licenciatura em Ciências da Natureza, LCN; Sistemas de Informação, SI; Marketing, MKT; Têxtil e Moda, TM.

Enviamos aos alunos da EACH um questionário eletrônico sobre características do corpo, vestimenta e acessórios pessoais atribuídos aos estudantes, classificados por curso e sexo. Recebemos 400 questionários, um ou mais por respondente.

Também, tiramos, por curso, fotos de corpo inteiro de 24 alunos selecionados ao acaso. Alunos voluntários indicaram, através das fotos, o suposto curso dos alunos fotografados sobre os que quiseram opinar, totalizando 1550 indicações.

Através do questionário constatamos que há estereótipos fundamentados para os cursos de CAF (sexo masculino), SI (masculino), TM (feminino) e GA (masculino e feminino). Através indicações sobre as fotos constatamos que (a) os estudantes de TM (feminino), CAF (masculino), SI (masculino) GA (ambos os sexos), LZT (feminino) e GPP (masculino) foram corretamente identificados com maior frequência; e (b) existem estereótipos infundados para GER, LCN, OBS, MKT visto que um grande número de alunos foi associado, equivocadamente, a estes cursos.

Refletir sobre os resultados deste trabalho pode contribuir para harmonizar a convivência na EACH, interdisciplinar por vocação.

Palavras-chave: estudantes, identidade profissional, identidade visual, preconceito, convivência

E. Educação, Juventude e Socialização Política

Mesa Redonda

Código: E1.56

Situação: Concluído

Ensino da Psicologia Política: tendências e debates atuais sobre uma prática nova no Brasil

Coordenador: Salvador A. M. Sandoval

Faz alguns anos que o conhecimento de Psicologia Política vem ganhando aceitação entre os conteúdos vistos como relevantes para a formação de profissionais em várias carreiras universitárias. Iniciando com matérias de Psicologia Política, Política e Psicologia ou Políticas Públicas e Psicologia dentro dos cursos de Psicologia de algumas universidades brasileiras, crescentemente a Psicologia Política vem ganhando inclusão entre as matérias de um crescente número de cursos de graduação e pós-graduação, além da Psicologia, como em outros cursos como Administração, Ciências Sociais, e Educação. Ao mesmo tempo a problemática do ensino de psicologia política foi tema de discussão tanto em congressos da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia – ABEP e na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia. Um olhar rápido no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq mostra o crescimento da área de Psicologia Política onde constam cadastrados 17 grupos de pesquisa com o nome de Psicologia Política, mais 34 com o título de comportamento político, e outros 10 como nomes diversos em que também são regularmente realizadas pesquisas com algum enfoque psico-político. Considerando o aumento de atividades docentes e de pesquisa relacionados ao campo da Psicologia Política em vários cursos universitários além da Psicologia, achamos oportuno trazer para o Simpósio de Psicologia Política uma discussão sobre a problemática do ensino tanto na graduação como na pós-graduação. Para tanto esta mesa redonda terá participantes de diferentes regiões do país e mais importante de diferentes experiências de ensino de Psicologia Política em cursos universitários diferentes.

Palavras chaves: ensino da psicologia política, psicologia política

O Ensino da Psicologia Política no Brasil

Joseli Costa

joseli_costa@uol.com.br

Partindo das especificidades do ensino e do trabalho acadêmico no Brasil, assim como da diversidade de identidades, interesses e enfoques teóricos da Psicologia Social em geral e da Psicologia Política em particular, a mesa discutirá a possibilidade de construção de um corpo comum de conhecimentos que permita a propositura de uma identidade partilhada para o ensino da Psicologia Política. Serão analisadas as possibilidades de convergência nesse cenário de divergências, e suas implicações para o futuro da Psicologia Política como disciplina do currículo de formação básica dos currículos da graduação e pós-graduação em Psicologia. A mesa reúne docentes que atualmente ministram aulas de psicologia política em diferentes cursos acadêmicos, não apenas no curso de Psicologia, com o propósito de apresentar uma diversidade de perspectivas e práticas de ensino desta matéria considerando as expectativas de diversos cursos acadêmicos, podendo assim contribuir para uma discussão sobre conteúdos e práticas de ensino no campo da Psicologia Política no Brasil. As discussões na mesa devem desenvolver-se em torno de quatro focos temáticos:

- 1) A experiência de ensino na disciplina, na graduação e na pós-graduação, abordando objetivos e conteúdo da disciplina, visando descrever o modo como a disciplina vem sendo efetivamente concebida pelos professores;
- 2) As dificuldades e possibilidades da disciplina, abordando principalmente:
 - a) sua identificação e diferenciação em relação aos campos disciplinares mais próximos, particularmente a Psicologia Social.
 - b) o interesse dos estudantes em cursar a disciplina.
 - c) a diversidade de objetos de estudo no campo da disciplina;
 - b) a diversidade teórica e a possibilidade de unificação conceitual

Ensino e Pesquisa em Psicologia Política

Márcia Prezotti Palassi

mprezotti@hotmail.com

Nesta mesa-redonda pretendemos provocar reflexões no público sobre temas de interesse do Ensino e Pesquisa em Psicologia Política para fomentar um debate que contribua para o desenvolvimento desta área no Brasil. Para isso, apresentamos a seguir, a definição de temas de interesse da Divisão Acadêmica de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade do XXXV Encontro da ANPAD 2011, como uma proposta de nove eixos norteadores para o debate sobre Ensino e Pesquisa em Psicologia Política neste simpósio: 1. epistemologia em psicologia política; 2. estratégias e métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos em psicologia política; 3. ética na pesquisa e produção do conhecimento em psicologia política; 4. formação do professor e do pesquisador em psicologia política; 5. o processo de ensino em psicologia política; 6. casos para ensino em psicologia política; 7. o contexto institucional do ensino e da pesquisa em psicologia política; 8. estudos históricos, reflexivos ou críticos em psicologia política; 9. Estágio em psicologia política; 10. temas livres. Após a exposição conceitual destes eixos, pretende-se discutir ainda, como este ensino em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, associados à estágios em diferentes instituições e organizações, podem contribuir para a formação de profissionais especializados em psicologia política, capazes de atuar em diferentes campos.

Palavras-chave: psicologia política; ensino; pesquisa; estágio; formação profissional em psicologia política.

Psicologia Política como campo Interdisciplinar de Ensino

Alessandro Soares da Silva

alesssoares@usp.br

A presente intervenção explora como a Psicologia Política pode contribuir à formação interdisciplinar em cursos de graduação e pós-graduação fora da área da Psicologia.

Recuperamos o sentido da Psicologia Política como um campo autônomo e distinto da Psicologia Social, ainda que relacionado com este. Por ser um campo no interstício das fronteiras disciplinares, parece adequada a reflexão da experiência do ensino desta matéria em graduações como Gestão de Políticas Públicas (GPP -USP) e em Programas de Pós-Graduação interdisciplinares como o Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (USP), e no Ciclo Básico universitário (USP). Essas três experiências aproximam múltiplos atores com formações e intencionalidades distintas no campo profissional de modo a dinamizar a experiência educativa da Psicologia Política e ampliar aspectos epistêmicos relacionados a natureza da matéria. Pode-se dizer que ministrá-la em espaços que rompem com a perspectiva disciplinar possibilitam a própria Psicologia Política assimilar novas temáticas de estudos, bem como novas possibilidades teórico-metodológicas de abordagem.

Na Gestão das Políticas Públicas tem sido relevante para repensar formas de compreensão do ciclo das políticas públicas e a forma com que o Estado atua frente a instrumentos representativos. Nesse ambiente a Psicologia Política aprofunda as relações entre aspectos Psicossociológicos, Antropológicos, Políticos e Administrativos presentes na ação política de quem exerce o papel de gestor público e não se limita a mera gerência do bem público.

A psicologia política pode abrir portas relevantes para o estudo sobre a mudança social e participação política que, tradicionalmente, se restringem a estudos realizados pela Ciência Política e pela Sociologia. Seu aparecimento tem sido significativo para a produção de novas possibilidades de compreensão de fenômenos políticos que necessitam de olhares que rompam com a disciplinaridade, exatamente porque ela não alcança os aspectos mais complexos do próprio fenômeno. Nesse sentido, a Psicologia Política possibilita ao campo da Mudança Social e da Participação Política a produção de novos olhares que permitem o encontro de disciplinas como a Geografia e a Psicologia na compreensão de dinâmicas territoriais que produzem novos sujeitos em um mundo marcado por não-lugares, mas no qual as fronteiras tentam resistir à porosidade que as transforma.

Pensar o ensino da Psicologia Política no contexto de formação humana seja bastante inovador e a experiência de ministrá-la em um ciclo básico no qual estudantes de 10 graduações distintas podem participar abre novamente espaço para seu próprio desenvolvimento enquanto campo. A pensar a mudança social e a participação política de

cidadão por meio de instrumentos e recursos informacionais que abrem espaços para o desenvolvimento de TICs e sistemas de e-gov, pode abrir espaço para o encontro de elementos macro e microssociais que nos permitem entender as novas faces da contemporaneidade. No espaço onde estudantes de gestão de políticas públicas, de gerontologia e de sistemas de informação se encontram, o problema da governança ganha novas características que obrigam aos Psicólogos Políticos superar as barreiras disciplinares para melhor responder os problemas emergentes destes encontros de áreas de estudo e exercício profissional.

Palavras-Chave: Ensino de Psicologia Política, Interdisciplinaridade, Ciências Sociais, Formação Profissional, Educação Política

Tornando Realista o Conteúdo no Ensino da Psicologia Política

Salvador A. M. Sandoval

salvadorsandoval@attglobal.net

Psicologia Política é um campo interdisciplinar que utiliza teorias e conhecimentos gerados nos campos de Psicologia Social, Sociologia, Ciência Política e Antropologia com a finalidade de analisar o mundo das práticas políticas e os comportamentos das pessoas nesse espaço da sociedade referenciado pela presença do Estado. A Psicologia Política focaliza aquela interação entre o pensamento humano, as emoções e os fatores relacionais como determinantes do comportamento político de indivíduos e coletividades. Psicologia Política conta com uma rica tradição de pesquisa e teorização que se iniciou no final do Século 19 e que na sua trajetória histórica no ocidente foi ganhando adeptos, profundidade e relevância na medida em que as ações dos indivíduos isoladamente ou em coletividades foram ganhando relevo nas mudanças sociais. A necessidade de articular uma reflexão teórica e analítica de fenômenos que simultaneamente envolve determinantes individuais e coletivos fez a disciplina de Psicologia Política em ganhando destaque nas ciências humanas um campo rico em perspectivas e abordagens teóricas, muitas vezes pouco integradas, mais ao mesmo tempo, rico em pesquisas e conhecimentos da realidade política. Como disciplina que absorve

livremente as contribuições das outras ciências humanas muitas vezes Psicologia Política aparece como um ramo dessas outras ciências.

A introdução dos conteúdos da Psicologia Política na formação de profissionais de varias ciências humanas torna-se importante um debate sobre as abordagens adotadas para realizar o ensino de um campo dentro dos um ou dois materiais semestrais. Para tanto, o campo está estruturado em um conjunto de áreas temáticas de pesquisa e aplicação que permite construir um programa de curso que seja adaptado as demandas de formação conforme a carreira em que está inserida a Psicologia Política. Focalizando seletivamente alguns temas permite estudar como as pessoas formulam significados e interpretações políticas partindo de suas experiências e dos meios sócio-políticos, e como esses significados são vinculados às diferentes formas de participação política permite juntar informações teóricas e empíricas psico-políticos. A grande tentação de fazer a disciplina uma substituição pela ausência de disciplinas conteúdos políticos nos cursos de Psicologia. Superar essa tentação e focalizar na contribuição especifica que um enfoque psico-político possa oferecer para nossa compreensão dos processos políticos na sociedade é uma grande desafio no ensino da Psicologia Política sem, ao mesmo tempo, ser seduzido pela tentação de esperar que o simples ensino da Psicologia Política em se mesmo supre as outras ciências que contribuem para sua vitalidade intelectual.

Para evitar essas tentações e ao mesmo tempo fazer com que o ensino da psicologia política seja realista e relevante para os alunos cursando a disciplina, utilizamos recursos de filmes e atividades de campo para trabalhar os conteúdos da disciplina tanto no plano individual como coletivo. Neste trabalho pretendemos discutir nossas experiências exemplificando as atividades desenvolvidas ao longo dos 15 anos em matérias de Psicologia Política que vêm sendo ministradas por mim na PUCSP.

Palavras chaves: ensino da psicologia política, comportamento político, graduação, pós-graduação, formação profissional

Comunicação Coordenada

Código: E2.65

Situação: Em andamento

Formação Humana de Jovens: para além da qualificação profissional

Kenedy Silva Torres

kenedystorres@gmail.com

Educar jovens para a cidadania, em uma comunidade onde as pessoas são vulneráveis pessoal, social e programaticamente, representa um grande desafio. Contudo, é possível verificar a existência de organizações não governamentais, como a Ação Comunitária Paroquial do Jd. Colonial – CPA Pe. Bello, que buscam romper com este tipo de dificuldade. Em estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais observa-se a necessidade de considerar as novas configurações dos novos movimentos, bem como o papel de seus líderes e demais envolvidos. Este estudo permite olhar determinados jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, que participam de cursos de qualificação profissional (Assistente Administrativo e Suporte Técnico em Informática), como potenciais protagonistas de sua própria vida, sujeitos possuidores de história e de memória que encontram-se em um mundo que lhes precede, porém aberto a novas iniciativas. Com isso, por meio da construção conjunta do conhecimento busca-se consciência crítica e sensibilidade para analisar a realidade e intervir sobre ela sem limitar-se a prescrição de cursos de qualificação profissional. Os dados presentes foram possíveis com o uso de um questionário e da observação cotidiana que possibilitaram anotações a partir do campo-tema, no fazer parte da produção e negociação de sentidos e no partilhar a própria história e escutar a do outro, no conviver e produzir junto. Foi possível participar do planejamento conjunto com os educadores de formação humana do CPA Pe. Bello e da execução de suas ações com os jovens atendidos. Observou-se que ao sentir-se parte do processo e ser encorajado a produzir algo cuja essência passava por sua subjetividade e, após materializado, permaneceria seu, os jovens trouxeram a percepção de que podem decidir por um projeto para a própria vida onde cabem, inclusive, os sonhos. Deste modo, a consciência de si torna-se parâmetro para a consciência do outro e o exercício da

cidadania de forma efetiva, enquanto, o que se chama formação humana, propõe a libertação dos jovens do formal, da submissão, no mercado de trabalho.

Palavras-chave: juventude; qualificação profissional; formação humana; consciência crítica; movimentos sociais.

Código: E2.37

Situação: Concluído

Da Análise do Vocacional à Construção Coletiva de Demandas: pensando os efeitos políticos de uma intervenção na Maré

Ana Luísa de Marsillac Melsert

analuisa512@yahoo.com.br

Livia Fortuna do Valle

liviafvalle@yahoo.com.br

A Análise do Vocacional distancia-se das concepções tradicionais em orientação profissional ao colocar em análise o constructo vocação, afastando-se de saberes e práticas naturalizadores da subjetividade. Parte-se da escolha profissional como disparador para se pensar as demais escolhas da vida dos sujeitos. Aposta-se em um processo de trabalho em grupo, dispositivo que promove o encontro com diferentes modos de perceber o mundo, abrindo a possibilidade da produção de novas formas de subjetivação. Essa proposta assume, assim, o compromisso político de possibilitar que os sujeitos se interroguem sobre suas formas de estar no mundo e, conseqüentemente, sobre a realidade em que vivem. A inserção da Análise do Vocacional em um pré-vestibular comunitário no complexo de favelas da Maré (Rio de Janeiro) em 2010, em um projeto de pesquisa-intervenção da UFRJ, disparou, nos grupos, discussões de temas que perpassam a escolha profissional, mas que estão para além dela, em um movimento de reflexão crítica sobre questões sócio-econômicas e políticas, que atravessam as subjetividades e trajetórias de vida dos participantes, e assim, seus processos de

escolhas. Partindo do método cartográfico, acompanhamos nos grupos a emergência de falas que potencializaram reflexões sobre as condições de existência na favela. Tais falas no grupo possibilitaram analisar formas de se pensar as diferenças sociais e a condição de desigualdade do espaço vivido pelos participantes, produzindo questionamentos e reinvenções. Essa experiência mostrou-se, portanto, como uma intervenção de efeitos políticos na medida em que, a partir das trocas do grupo, movimentos críticos de análise se desdobraram da questão vocacional para (re)pensar os contextos políticos da vida e a ordem social. A partir da análise da vocação, do que se quer ser, produziram-se assim reflexões sobre o que se quer de sociedade, sobre como nos relacionamos com o mundo e o construímos.

Palavras-chave: análise do vocacional, grupo, produção de subjetividade, política, favela."

Código: E2.55

Situação: Em andamento

As Redes Sociais na Internet: espaço democrático ou de segregação para os jovens?

Nádia Laguárdia de Lima

nadia.laguardia@gmail.com

Alice Oliveira Rezende

aliceorezende@gmail.com

Ana Carolina Roriz Mesquita

anacarolinaroriz@hotmail.com

Carolina Marra Melo

Deise Dias de Souza

Eduardo Pio de Souza

Marcelle Carolina da Costa

Neste trabalho, apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada junto aos fóruns de comunidades de orkut de adolescentes. Buscamos investigar se as comunidades virtuais favoreceriam a democratização de idéias e as manifestações singulares, ou se, ao contrário, elas serviriam à padronização de discursos, ideais, comportamentos e imagens para os adolescentes. Para realizar esta investigação, fizemos uma leitura de 50 fóruns de comunidades do orkut formadas por adolescentes, além da análise de entrevistas realizadas com alguns líderes de comunidades do orkut. Para fazer uma reflexão sobre esse material, recorremos a teóricos da psicologia social e da psicanálise, além de sociólogos e filósofos que analisam a contemporaneidade. Concluimos que as redes sociais virtuais podem ser utilizadas de diferentes formas e servir a diferentes propósitos, podendo operar tanto como instrumento de democratização de idéias, favorecendo as manifestações singulares, criativas, permitindo a socialização política, quanto como instrumento de padronização de valores e de significados sociais, numa lógica segregativa, que apaga as singularidades.

Palavras-chave: internet, orkut, contemporaneidade, adolescência, significados sociais

Código: E2.46

Situação: Em andamento

As Dimensões Políticas da Pesquisa em Psicologia

Isabel Victoria Marazina

imarazina@usp.br

Abordagem da relação entre pesquisa e política nas seguintes dimensões, tais como: políticas de pesquisa-enquanto políticas de Estado; configuração do campo de pesquisa em psicologia e relação da pesquisa com a tomada de decisões políticas. Se tratará do problema referindo produções de pesquisadores de Brasil, Argentina e Uruguai.

Palavras chave: Ensino universitario. Políticas de pesquisa. Desnaturalização dos conteúdos psicologicos. Dimensão política da pesquisa. Lógicas de configuração do campo.

Código: E2.112

Situação: Concluído

Práticas Esportivas como um Meio de Intervir nas Relações Interpessoais

Miriã Nunes Ferreira

miria.educa@usp.br

Objetivos: Num contexto de intervenção extensionista, em que práticas esportivas serviam como instrumento mediador do processo educativo junto a crianças, ao longo de oito meses, a observação e registro do comportamento e das condutas percebidas durante a intervenção serviu como objeto de análise que visava identificar a percepção das mudanças típicas desses aspectos entre os agentes envolvidos no processo. Métodos/Procedimento: O objeto da pesquisa instrumento utilizado para registro das atividades que aconteciam durante a intervenção, foi o diário de campo, que configurou a fonte de consulta, releitura e investigação do aspecto visado enquanto objeto. As atividades aplicadas eram principalmente de cunho lúdico. As extensionistas partiam de suas experiências em supervisões para a identificação dos momentos significativos e análise da relação estabelecida entre acontecimento e como as extensionistas viam e dirigiam as atuações, a fim de pôr em pauta pressupostos e valores implícitos a suas condutas e ao ideal de conduta que esperavam ver nos jovens com suas intervenções. Os diários foram lidos e relidos a fim de identificar unidades de sentido que pudessem indicar um perfil de mudanças significativas de condutas. Posteriormente, realizou-se uma síntese das condutas identificando como foram percebidas nas crianças e como se manifestaram durante a prática esportiva. Resultados: Os resultados foram obtidos através de releituras dos diários em que era possível comparar a conduta das crianças durante toda a investigação. No início as tentativas de proposição coletiva de atividades eram dificultadas pela sobreposição de falas e gritos das crianças, redundando em práticas baseadas em instruções e comandos diretos. Situações de conflito, por sua vez, também se desdobravam aos berros e mesmo com agressões físicas. Nos diários foi possível notar que, com a intervenção intencionalmente dirigida a isto pelas extensionistas, houve uma modificação gradual em que se valorizavam os diálogos, e estes não eram apenas instrutivos, que propõem as regras dos jogos e práticas, mas àqueles tendidos a reflexão estimulando as crianças a se assumirem como os agentes da conversação, identificando os seus desejos, incômodos, motivos de conflitos e possibilidades de ação, agora argumentativa e de sentido.

Conclusão: Pode-se observar que o diálogo foi um fenômeno muito importante para a melhoria da conduta e para a maior reflexão de possíveis atitudes por parte dessas crianças, pois houve uma diferença positiva nas relações interpessoais delas, notada principalmente pelo ato de comunicar às extensionistas do projeto os fatos que as incomodavam antes de tomar atitudes por si mesmas. Esse comportamento era estimulado pelas extensionistas, a fim de promover o diálogo entre as crianças. Portanto, ao prevalecer uma relação horizontalizada dialógica evitando uma visão e atuação vertical, isto é, normativa de cima para baixo (hierarquizada), foi possível concretizar o diálogo como um recurso para a reflexão e disparador de autonomia consciente, observada, por exemplo, quando as crianças interrogavam as extensionistas sobre os motivos de realizarem ou não as atividades propostas.

Palavras-chave: Práticas esportivas; relações interpessoais; intervenção; diálogo; reflexão.

Código: E2.116

Situação: Em andamento

Programas de Transferência de Renda Atrelados a Educação. O caso da condicionalidade de educação do programa Bolsa Família.

Bruna Cristina Neves Carnellosi

bru-carnellosi@hotmail.com

O trabalho aborda as políticas sociais atreladas a propostas educacionais, especificamente o programa de transferência de renda Bolsa Família. Pesquisa-se a condicionalidade da educação do Bolsa Família, especificamente a proposta que atrela transferência direta de renda e frequência escolar mínima exigida às famílias beneficiárias que possuam crianças e adolescentes em idade escolar.

Questiona-se a centralidade posta na consecução dessas políticas ao papel central dessa cláusula educacional na meta geral de enfrentamento da pobreza no Brasil. Busca-se compreender em que medida a contrapartida exigida na área de educação contribui e reforça a proposta central do programa Bolsa Família. A tese da eficácia de tal condicionalidade é posta

aqui em questão, a partir de um esquema interpretativo que aponta de maneira crítica os reais limites da condicionalidade da educação quanto sua contribuição no enfrentamento a pobreza no Brasil.

O fundamento teórico metodológico adotado no trabalho esta baseado no materialismo histórico dialético, neste sentido o conhecimento que ilumina sua análise, pode ser explicado com o movimento histórico da sociedade, que por sua vez é produto das relações sociais, de ações recíprocas dos homens no complexo processo de reprodução social da vida.

Aborda-se a proposta da condicionalidade da educação no programa Bolsa Família, sua especificidade e função na execução do programa é analisada e colocada em xeque, a partir da exposição teórica que se debruça sobre a função, papel e a importância da educação enquanto instrumento atrelado a um projeto pedagógico capaz de intervir no enfrentamento da pobreza.

Se conclui que programas de transferência de renda atrelados a educação que tenham por objetivo enfrentar a pobreza deve se fundamentar em uma proposta mais crítica sobre o conceito de escola, sobretudo quanto sua função capaz de contribuir para o processo educativo das famílias beneficiárias do programa e de seu rompimento do círculo da pobreza.

Código: E2.125

Situação: Em andamento

Socialização e Participação Política de Crianças e Jovens

Raquel Morais de Oliveira

rqlmorais@gmail.com

Neste trabalho procuramos investigar a partir de artigos recentes publicados na base de dados SciELO e na Revista de Psicologia Política as discussões contemporâneas a respeito de socialização, participação e consciência política de crianças e jovens, dando preferência aos artigos que fornecessem subsídios para refletirmos sobre a situação de jovens da periferia que

recebem educação em escolas públicas, e sobre os entraves atuais destacados pelas pesquisas sobre as relações estabelecidas entre política e juventude. A partir da análise de tais artigos, pudemos inferir os seguintes entraves: escassez de socialização política da juventude, vinculada ao não interesse da política social e econômica vigente nesta ação e; desvalorização e descrenças nas posturas e atitudes políticas da juventude sob justificativa de sua imaturidade, colocada como ponto impeditivo da existência de debates políticos e construções políticas que conciliem jovens e adultos.

Palavras chaves: juventude, socialização política, participação política, consciência política, educação.

Código: E2.162

Situação: Concluído

A Percepção Política de Jovens Acerca da Educação no Ensino Médio

Raul Ferreira dos Santos

raul@usp.br

Este trabalho buscou compreender os "papéis" atribuídos pelos estudantes de ensino médio da E. E. Alberto Bacan às diferentes disciplinas, especialmente a Sociologia.

Neste sentido, o trabalho percorre o caminho histórico percorrido pela disciplina até a sua recente institucionalização na estrutura curricular do ensino médio.

As disciplinas Sociologia e Filosofia foram excluídas do currículo escolar em 1971, sendo substituídas por educação moral e cívica (MEUCCI, 2000).

Falta de especialistas, custos para o erário público, autonomia das escolas e falta de definição de conteúdos mínimos foram alguns dos argumentos utilizados por aqueles que eram contrários ao retorno da disciplina ao rol de disciplinas ministradas no ensino médio (MEUCCI, 2000).

Esta pesquisa buscou produzir uma reflexão sobre o sentido da Sociologia enquanto disciplina do nível médio de ensino a partir da concepção do público alvo da disciplina: os alunos do ensino médio.

Código: E2.166

Situação: Concluído

Práticas Esportivas como um Meio de Intervir nas Relações Interpessoais

Tamara Nascimento Galicioli

tamara.galicioli@hotmail.com

Num contexto de intervenção extensionista, em que práticas esportivas serviam como instrumento mediador do processo educativo junto a crianças, ao longo de oito meses, a observação e registro do comportamento e das condutas percebidas durante a intervenção serviu como objeto de análise que visava identificar a percepção das mudanças típicas desses aspectos entre os agentes envolvidos no processo. O objeto da pesquisa instrumento utilizado para registro das atividades que aconteciam durante a intervenção, foi o diário de campo, que configurou a fonte de consulta, releitura e investigação do aspecto visado enquanto objeto. As atividades aplicadas eram principalmente de cunho lúdico. As extensionistas partiam de suas experiências em supervisões para a identificação dos momentos significativos e análise da relação estabelecida entre acontecimento e como as extensionistas viam e dirigiam as atuações, a fim de pôr em pauta pressupostos e valores implícitos a suas condutas e ao ideal de conduta que esperavam ver nos jovens com suas intervenções. Os diários foram lidos e relidos a fim de identificar unidades de sentido que pudessem indicar um perfil de mudanças significativas de condutas. Posteriormente, realizou-se uma síntese das condutas identificando como foram percebidas nas crianças e como se manifestaram durante a prática esportiva. Os resultados foram obtidos através de releituras dos diários em que era possível comparar a conduta das crianças durante toda a investigação. No início as tentativas de proposição coletiva de atividades eram dificultadas pela sobreposição de falas e gritos das crianças,

redundando em práticas baseadas em instruções e comandos diretos. Situações de conflito, por sua vez, também se desdobravam aos berros e mesmo com agressões físicas. Nos diários foi possível notar que, com a intervenção intencionalmente dirigida a isto pelas extensionistas, houve uma modificação gradual em que se valorizavam os diálogos, e estes não eram apenas instrutivos, que propõem as regras dos jogos e práticas, mas àqueles tendidos a reflexão estimulando as crianças a se assumirem como os agentes da conversação, identificando os seus desejos, incômodos, motivos de conflitos e possibilidades de ação, agora argumentativa e de sentido. Pode-se observar que o diálogo foi um fenômeno muito importante para a melhoria da conduta e para a maior reflexão de possíveis atitudes por parte dessas crianças, pois houve uma diferença positiva nas relações interpessoais delas, notada principalmente pelo ato de comunicar às extensionistas do projeto os fatos que as incomodavam antes de tomar atitudes por si mesmas. Esse comportamento era estimulado pelas extensionistas, a fim de promover o diálogo entre as crianças. Portanto, ao prevalecer uma relação horizontalizada dialógica evitando uma visão e atuação vertical, isto é, normativa de cima para baixo (hierarquizada), foi possível concretizar o diálogo como um recurso para a reflexão e disparador de autonomia consciente, observada, por exemplo, quando as crianças interrogavam as extensionistas sobre os motivos de realizarem ou não as atividades propostas.

Palavra Chave: práticas esportivas, intervenção, relações interpessoais, reflexão, diálogo.

Pôster

Código: E3.73

Situação: Em andamento

Da Direita à Esquerda: diferenças e similaridades nos processos de recrutamento e socialização de jovens militantes em organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem

Ricardo de Sequeira Lugó

ricardo.s.lugo@gmail.com

A pesquisa objetiva estudar diferenças e similaridades nos processos de recrutamento e socialização de jovens militantes conduzidos por organizações que buscam preservar ou subverter a ordem. De acordo com Singer (2000), são posturas em relação à ordem que melhor diferenciam direita e esquerda no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas, histórias de vida, análise de documentos e observações de campo, pretende-se desvendar estratégias de recrutamento e socialização dessas organizações, como se desenham teias familiares, afetivas, profissionais e escolares, nas quais os militantes estavam ou estão enredados e de que forma elas os compeliram a aderir a movimentos de direita ou de esquerda, como agem essas organizações na construção de “novos homens”, reconfigurando suas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar com os outros e com o mundo. Trata-se de estudo voltado a debater processos educativos fora dos ambientes escolares, com ênfase na socialização política de integrantes de organizações que ocupam pontos opostos no arco ideológico. As organizações escolhidas para pesquisa são Juventude Revolucionária 8 de Outubro, por defender a subversão da ordem para a implantação de uma sociedade igualitária, e Forças Armadas, defensoras da ordem por excelência. Embora Exército, Marinha e Aeronáutica não sejam associações políticas, nenhum partido, associação ou movimento desempenhou, no período republicano, protagonismo político tão marcante no Brasil como as FFAA (ROUQUIÉ, 1980). Estiveram na dianteira da Proclamação da República, Tenentismo, Revolução de 1930, Estado Novo, destituição de Vargas, golpe de 64 e constituição do regime militar. De 1945 a 1964, três militares de alta patente disputaram eleições presidenciais em

condições competitivas (Dutra, eleito em 1945, Eduardo Gomes e Lott). O conceito de militante aqui empregado ultrapassa o lócus mais comum, o de partidos e movimentos políticos, para considerar “aquele que atua, que participa, que se entrega a uma causa”, política ou institucional.

Palavras-chave: socialização política, habitus, militantismo, burocracia, transmissão intergeracional.

G. Memória Coletiva, Violência Política e Direitos Humanos

Mesa Redonda

Código: G1.118

Situação: Em andamento

Fica a poeira se escondendo pelos cantos

Coordenador: Joel Fernando Borella

As múltiplas formas de trabalho sócio-político que utilizam os espaços urbanos como palco de atuação profissional.

A presente mesa tem como objetivo analisar, refletir e propor as várias formas e possibilidades de utilizar os espaços urbanos como palco para as pluralidades das memórias, especificamente as coletivas; contribuindo para os campos de estudo acerca das velhices, de gênero e de suas relações com o corpo, e das sonoridades e suas relações com o cotidiano das pessoas. Permite também, que memórias coletivas, sejam percebidas e vivenciadas enquanto campo de resistência, enfrentamentos e participação política em espaços já cristalizados pelos excessos de informações, estética e adestramentos. Propõe a reflexão destas percepções

cristalizadas dos espaços que nos colocam como seres do presente, e assim na maioria das situações acabam negando as lembranças, que no senso comum, são percebidas de maneira saudosista e ultrapassada. Que Lugar é esse?

Os Espaços Urbanos como palco no trabalho das memórias coletivas

Joel Fernando Borella

borella72@yahoo.com.br

Esse texto tem como proposta discutir memórias coletivas e os espaços urbanos, estendendo como plano de fundo o trabalho com as velhices. É discutida por vários autores, a potência das lápides urbanas no reavivar das memórias e, o quanto que lembrar o passado, nessa sociedade de informações exacerbadas e escassez de narrativas, possibilita uma reconstrução do presente em velhos. Entretanto, vale destacar que, lembrar, no senso comum, é colocado como saudosismo e, isso, dificulta a pulverização da importância em utilizar as memórias como espaços de pertença e identificação social. Nesse sentido, trabalhar com as memórias coletivas utilizando os espaços urbanos é uma das atividades necessárias na manutenção das velhices e cenários urbanos mais saudáveis e produtivos.

Palavras chaves: Memória Coletiva, Velhice, Espaços Urbanos, Narrativas, Trabalho social.

Travestis envelhecem? Estudo do envelhecimento de algumas travestis em São Paulo

Pedro Paulo Sammarco Antunes

O presente estudo tem o objetivo de conhecer o período do processo de vida, chamado de velhice e envelhecimento daquelas que foram designadas como travestis. Essas denominações foram construídas para organizar o funcionamento social. As ciências biomédicas foram importantes na categorização dessas pessoas. Apropriaram-se dos corpos humanos e determinaram o que é considerado normal, portanto desejável e o que é

considerado anormal, logo patológico e indesejável. A intenção é compreender o impacto que tais diagnósticos terão sobre aqueles que são reconhecidos como anormais em relação ao que foi denominado de gênero sexual. Devido ao número quase inexistente de pesquisas sobre envelhecimento e velhice de travestis, fez-se necessário esse estudo, que não pretende esgotar o tema, mas sim iniciar uma importante discussão. Os aspectos de gênero, bem como os de velhice foram relacionados. Percebeu-se que tanto o gênero como a velhice são compostos por atos, que constantemente reiterados, dão a impressão que há uma essência natural de gênero e velhice, inerentes a todos os corpos, manifestando-se ao longo da vida. Foram realizadas três entrevistas abertas com o foco em histórias de vida. Por serem consideradas, desviantes e anormais, travestis já são vistas como “não humanas” desde tenra idade. Elas já são consideradas anormais e, portanto sem lugar. Muitas saem ou são expulsas de casa, por causa do intenso preconceito familiar e também da vizinhança. Assim, buscam habitar espaços onde serão aceitas. A maioria encontra na prostituição, principalmente nos grandes centros urbanos, acolhimento afetivo, moradia e funcionalidade mínima para sobreviver. Passam a vida em contextos violentos. Habitam o mundo de forma frágil e invisível. Por causa disso, improvisam suas existências em contextos violentos. Suas expectativas de vida, em geral, são baixas. As que vivem até a chamada velhice, podem ser consideradas verdadeiras sobreviventes. Cada uma que foi entrevistada para esse estudo, desenvolve um estilo próprio de viver. Entretanto, acabam servindo de referência e exemplo para as mais jovens. O objetivo principal da pesquisa resultou no levantamento de demandas e necessidades em relação às travestis. Percebe-se que precisam urgentemente de políticas públicas que as reconheçam como “humanas” desde sempre. Dessa forma chegarão à velhice com dignidade e respeito, já assegurados pelos Direitos Humanos Universais.

Palavras chaves: Velhice, Direitos humanos, travestis, gênero, cidade

Memórias Sonoras: Micropolíticas de Resistência e Participação

Paulo Ricardo Betencourt

O estudo, numa perspectiva dos Novos Movimentos Sociais (NMS), propõe pensar as sonoridades nos espaços urbanos e públicos do cotidiano das pessoas, pensar em como estes

espaços e suas novas configurações múltiplas nos permite pensar e repensar as memórias que emergem nos seus fluxos e subjetividades, com toda a sua potencialidade que as faz vibrar. A arte, em especial as sonoras (estruturadas ou não), num processo de escuta do cotidiano e na reflexão sobre os usos das TICs –Tecnologias de Informação e Comunicação, serão as formas de reviver ou resgatar as memórias e assim pensar seus agenciamentos e suas relações com a vida nas mais variadas formas de expressão. O trabalho procura refletir sobre como cada indivíduo (jovens ou idosos) estabelece as relações com a participação política e desenvolvimento local em toda a malha de poderes e micropoderes que as mesmas estabelecem no cotidiano. Discorreremos sobre alguns movimentos e atos coletivos, em especial os cacerolazos ocorridos no Chile, Argentina e em outros lugares, fazendo uma escuta atenta destes movimentos e de como a partir destas memórias sonoras podemos extrair ferramentas potentes de vida, possibilitando criar novas formas de resistência, enfrentamento e ações coletivas. São micropercepções e microresistências que permitem micropolíticas que recriam novas relações e novos desdobramentos sobre as noções de memórias subterrâneas, memórias dissidentes, memórias proibidas, memórias enquadradas e memórias silenciadas nos espaços urbanos e públicos da cidade permitindo maior consciência e participação política.

Palavras-chave: Som, Memória Coletiva, Cacerolazo, Espaços Urbanos, Participação Política

Memória da resistência desde um olhar feminista da psicologia política

Elvira Riba Hernández

elvirariba@usp.br

Com o intuito de contribuir com os estudos de memória política na América Latina, inaugurados no Brasil por Soraia Ansara, trago a proposta de abrir um espaço de reflexão teórica que permita colocar no centro da discussão o direito à memória de grupos de mulheres que em contextos de repressão política, viram as suas experiências de ação e de resistência, apagadas pela história oficial.

Desde um enfoque psicopolítico, a autora trabalha na construção da memória de eventos políticos como um fenômeno que se dá em coletivo, que é atravessado por uma

consciência política e que gera formas de ação coletiva. Entender como construir uma outra u outras memórias possíveis de esses eventos políticos que a história oficial excluiu, desde o lugar dos atores sociais que deles participaram, é o objetivo deste trabalho. A Psicologia Política por um lado, permitirá entender como essas memórias podem ser estudadas como ações políticas de resistência às diferentes estruturas de poder. Trazer da memória coletiva estas experiências é um ato político, na medida em que colocamos visível aquilo que não foi dito pela história oficial. É ocupar conscientemente o espaço público, colocar as vozes e ações das cidadãs e os cidadãos no espaço que a todas e a todos nos é comum. Neste sentido a psicologia política é transformadora da realidade na medida em que torna acessível para todos os e as participantes de um grupo o relativo a seu comportamento coletivo e individual vinculado com as formas de organização social da vida pública, deixando o espaço para a posterior ação consciente e coletiva. A Teoria Feminista por outro lado, será o lugar desde onde vamos nos posicionar para questionar os discursos dominantes sobre as mulheres e sua participação na construção da história política da América Latina.

Para fazer esta análise propomos uma psicologia que seja feminista e que política que critique o discurso científico individualizado que procura explicações verdadeiras, racionais e objetivas; e que assume que a ciência deve ser neutra e isenta em termos políticos, de valores e interesses.

Esta psicologia feminista se aproxima da psicologia política na incorporação de um grande leque de teorias e métodos, e na análise dos efeitos das desigualdades nas subjetividades de homens e mulheres, para compreender como essas subjetividades podem ser modificadas.

Comunicação Coordenada

Código: G2.4

Situação: Em andamento

A Memória Política da Obstetrícia em São Paulo: um estudo praxiológico comparativo com obstetrizes formadas nas décadas de 1960 e 2000

Fabio Eduardo Bosso

fabio.bosso@usp.br

Alessandro Soares da Silva

alesssoares@usp.br

A partir da história da Obstetrícia no Brasil, contando desde a abertura do primeiro curso regular de partos no país, em 1832 na Bahia, que passa pela criação do curso na USP na década de 1960, seu fechamento em 1975 e posterior reabertura em 2005, objetivamos produzir a Memória Política e Coletiva de obstetrizes formadas na USP nas décadas de 1960 e 2000 e compreender como se constrói o campo profissional a partir de um estudo comparado mediado pelas lembranças destas artífices.

Para isso, realizamos um estudo qualitativo utilizando entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistadas oito obstetrizes, quatro formadas na primeira e quatro na segunda geração do curso. As entrevistas foram transcritas na íntegra e posteriormente realizamos a Análise do Discurso pautada no referencial da Memória Coletiva e à luz da Psicologia Política. Quanto ao material teórico, utilizamos, sobretudo, o estudo da Memória Coletiva proposto por Halbwachs e da Memória Política proposto por Ansara.

A análise das entrevistas apresenta uma certa unicidade compreensiva por parte das entrevistadas. Isso se verifica na similaridade de eventos lembrados por elas, ainda que haja um intervalo de tempo de no máximo quatro anos entre as entrevistadas da primeira geração (1960). No caso da segunda geração (2005), não houve intervalo de tempo (no que tange à formação) entre as entrevistadas. No que diz respeito à consciência política, observamos que ela se expressa de modo dinâmico nos diferentes períodos históricos. A consciência histórica

orienta a compreensão do político, da consciência política, em ambos os momentos estudados. Seja no contexto ditatorial que marca um grupo de entrevistadas ou no contexto democrático de reabertura do curso, verificamos que essas atrizes se reconhecem como sujeitos políticos e necessitam tomar para si a responsabilidade do debate político.

Um elemento importante para a compreensão da produção da memória e de seus quadros sociais está na similaridade existente entre os dois processos vividos dentro da Obstetrícia. No primeiro, houve o fechamento do curso, no segundo, houve a revisão do curso, sem que esta tenha impedido a pressão pelo seu fechamento ou fusão com a Enfermagem. Em ambos os casos, a pressão corporativa e a disputa pelo poder no campo científico parecem ser as notas musicais que dão sentido aos movimentos de uma orquestra: as ações políticas de obstetrizas e de seus contedores podem ser vistos e ouvidos em distintas formas midiáticas, revelando as diferentes concepções de saúde, política e, por que não dizer, de passado, visto que as discussões do presente parecem ser surdamente orientadas pelos acontecimentos passados, dificultando a consolidação de um novo projeto.

Assim, analisar uma realidade social enfatizando as memórias implica no reconhecimento de um mosaico de sentidos. Em ambos os casos a relevância da história fica patente no estudo dos processos sociais relativos à Obstetrícia. Sendo assim, o fator político dialoga com as relações construídas pelos grupos em seus diferentes contextos e tempos, sendo a luta política e a resistência a um modelo biomédico de saúde, uma das possíveis chaves do mosaico resultante das memórias de nossas entrevistadas.

Palavras-chave: Psicologia Política, História da Obstetrícia, Memória Coletiva, Memória Política e Processos Identitários

Código: G2.103

Situação: Em andamento

Memória da Mulher em Cargos de Poder Político

Silmara Silva

s.silmaraf@hotmail.com

A presente pesquisa, que está em andamento, pretende investigar o lugar de poder que a mulher vem conquistando na política. Para tanto estou investigando a trajetória de algumas mulheres que estão em cargo de poder, as dificuldades que encontram na sua atuação e as estratégias que utilizam para se manterem no poder.

No primeiro momento procuro identificar a memória que as mulheres construíram no exercício de poder e perceber como a mulher avançou nesse espaço.

Em seguida refletir em torno da atuação das mulheres nos cargos partidários decisórios uma vez que o cenário da arena política pode significar uma menor desigualdade de gênero na atuação, mas, no entanto pode não significar maior visibilidade às questões de interesse das mulheres. Uma vez que o cenário político brasileiro foi construído socialmente, historicamente, culturalmente num modelo essencialmente masculino.

No segundo momento, procuro entender se as relações de poder exercidas nesse cenário político atuam como forças de poder para essas mulheres ou as submetem numa relação de dominação.

A partir de pesquisa sobre o caso brasileiro, procurarei através das histórias dessas mulheres inseridas nos cargos de decisão política compreender seu comportamento na política e se este reproduz percepções preconceituosas e que podem acabar por orientar a mídia, fortalecendo o lugar do homem na política em detrimento ao lugar da mulher no exercício do poder político.

Palavras-chave: memória; mulheres na política; relações de poder; gênero; público e privado.

Código: G2.142

Situação: Em andamento

Violência e Democracia

Mario Miranda Antonio Junior

mmjunior75@gmail.com

As questões relativas à segurança pública e a violência são prementes no debate público nas últimas décadas. Apesar dos diversos estudos e políticas, as mortes por causas violentas no Brasil seguem céleres, dizimando milhares de vítimas anualmente. A democracia representou transformações significativas nas políticas para o enfrentamento da violência. Resultantes de demandas coletivas, direitos foram conquistados e assegurados formalmente, garantidos por novas instituições, atores públicos e sociais.

A construção da democracia e da cidadania ainda está em curso no país. Amplos setores da sociedade ainda estão excluídos ou à margem das conquistas democráticas, impossibilitados de exercerem efetivamente seus direitos de cidadania. Nesse contexto, parece óbvio que o direito à vida, propriedade e o de trânsito garantidos pela segurança pública são imprescindíveis para a sua consolidação. Assim, os índices beligerantes de violência brasileiros não demonstram apenas a incompetência do Estado, antes sugerem um total desprezo pela democracia que permeia e caracteriza a sociedade.

A realidade cotidiana da sociedade brasileira caracteriza-se por situações de exclusão, conflito, privações, violações de direitos básicos e fundamentais, inclusive pelo Estado que deveria garanti-los e assegurá-los. Embora seja signatário dos diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, o Brasil é constantemente condenado por organismos internacionais e chamado a prestar esclarecimentos e tomar providências sobre violações. A incipiente democracia brasileira corresponde à cidadania, infalíveis na teoria solenemente ignoradas no dia-a-dia. Analisar do ponto de vista das referências da psicologia política e do ponto de vista histórico-estrutural as contradições da relação entre violência e democracia no contexto democrático no âmbito do Estado e da sociedade é o objetivo desta proposta.

Palavras-chave: violência, democracia, direitos humanos, segurança pública.

Código: G2.168

Situação: Concluído

**A história do processo de desmanicomização na cidade de São Paulo: de Pinel ao CAPS
(Centro de Atenção Psicossocial)**

Luiz Fabiano de Oliveira Rodrigues

[id.luiz.beltrame@gmail.com](mailto:luiz.beltrame@gmail.com)

O processo histórico da formação dos manicômios e a reforma no sistema de atendimento psiquiátrico brasileiro, ganha suas formas diante dos movimentos sociais que resultou nos atuais CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Hoje a reintegração dos pacientes à sociedade e a não-hospitalização mostram-se projetos criativos de tratamento. Este estudo buscou identificar o processo histórico de desmanicomização na cidade de São Paulo desde a sistemática apresentada por Phillip Pinel até a implantação dos CAPS, através de uma análise documental e bibliográfica das mudanças no sistema de tratamento manicomial decorrente dos movimentos sociais e políticos. Tendo perseguindo o diálogo entre diferentes autores sobre a história da loucura no contexto de segregação humana, apresentamos uma análise - partindo de Pinel até o CAPS – que possibilitou-nos uma visão geral das transformações sociais, médicas e estruturais da instituição que tem como o objetivo o tratamento da loucura. É certo, no entanto, que o foco se manteve no processo histórico, como o surgimento do “Pinel”, os tratamentos adotados, hoje modificados diante dos atuais CAPS.

H. Multiculturalismo e Relações de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual

Mesa Redonda

Código: H1.143

Situação: Em andamento

Imigrações na América Latina

Coordenador: Leandro da Silva Selari

Ao propormos uma mesa sobre Imigrações na América Latina, nos lançamos a refletir essencialmente a respeito da condição humana desse imigrante, seja ele qual for, seja qual for a sua origem, o que nos chama a atenção é a sua cidadania em transito, de certa maneira uma cidadania que busca romper as fronteiras geográficas, étnicas, culturais, sociais e políticas para se efetivar de maneira plena e livre nas suas múltiplas manifestações, para além de seu país de origem.

Diferente de outros continentes, ao falarmos “América Latina”, estamos recortando o continente Americano com uma adjetivação cultural que parece homogeneizar parte das suas populações, sabemos porem que isto em grande parte não ocorre de fato, muito menos na práxis do imigrante latino-americano, o seu transito no interior do espaço geográfico e politico denominado “latino” é marcado por relações ambíguas de aceitação e rejeição, aproximação e distanciamento coexistindo no interior das tramas de relações socioculturais e políticas, estas construídas e ainda mais emaranhadas por estes sujeitos “cidadãos” em transito.

Sendo assim, o debate sobre Imigrações na América Latina é central para entender a construção das identidades latino-americanas, para além de apenas um recorte adjetivado, uma cidadania que corresponda e atenda as necessidades desses múltiplos sujeitos “cidadãos” que estão ou estiveram transito.

Palavras Chave: Imigrante, Cidadania, Cultura, Etnia, Identidade.

Bolivianos na Cidade de São Paulo: caminhos de uma investigação psicopolítica

Leandro da Silva Selari

leselari@hotmail.com

Ao falarmos de imigração boliviana em São Paulo, nos referimos à comunidade inserida no ciclo espoliante do modo de produção do ramo informal das confecções têxteis. Buscamos contribuir na percepção teórica deste fenômeno, percebendo quais foram os caminhos, as trajetórias particulares e descontínuas que sob o olhar do método científico, podem ser percebidos como fenômeno social em sua multiforme composição Psicopolítica.

Objetivamos as relações existentes no ciclo da costura e as dinâmicas da imigração boliviana em São Paulo e queremos entender por que os imigrantes bolivianos se submetem ao ciclo perverso de exploração do trabalho? Quais os fatores determinantes neste ciclo? Como ele se reproduz? Abordando a questão na perspectiva da Psicologia Política e utilizando a metodologia de análise da psicossociologia, propomos encarar o problema tido como central neste trabalho, isto é, perceber as trajetórias de continuidades e descontinuidades, as possibilidades de rupturas existentes nestes ciclos viciosos, apontar caminhos que promovam possíveis mudanças nessas estruturas sociais e psicopolíticas por meio do estudo das trajetórias, memórias e identidades sociais desses “novos” imigrantes.

Entendemos a condição humana como subordinada à condição de imigrante, que por sua vez, se encontra subordinada ao trabalho e a identidade do trabalhador, por isso os avanços que se mostrarem possíveis, devem levar em conta estas dimensões.

Palavras chave: Imigração, bolivianos, Exploração do trabalho, Memória, Identidade.

Imigração, Identidade e Aculturação

Gladys Llajaruna

gladysllajaruna@hotmail.com

Apresentarei a identidade cultural e o processo da aculturação dos jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos que moram em São Paulo, desde a perspectiva da Psicologia Social e psicologia intercultural.

Descreveremos como se movem estes grupos de imigrantes na sociedade paulistana, assim como as estratégias que desenvolvem para se inserir a este país e sua adaptação. Tendo em conta que as estratégias de inserção dos jovens nesta cidade dependerão de vários fatores, entre eles, os fatores prévios da migração, a recepção dos brasileiros aos imigrantes de cada grupo, da mesma forma as experiências sociais de cada jovem. Este processo de inserção ajudará a refletir sobre a identidade cultural do jovem imigrante.

Comunicação Coordenada

Código: H2.5

Situação: Concluído

Negação da Xenofobia no Brasil: um estudo discursivo

Szilvia Simai

ssimai@nepo.unicamp.br

Rosana Baeninger

baeninger@reitoria.unicamp.br

A herança histórica da imigração internacional como elemento constituinte da formação social do país (Holanda, 1989, 21 ed; Furtado, 1961; Fausto, 1975; dentre outros) contribui muito, até hoje, para a reprodução de ambos os discursos, individual e governamental, tenderem a criar imagens de um país receptivo ao imigrante estrangeiro; um país com "vocação imigrante". Nossas pesquisas tem apontado, através dos discursos analisados, que as pessoas demonstram visões profundamente xenófobas (Simai, Baeninger e Hook, 2011; Van Dijk 2002), mas tendem a negar este comportamento (Simai e Baeninger, 2011; Petrova, 2000) por meio de discursos normativos de receptividade. Através da análise de depoimentos, a pesquisa apresenta várias formas de negação da xenofobia no Brasil, identificadas a partir de estudo qualitativo conduzido em uma universidade na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Negação, Xenofobia , Imigração Internacional, Análise do discurso, Brasil

Código: H2.13

Situação: Concluído

Saberes Localizados, Psicologias e Feminismos

Luana Carola dos Santos

luanacarola@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo, estabelecer diálogos , problematizações e reflexões analíticas com o texto intitulado: “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, cuja autoria é Donna Haraway (1995). Inauguraremos nossas reflexões com a seguinte afirmação da autora: “a pesquisa feminista acadêmica e ativista tentou repetidas vezes responder à questão sobre o que nós queremos dizer com o termo, intrigante e inescapável, “objetividade” . Donna Haraway inicia o texto, convidando o (a) leitor (a) a refletir sobre uma perspectiva de fazer/pensar ciência que está relacionada ao paradigma científico. Neste sentido, faz uma chamada às pesquisadoras feministas em relação ao risco de cairmos na “tentadora dicotomia em relação à objetividade” . E em meio a esta

chamada e convite, algumas perguntas e reflexões, emergem logo no início do texto: O que é ciência, a relação entre patriarcalismo e formas de pensar/fazer ciência, questionamento sobre o que chamamos de método científico e da nossa implicação política enquanto pesquisadores (as), sujeitos (as), para com os temas de pesquisa que nos propomos estudar. Partiremos desta provocação proposta por Donna Haraway para apresentarmos os contrapontos e críticas que a autora tece sobre o método científico, o construcionismo social, o marxismo, dentre outras formas de pensar/fazer ciência.. Para dialogar com Donna Haraway sobre a questão dos feminismos , das relações de gênero e história da sexualidade, apresentaremos também as propostas de Gayle Rubin e Foucault . Em que medida estes autores conversam? Como se articulam com a Psicologia Política? Algumas perguntas que irão perpassar a comunicação coordenada. Entendemos qque não há possibilidade da ciência não ver de lugar nenhum. A ciência esta associada ao posicionamento crítico e com as formas de ver do (a) pesquisador (a). É sobre estas questões que nos debruçaremos.

Palavras-chave: Psicologias; Feminismo; Saberes Localizados; Donna Haraway; Ciência

Código: H2.49

Situação: Concluído

A Reclusão Segundo o Gênero: apontamentos acerca do encarceramento feminino

Naiara Cristiane da Silva

naiarasilva2004@yahoo.com.br

Objetivou-se por meio desse estudo, demonstrar a situação do sistema prisional brasileiro, dando enfoque no encarceramento de mulheres, procurando compor uma tecitura capaz de abarcar a dimensão das relações de gênero. Na origem das prisões femininas, no Brasil, prevaleceu o discurso moral e religioso, próprios do espírito da época. Havia a idéia de domesticação do sexo frágil, dócil, delicado, envolvido com crimes relacionados à prostituição, aborto, infanticídio, embriaguez e bruxarias, papéis desviantes do esperado para

mulheres. Vale ressaltar que as prisões foram elaboradas a fim de receberem detentos do sexo masculino, não absorvendo dessa forma, as diferenças de gênero. A prisão afeta predominantemente os homens, mas várias estatísticas revelam que houve um número crescente de detenções femininas, apontando para a necessidade de realização de mais estudos e políticas públicas voltadas para este público, bem como a efetivação dos Direitos Humanos. Apesar do aumento do número de mulheres em situação de prisão (aumento de 420% nos últimos seis anos no Estado de Minas Gerais), ainda se verifica certa invisibilidade no que diz respeito às mulheres no sistema penitenciário, não existem discussões e políticas suficientes que englobem uma problematização acerca das especificidades de gênero. Para este estudo, realizamos pesquisa bibliográfica e de campo, que contou com grupos focais e entrevistas. Os estudos nos levaram a constatar a não observância dos direitos humanos, principalmente devido à precária assistência à saúde que quando realizada, é feita de forma inadequada, principalmente no período gravídico-puerperal e também os relacionados à assistência pré-natal, que, mesmo estando em cárcere, tem garantido pela legislação assistência adequada. Há a necessidade eminente de estudos e políticas voltadas a um novo olhar para o encarceramento feminino pautado na questão de gênero e efetivação dos direitos humanos, garantindo também a elas resignificarem seu tempo na prisão e possibilitar novas expectativas para além da criminalidade.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Gênero, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Relações de Gênero

Código: H2.67

Situação: Concluído

Orientação Sexual e Direitos Humanos: reflexões sobre o casamento homossexual

Bianca de Azevedo Lima

biancalima18@hotmail.com

Este trabalho procura investigar questões suscitadas pelo movimento de legalização do casamento homossexual. Foi realizado um estudo de caso sobre a aprovação em Portugal do casamento homossexual em 2010. Como metodologia, foram utilizadas as noções da Teoria Ator-Rede e a Análise das Controvérsias propostas por Latour e demais autores da Sociologia das Técnicas. A Teoria Ator-Rede sugere acompanhar os acontecimentos e os atores que compõem as redes possibilitando uma etnografia de nossa cultura contemporânea. A discussão sobre o casamento homossexual foi importante para suscitar, dentre outras coisas, o discurso homofóbico por vezes oculto. A igualdade ao casamento civil é considerada a reivindicação-chave do ponto de vista legislativo e a que mais tem efeitos secundários benéficos por alguns atores do movimento

Deve-se observar que, o debate público do casamento entre pessoas do mesmo sexo, é uma estratégia para evidenciar a homofobia e heteronormatividade de uma sociedade. O casamento homossexual foi aprovado em função dos esforços de um coletivo formado por organizações LGBT e deputados. A aprovação desta lei contribui para maior visibilidade e aceitação destas minorias no cotidiano, ou seja, essas transformações legislativas são geradoras de mudanças de mentalidade e de paradigma. Em vez desta lei refletir uma mudança já ocorrida na sociedade portuguesa, parece ser mais avançada do que a sociedade e impulsionará esta mudança.

Palavras-chave: Homossexualidade, Direitos sexuais, Direitos humanos, Minorias sexuais, Conjugalidade.

Código: H2.101

Situação: Concluído

Homofobia, Formação de Professores e Intervenção Comunitária

Luciano Vitor Dias Liberato

theonelu@hotmail.com

Este trabalho têm por objetivo apresenta e discutir as ações oriundas dos cursos de formação de professores e seus respectivos reflexos na vida educacional, sob os aportes da Psicologia Social Comunitária, os quais se voltam para a proposição de estratégias de intervenção comunitária. Dessa maneira, visa realizar uma descrição, no que se refere aos cursos de formação de professores ocorridos(ou que ocorrem) no Estado do Paraná, através de um levantamento dos materiais ofertados para capacitação na UTFPR e na SEED/PR. Para tanto, foram realizadas a verificação, descrição e análise de dois materiais, os quais permitem a visualização das ações e estratégias propostas nos cursos de capacitação para o professorado sobre as questões LGBT, bem como as propostas metodológicas para a elaboração e criação de categorias de análise em torno do universo LGBT enquanto constituintes do espaço escolar. Os resultados obtidos permitem realizar uma análise a partir das possibilidades de assistência e atenção ao público LGBT em âmbito escolar e ao enfrentamento de suas violências.

Palavras-chave: homofobia e docência; formação cidadã; intervenção comunitária; LGBT; formação de professores.

Código: H2.127

Situação: Em andamento

**Performances de Diversidade de Gênero e Sexual na Cibercultura por Meio da
Comunidade Prisma da UFABC nas redes sociais**

Tatyane Estrela

tatyane.estrela@aluno.ufabc.edu.br

Andrea Paula dos Santos

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada entre outubro de 2010 e julho de 2011, sobre construções identitárias e processos de subjetivação numa comunidade denominada Prisma, criada por estudantes da Universidade Federal do ABC. Tal comunidade surge em torno das questões da pluralidade de gênero e sexual, e faz uso das redes sociais Orkut e Facebook, além de realizar encontros presenciais e estar formulando em julho de 2011, um site para o grupo. O espaço cibercultural permite a realização de performances como comportamento expressivo e abrange a construção de subjetividades, falas e discursos numa produção coletiva de memórias. As esferas da cibercultura nem sempre são consideradas como espaços legítimos de atuação política. No entanto, os novos movimentos sociais, entre eles os movimentos LGBT, têm feito uso da cibercultura para a produção e consumo cultural, além de espaço para a legitimação de suas causas e para o surgimento de novas formas de relações entre os indivíduos, nas quais ocorre, a possibilidade de reconstruções identitárias adequadas às realidades vivenciadas em comunidade. A comunidade Prisma atua como agregadora de pessoas em torno de temáticas comuns e, como tal, acaba por impactar o cotidiano dos participantes e da UFABC, ao pautar discussões sobre diversidade de gênero e sexual e dar visibilidade a essas questões. Estudando as performances realizadas, buscou-se compreender de que maneira se estabeleceram sentidos de pertencimento, como ocorrem as interações, relações e discursos, e de que forma os membros da Prisma se apropriam dos discursos científicos e dos movimentos sociais sobre diversidade e os utilizam como forma de afirmação política de suas identidades e para o reconhecimento e conquista de políticas públicas que promovam das novas construções identitárias que estão em curso dentro e fora das comunidades LGBT.

Palavras-chave: identidade, diversidade de gênero e sexual, performance, cibercultura, memórias

Código: H2.154

Situação: Em andamento

As Relações de Poder/Força sobre as Barreiras Socioeconômicas Encontradas por Homossexuais na Região da Baixa Rua Augusta – São Paulo

Rodrigo Masteguim Pimenta

rmasteguim@gmail.com

Este trabalho analisa como se dá a aceitação da homossexualidade pelo capital e como sua expressão de força/poder (com base em acumulação de riquezas) influencia nas relações geográficas e pessoais do público LGBT na Região da Baixa Rua Augusta - SP. Os dados que serão apresentados são resultados de algumas entrevistas realizadas com comerciantes, frequentadores dos espaços de lazer e de publicações na mídia impressa e eletrônica. As teorias usadas foram sobre etnografia urbana (relações de sociabilidades em espaços de lazer) e acerca da homossexualidade. No primeiro momento identifico um ciclo temporal (Valorização, Transição/Equilíbrio, Desvalorização e Transição/Equilíbrio) baseado nas diferentes formas de apropriações através do capital, em comparação ao mesmo ciclo ocorrido no bairro Chueca em Madri – Espanha. No segundo momento especifico o cenário atual. Analiso as barreiras socioeconômicas encontradas pelos LGBTs nos espaços de lazer, principalmente noturnos, e o distanciamento de determinados “rótulos” (GLS/Gay-friendly) na tentativa de aproximação com outros grupos identitários, dentro dos mesmos espaços concretos ou abstratos. Aproximação que é possível ao atingir o equilíbrio de poder/força sobre espaços de lazer onde o público LGBT não seria uma minoria, mas sim a maioria influenciadora na conjuntura dos mesmos. Já no último momento, através de dados, demonstro a transformação da região pelo capital, desconstruindo o paradigma de gueto, e a mudança da narrativa de comerciantes em prol do homossexual economicamente ativo.

Usando como estudo de caso a Região da Baixa Rua Augusta e o bairro de Chueca, percebemos que ao longo da história aqueles que querem mudar um cenário/situação, por si, só o transformam, enquanto indivíduo ou coletivo, quando chegam/ganham poder ou força perante a sociedade. Com a aceitação da homossexualidade será a mesma coisa. A sua aceitação, e futura naturalização, se dará através das valiosas possibilidades de produção e consumo, principal força/poder na sociedade capitalista, e racional contemporânea, de indivíduos ou do coletivo homossexual. Acredito que determinações produzidas por uma parcela da própria sociedade, por exemplo o conceito de multidiversidade, busca forçar o equilíbrio de poder/força no embate social. Dando, através do poder de influenciar, força a um determinado coletivo, perante aqueles que já o/a tinham. Pressão daqueles que têm pouco para os que têm demais.

Os espaços analisados são uma concentração daquilo que seria um espaço de convivência daqueles que de uma certa maneira depois de acumular poder/força (que aqui defendo como o poder econômico) puderam formatar, sem grandes interferências, uma região onde as características sociais carregam suas determinações.

Pôster

Código: H3.79

Situação: Em andamento

A Trajetória das Políticas de Ação Afirmativa no Cenário Brasileiro

Ana Rita dos Santos Ferreira

psic_anarita@hotmail.com

O presente trabalho apresenta uma discussão em torno das Ações Afirmativas, buscando compreender sua trajetória até se tornar políticas públicas. A compreensão em torno

desse processo se dará a partir do levantamento histórico em torno das lutas e demandas do movimento negro como principal protagonista intelectual e militante do anti-racismo no Brasil no período 1978 quando se dá a sua volta à cena política a 2001 (Conferência Mundial contra o Racismo), quando começaram a surgir no Brasil, no âmbito das Políticas Públicas, as primeiras políticas concretas de Ação Afirmativa.

Palavras chave: Ação Afirmativa, Movimento negro, Políticas Públicas, igualdade, minorias.

Código: H3.93

Situação: Em andamento

Uniões Homoafetivas e Adoção Homoparental - a concepção de diferentes partidos políticos

Rafael Malvar Ribas

rafaelestudos@yahoo.com.br

Vivemos um tempo em que as questões de gênero vêm sido discutidas intensamente. Os casais homoafetivos no Brasil vêm há décadas lutando pela garantia de seus direitos. Já há algum tempo a homossexualidade saiu do rol das patologias, porém muitos direitos constitucionais ainda são negados às famílias homoafetivas, contrariando a própria constituição que veda qualquer tipo de discriminação. Há uma falta de clareza em nossa legislação quanto ao casamento, união estável e adoção por famílias homoafetivas, o que acaba constituindo uma barreira a esses casais, não só do reconhecimento simbólico e legal de sua união, mas também da divisão de bens, pensão, herança, inclusão do companheiro em planos de saúde. Há quase vinte anos tramitam projetos de leis no congresso tratando dos direitos homoafetivos, porém estes vêm sendo adiados sem que haja uma definição. Muitas vezes se percebe que há uma forte influência e até interferência das igrejas no papel do Estado, ainda que este seja laico, agindo contrariamente aos direitos homoafetivos. Aos casais que lutam pelo reconhecimento de sua união e do direito à adoção resta o caminho do jurídico, que além de desgastante nem sempre é positivo. Devido às inúmeras jurisprudências

quanto à união civil o Supremo Tribunal Federal votou há pouco tempo favoravelmente ao direito à união estável homoafetiva. Entretanto não houve definição quanto à adoção, e esta decisão possui validade até que a questão seja definida no congresso, e vire lei. Como sabemos que no Brasil os Projetos de Leis são votados conjuntamente pelas legendas partidárias, consideramos importante compreender quais as concepções dos partidos políticos quanto a essas questões. O presente trabalho foca nas uniões homoafetivas e na adoção homoparental, buscando compreender as concepções de diferentes partidos políticos, através de entrevistas com seus líderes e posterior interpretação por análises de conteúdo.

Palavras-chave: união homoafetiva; adoção homoparental; casamento gay; homossexualidade; partidos políticos.

I. Política, Esporte e Lazer

Mesa Redonda

Código: i1.68

Situação: Em andamento

Imaginação, Diálogo e Política nas Práticas Corporais: um debate entre o Jogo, o Lúdico, a Luta e o Esporte

Coordenador: Cristiano R. Antunes Barreira

O objetivo desta mesa é articular alguns elementos das expressões corporais. Buscando apresentar as práticas espontâneas e as sistematizadas. Cada autor tratará da temática a partir de um teórico de referência. No entanto, as pesquisas se aproximam ao

compreender o movimento como fenômeno complexo e não como algo desarticulado da sociedade ou de outras manifestações.

Jogo: diálogo, conflito e expressão

Ana Zimmermann

Seria possível pensar o jogo como uma forma de diálogo? Quais seriam as consequências desta compreensão? Tais questões orientam uma investigação de abordagem fenomenológica baseada principalmente na noção de hábito e expressão em Merleau-Ponty. O percurso do debate considera também elementos apresentados por Huizinga e Gadamer acerca do jogo e Martin Buber acerca do diálogo. Em jogo contamos com um passado a nossa disposição mas, para efetivarmos nossa participação, precisamos ir além, precisamos ser criativos. Para Merleau-Ponty hábito não é necessariamente repetição, mas sempre apresenta algo que torna incerta a fronteira entre o que adquirido e o que é criado e identifica no hábito um caráter ao mesmo tempo tributário em relação ao passado, mas inovador. Tal caráter inovador está associado ao nosso potencial expressivo, o qual revela uma natureza intercorporal na experiência de diálogo. O jogar, em especial, escancara uma motricidade que não é serva da consciência, mas que se apresenta espontaneamente em um diálogo intercorporal no qual o sujeito é o próprio movimento expressivo. A possibilidade de diálogo acontece na presença de algo que não pertence ao domínio do “eu”. Precisamos do “outro”, que não é necessariamente outra pessoa, mas uma questão, ou ainda, o outro de nós mesmos. Durante o jogo, por exemplo, movimentos são como questões que sugerem caminhos, esperam respostas. Entretanto, o diálogo elaborado em jogo pode levar a conflitos, que não podem ser suprimidos ou evitados. Uma das possibilidades apresentadas pelo jogo, portanto, é o reconhecimento de nossa potencialidade para adotar diferentes perspectivas e criar novas formas de relacionamento. Tal proposição indica consequências éticas na possibilidade de vivermos as diferenças e construir algo a partir delas, de dar ao passado uma nova orientação.

Palavras-chave: jogo, hábito, diálogo, expressividade.

Da luta corporal e da arte marcial aos seus comprometimentos políticos: elementos para se pensar a subjetividade implícita a práticas corporais

Cristiano R. Antunes Barreira

crisroba@gmail.com

Articulações entre os resultados de uma análise fenomenológica da luta e das artes marciais com a tipologia dos regimes despótico, monárquico e republicano, são tecidas revelando como a subjetividade dessas práticas corporais implica em modos de relacionamento comunitário que podem ser desdobrados como comprometimento político. A luta é um confronto físico, traço estético compartilhado por outros fenômenos como a briga e o duelo. Esses fenômenos não se confundem quando se enxerga os traços éticos que lhes são inerentes – respectivamente desafio mútuo, hostilidade e questão de honra. Assim, se em todos esses fenômenos existe a intenção de se restringir a mobilidade de outro corpo-sujeito e de se evitar ter a mobilidade de seu próprio corpo restrita, apenas a luta guarda sua motivação exclusivamente nesta intenção, havendo ainda disponibilidade mútua de fazê-lo entre os contedores. Na briga invariavelmente o confronto é motivado por uma hostilidade que dá o valor de seu alvo como negativo e ameaçador, caracterizando sua unilateralidade. O duelo se motiva como solução para uma questão de honra, mas com abertura para que outro também defenda sua honra. Os relacionamentos interpessoais vividos nesses três fenômenos se sintonizam, numa escala que os objetiva e legitima socialmente, com o estabelecimento de três regimes de poder diferentes. A institucionalização da hostilidade à liberdade e aos direitos, desdobra-se como a intimidação que cimenta o regime despótico. O valor da honra acima da própria vida caracteriza a nobreza que impede o despotismo num regime monárquico. A mutualidade de direitos e a liberdade para se entrar em disputas de mérito, caracterizam o regime republicano, sintonizando-se em escala ampliada com a luta. Artes marciais são treinamentos em luta – não se sintonizando com briga ou duelo – que sistematizam uma operatividade corporal e uma tipificação de condutas, cuja experiência vivida traz correspondências morais com o regime republicano.

O esporte é um fenômeno social, matriz de socialização e transmissão de valores, forma de sociabilidade, instrumento de educação

Marco A. Bettine de Almeida

marcobettine@gmail.com

O esporte representa a identidade de um país é espetáculo ritual. Por meio da metodologia habermasiana, compreendendo o esporte como fenômeno e relação social é possível entender este objeto pela sua característica de complexificação sistêmica da sociedade. A compreensão dos processos de secularização, racionalização, civilização e distinção contribuíram para analisar os problemas que afetam o esporte e sua inserção social, no entanto, esses conteúdos devem ser ampliados para o da sociabilidade espontânea e o papel social do esporte no Mundo da Vida. A idéia é refletir sobre a inserção do esporte na sociedade de distintas maneiras, economia, cultura, espetáculo, educação e política. O esporte integra a todos estes elementos em maior ou menor grau dependendo da finalidade da prática e do sentido que o sujeito dá ao esporte.

Relações que se Estabelecem em Práticas Espontâneas do Lúdico

Soraia Chung Saura

soraiacs@usp.br

A proposta apresenta investigação acerca de práticas espontâneas do brincar entre crianças da primeira infância, fundamentada na antropologia do imaginário. Assim, a pesquisa vale-se da fenomenologia da imaginação material em Gaston Bachelard e da filosofia da imagem em Gilbert Durand, dentro de um quadro de educação de sensibilidade. As práticas revelam as relações estruturantes, formadoras e dinâmicas que as crianças estabelecem no interior do livre brincar, correlacionado a momentos de um lazer calcado em seu eixo lúdico e sensível.

Os gestos revelados enquanto brincam espontaneamente delineiam um imaginário corporal mítico, ancestral, deflagrador de vivências relacionadas à cultura humana, formador

e estruturante da pessoa, individualmente e em grupos / pares de afinidades estabelecidas na psique individual. O principal deflagrador do movimento humano na criança, qual seja, a brincadeira, apresentou-se como fundamental para o seu desenvolvimento corporal, cultural, psicológico e pedagógico. No caso, a pesquisa parte de perguntas essenciais sobre este brincar: porque as crianças brincam? a atividade é importante? acontece independentemente de proposição? se sim, como preferem espontaneamente brincar? Com que tipos de materiais e porque? Como atua este corpo que brinca?

Para a realização desta investigação foram utilizados métodos etnográficos como a observação participante, esta já situada em novos paradigmas antropológicos de pesquisa. Esta pesquisa assume o lazer como um fim em si, considerando o campo polissêmico tematizado por diferentes ciências (história, economia, sociologia, antropologia, psicologia, educação física). Considera reposicionar o papel do lúdico nos estudos do lazer (Bruhns, 2004) e recolocar a criança como sujeito do seu brincar. É uma diferença de visão fundamental na prática de pesquisa, pois desloca-se o fenômeno do lazer como meio para se atingir determinado objetivo para ser ele mesmo o objetivo último, justificando por si só sua existência enquanto fenômeno humano. No caso de considerar a criança como produtora de sua cultura e como sujeito de seu brincar, desloca-se esse interlocutor-criança da condição de objeto de uma reflexão para a condição de sujeito de sua própria ação, fornecendo ela mesma as bases para as análises da pesquisa.

A investigação revelou elementos de um saber histórico, pedagógico e de desenvolvimento psicológico. Na medida em que transcorreu, demonstrou como o brincar possibilitou a manifestação da cultura humana inscrita na criança, ampliando o desenvolvimento dos conteúdos dessa cultura, potencializando de fato e de acordo com as necessidades individuais, o movimento corporal humano.

Palavras-chaves: Lazer, Imaginário, Brincar

Comunicação Coordenada

Código: I2.28

Situação: Concluído

A Lesão como Experiência de Adversidade no Contexto Esportivo: contribuições da fenomenologia à psicologia

Giovanna Pereira Ottoni

giovanna.ottoni@usp.br

A experiência de dor vivida por atletas lesionados sempre foi mantida como pano de fundo dos estudos no âmbito da psicologia do esporte. Nas últimas décadas a frequência de lesões no esporte apresentou-se como dado incontestável, tornando a problemática urgente para diferentes campos de pesquisa científica. Apesar do esforço dedicado à compreensão deste fenômeno, ainda é possível encontrar lacunas que necessitam ser preenchidas para uma intervenção que corresponda à complexidade da experiência. Um estudo de cunho fenomenológico teve início no ano de 2008 visando elucidar os elementos essenciais que compõem e configuram o modo como atletas de alto-rendimento vivem a experiência de dor durante o período de tratamento e afastamento devido à lesão. A fenomenologia enquanto método busca evidenciar aspectos constitutivos do fenômeno e pôde contribuir para delinear o horizonte em que a experiência de dor se coloca modificando a vida de atletas nesta condição. Até o ano em curso foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas, abertas e em profundidade, transcritas e analisadas segundo o método fenomenológico. Dentre as categorias que emergiram na descrição dos resultados destacou-se como central a chamada Dinâmica das adversidades, explicitando diferentes dimensões que a dor como experiência primeira de adversidade, suscita na vida dos atletas. Mostrou-se que o impedimento físico causado pela lesão é apenas o ponto inicial de uma dinâmica de adversidades que alcança esferas existenciais mais amplas como a esfera profissional, institucional e política. A extensão da pesquisa tem tornado possível compreender a experiência de dor não somente enquanto fenômeno pessoal e individual, mas diretamente ligado às contingências culturais e políticas nas quais se insere. Ao tomar a psicologia como área de conhecimento, o presente

estudo reconhece como necessários, portanto, uma integração e diálogo com outros campos a fim de ampliar a abertura à multipilicidade de facetas dos achados essenciais e fundantes desta experiência, sobre os quais a fenomenologia permite jogar luz.

Palavras-chave: fenomenologia, dor, atletas lesionados, psicologia, esporte

Código: i2.83

Situação: Em andamento

Envasividade: a construção do espaço intersubjetivo na dança de salão

Ana Cristina Benvindo

crisbenvindo@gmail.com

Este trabalho tem como proposta tematizar as implicações da prática da dança de salão na dinâmica da subjetividade política da pessoa que vive a experiência de dançar a dois, tomando-se a política como convívio atravessado pela liberdade (Arendt) presente na interação humana. A fim de identificar, descrever e compreender a especificidade da dança como potencializadora de uma experiência diferente e relevante no cotidiano, a fenomenologia clássica foi adotada como recurso analítico para voltar-se à experiência direcionada à corporeidade subjacente às representações presentes nos relatos intencionais de quatro pessoas participantes de práticas orientadas de dança de salão. Em meio à personalidade singular de cada entrevistado fez-se ver algo na maneira de viver o corpo durante a dança que ancora uma síntese experiencial, invariavelmente, percebida pelos sujeitos como um encontro consigo mesmo. Trata-se de uma percepção potencializada no movimento, quando a pessoa experiencia o deslocamento do seu corpo traçando uma forma de espaço diretamente com outro alguém com quem compartilha o espaço intercorpóreo. As narrativas das entrevistas mostram que o relacionamento entre os parceiros extravasa as expectativas de corresponder a um padrão preestabelecido de movimento; direciona-se à criação de um espaço intersubjetivo, uma cumplicidade em que o movimento a dois é co-gerado, fruto de um querer comum que se ajusta às suas possibilidades e disposições. Evidencia-se a necessidade de um modo de

atenção específico à construção desta parceria que acontece no espaço relacional e se expressa no cuidado com a envasividade – síntese dos termos evasivo e invasivo – sinalizando a dimensão empática que se desenvolve pela corporeidade e em que, a vontade, a decisão, vem a ser em função do ajustamento comum de afetos e movimentos, daquilo que se origina da atenção ao querer e poder do outro, como também da disposição de doação de si a fim de encontrar a sintonia da parceria. Portanto, o posicionamento ajustado da envasividade comparece como um querer comum, uma experiência pessoal comunitária, a dois, ao invés de individual, onde a sintonia mútua é o registro ético da dança a dois, também sinalizado no conceito mais geral de embodied care (HAMINGTON, 2004).

Palavras-chave: dança de salão, corporeidade, fenomenologia, intersubjetividade, política

Código: i2.97

Situação: Em andamento

**Breve História da Educação Física e Esportes no Campus da USP de Ribeirão Preto:
Influências da Conjuntura do Passado no Presente**

Ci Iakowsky Barbosa

godicilla@hotmail.com

A criação da EEFERP em 2009 no campus da USP de Ribeirão Preto evidencia a importância de se conhecer como esta área estava presente anteriormente ali, onde, desde 1973, é administrada pelo CEFER. O trabalho objetiva conhecer, por meio de relatos de profissionais do CEFER, a história desta área no campus. Cerca de 20 entrevistas já foram realizadas seguindo prerrogativas da História Oral. Os resultados parciais apontam traços de uma narrativa institucional. Os profissionais, inicialmente ensinando nas Unidades, são transferidos e perdem a esperança de exercer cargos de docentes da USP com a criação do CEFER. Nos anos 90, cresce o anseio pela criação do curso de graduação na área. A criação da EEFERP não diminui a frustração dos profissionais, uma vez que há nítida separação entre as instituições, sem sua vinculação à nova Unidade. Esses elementos narrativos parciais

permitem concluir a história de uma tensa relação da área, sua participação e existência acadêmica no campus. Através de uma leitura histórica dos resultados parciais obtidos, entendendo que a narrativa – formada pelos diversos relatos sobre a educação física e esportes no campus – retoma a conjuntura dos períodos, algumas reinterpretações do passado se fazem possíveis. Essas reinterpretações do passado são levantadas a partir da conjuntura do presente, ou seja, pelos efeitos do passado emergindo no presente, o que faz com que os protagonistas daquela história avaliem ativamente os percursos e contextos institucionais. Essas reinterpretações permitem uma compreensão articulada entre a perspectiva dos profissionais de Educação Física do CEFER acerca de suas carreiras e a história da educação física no Brasil. Abre-se um espaço para a reflexão política dos rumos dessa história institucional, seus conflitos e administração de relações de poder na Universidade.

Palavras-Chaves: Educação Física, Escola de Educação Física e Esportes de Ribeirão Preto (EEFERP), Centro de Educação Física, Esportes e Recreação (CEFER), Universidade, História Oral.

Código: i2.104

Situação: Em andamento

Uso do Vídeo no Processo de Produção da Pesquisa: um filme chamado solidão

Fábio Ranzani de Paiva

fabioranzani.paiva@gmail.com

O atual projeto, tem como objetivo central, entender a utilização do vídeo como ferramenta e metodologia para a produção científica nas ciências sociais. Quais são as formas e os mecanismos necessários para se produzir um filme científico? Entender o vídeo como resultado de um processo científico, desenvolvido em paralelo à produção escrita. Como objetivo específico, e como forma de experimentação científica, será produzido um filme com o tema da solidão. Como conclusão para o trabalho será produzido, junto do filme sobre solidão, um artigo descrevendo e analisando o processo de produção deste filme.

Para produção de vídeo buscará compreender a relação da solidão com o cotidiano na cidade de São Paulo. O filme fará um contraste entre as visões de quatro personagens: um adolescente, um jovem adulto, uma pessoa de idade mais madura e um idoso. O primeiro contato com estas pessoas será realizado através de um roteiro de entrevista para daí partir para a fase em que a câmera passa a acompanhar as pessoas dentro do cotidiano. Além de acompanhar as pessoas, é importante chamar para o conceito de compartilhamento para a produção de vídeo, no sentido de ser uma produção em que os personagens são vistos como agentes produtores de seu conhecimento. Como forma de abordar a solidão será pensado as formas de representação que estas pessoas elaboram sobre a solidão, sendo assim, este primeiro momento de entrevista serviria como um roteiro de ação para a fase posterior de produção do cotidiano.

Palavras-chave: produção de filme; metodologia de pesquisa; solidão; compartilhamento; representação.

Código: i2.111

Situação: Em andamento

O jogo da capoeira: Cumplicidade, diálogo e risco.

Cristiano Roque Antunes Barreira

crisroba@gmail.com

Entre as diferentes compreensões a respeito da capoeira, há aquelas que a abordam enfatizando a multiplicidade, a dinamicidade, ou as diferentes qualidades de seus aspectos. Este trabalho se debruça sobre um dos elementos essenciais da capoeira, fruto de análise com recurso da arqueologia fenomenológica que se direcionou a explicitar o modo como a capoeira se constitui na intencionalidade de seus praticantes, portanto, trata-se de um trabalho de orientação fenomenológica no campo da psicologia, a exemplo de Barreira e Massimi (2006, 2008) e Martins Valério e Barreira (2010). Destaca-se então, um dos modos de aparição da cumplicidade, elemento constitutivo do jogo da capoeira. Esta é constituída a

partir do momento em que ocorre o encontro de intenções no jogo que, apesar de distintas, guardam em si uma determinada abertura dialógica e uma possibilidade de estabelecimento constante e dinâmico de um acordo corporal, constituindo às condições em que o jogo ocorre. Negocia-se então corporalmente as doses de risco e perigo presentes no jogo, o que se afina com o teor mais ou menos lúdico deste, o transformando menos em um confronto direto e mais aberto a ações criativas e inovadoras perante doses de risco negociadas. Esta cumplicidade mostra um modo de agir em parceria que constrói as condições e qualidades do jogo, próprio à capoeira e ao si mesmo capoeirista e peculiar. Portanto, busca-se também jogar capoeira em afinidade com este modo de agir que se estende em nível existencial e, ao mesmo tempo, abre possibilidades para a construção de um jogo no qual o outro também tenha condições de agir, sem se abster de uma atitude própria na constituição de si enquanto capoeirista. Desta forma, esta relação em cumplicidade se configura de modo peculiar como atividade política, sendo esta concebida como convívio atravessado pela liberdade (Arendt) inserido nas relações humanas.

Palavras chave: capoeira, cumplicidade, risco, diálogo e política

Código: i2.146

Situação: Em andamento

Quais são as diferenças nas condições oferecidas para a promoção de atividades físico-desportivas, em parques públicos municipais, inseridos em áreas de diferentes perfis socioeconômicos, da cidade de São Paulo?

Mônica Alves Cardona

monicaa.cardona@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo, estudar as condições da população das regiões avaliadas (saúde e socioeconômicas) e relacionar os dados obtidos, com as possibilidades oferecidas para a prática de atividades físico-desportivas em quatro parques públicos municipais, situados nas zonas leste e sul de São Paulo. Além disso, pretender-se-á, compreender os

parques públicos como importantes espaços para a promoção da saúde, por meio das atividades físicas, no tempo de lazer.

A partir da abordagem de Jürgen Habermas, da mudança estrutural da esfera pública, será realizado um levantamento dos referenciais teóricos sobre o assunto; de dados concretos (perfil populacional e socioeconômico) das áreas avaliadas e das políticas públicas destinadas à promoção de atividades físico-desportivas.

A análise dos dados obtidos levará em conta, a participação das organizações sociais no implemento das políticas públicas; a evolução e importância do parque público para aquela região específica (história desse parque); avaliar o empoderamento daquele espaço, por parte da população, para a finalidade do lazer.

Palavras-chave: atividade-física, saúde, políticas públicas, parques, lazer

Pôster

Código: i3.66

Situação: Em andamento

O lazer na Campanha Política: análise das propostas de governo dos principais candidatos à presidência nas eleições de 2010

Alex dos Santos Faria

alexnoatss@gmail.com

Tendo como recorte às propostas de governo e os sites dos quatro candidatos à presidência do Brasil com maior número de votos nas eleições de Outubro de 2010, objetiva-se neste trabalho estudar como se dá a inserção do lazer neste contexto eleitoral, buscando a presença ou ausência do conceito e tentando entender qual o contexto da sua inclusão ou omissão, tendo como base uma reflexão sobre o conceito de lazer e a técnica de Análise do

Discurso. Espera-se com isso discutir o lazer dentro das suas diversas interpretações e possibilidades entendendo o seu posicionamento no contexto político, e identificando-o no que tange as propostas de governo, identificando suas características teóricas, os termos com os quais ele é apresentado no texto e interpretando-os tanto dentro da individualidade do material, quanto em relação ao panorama da campanha eleitora. Parte-se da Hipótese de que o conceito do lazer é utilizado em intensidades e significâncias diferentes dentro das propostas de governo, de modo que a partir da identificação dos aspectos omitidos ou destacados pode-se identificar, ou ao menos refletir sobre o discurso permeador em cada caso. Tais reflexões se justificam pela importância da discussão do conceito de lazer no contexto acadêmico, seja para se ter uma visão mais completa do termo e entender o que ele pode ou não abranger, seja para elucidar as diversas concepções existentes sobre ele e como estas se relacionam entre si e com as políticas públicas de âmbito federal.

Palavras-chave: lazer, propostas políticas, eleições 2010, campanha eleitoral, análise do discurso.

J. Gestão, Políticas Públicas e Inclusão Social

Mesa Redonda

Código: J1.99

Situação: Em andamento

Políticas Públicas e Sistema Prisional: impasses e desafios

Valdir José Silveira

valdirjoao@uol.com.br

Pretendemos nesta mesa levantar pontos importantes sobre o cenário atual das Políticas Públicas para pessoas em privação de liberdade e o quanto a efetivação de algumas dessas políticas ou o desrespeito de outras favorecem a naturalização do aprisionamento como medida de proteção à sociedade, não permitindo nos questionar sobre as complexidades envolvidas na ação criminosa e na constituição de um perfil do sujeito criminoso que preenche as vagas do Sistema Penitenciário.

Enquanto dados revelam o crescente aumento da população carcerária, é possível verificar que a criminalidade vem cada vez mais fazendo parte de nosso cotidiano, seja por experiência pessoal, pelo trabalho em unidades prisionais, organizações ou movimentos sociais que atuam na área, pelo conhecimento de dados oficiais, informações divulgadas na mídia ou até mesmo por estudos e pesquisas sobre a temática.

Uma análise mais apurada revela a contraditoriedade entre aumento da população carcerária, políticas de segurança pública e políticas de re-educação, re-socialização e re-integração. Considerando que as leis norteadoras da privação de liberdade no Brasil, a exemplo da LEP (Lei de Execução Penal), entendem o indivíduo que está preso como único responsável pelo crime cometido e por sua reabilitação, torna-se necessário discutir no âmbito da Psicologia Política quais outros aspectos sociais contribuem para o cenário atual da crescente criminalidade, ou criminalização, sendo importante incluir neste debate as políticas

públicas para adolescentes em privação de liberdade e portadores de sofrimento psíquico autores de delitos.

Do mesmo modo, pretendemos discutir as ações de organizações e movimentos sociais na promoção de políticas públicas que, ao invés de naturalizar a exclusão e a desigualdade social, permitem o acesso aos direitos das pessoas em privação de liberdade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Sistema Prisional, Direitos Humanos, Medida de Segurança, Adolescência.

Ações da Pastoral Carcerária em promoção de políticas públicas de acesso aos direitos nas prisões

Valdir João Silveira

valdirjoao@uol.com.br

A Pastoral Carcerária não acredita na pena de prisão como resolução de conflitos e de reintegração do indivíduo ao convívio social. O sistema prisional é lugar de castigo corporal, mental, social e de tortura. A Casa-Grande pune os crimes da Senzala no tronco. A idéia de humanizar os pelourinhos é, no mínimo, contraditória.

Acreditamos e apoiamos políticas públicas de investimentos em novas maneiras de resolução de conflitos na sociedade em vez de armas de fogo e de prisões.

O Brasil ocupa hoje o ranking internacional de crescimento de pessoas em privação de liberdade. EUA, China, Rússia e Brasil são os países com as maiores populações encarceradas do mundo. Nos últimos 20 anos o Brasil teve um crescimento de 450% (1990 – 2010, de 90.000 para 498.500 presos).

O crescimento da população carcerária está estritamente ligado às novas leis de endurecimento penal e de criminalização da pobreza. Leis que buscam responder os problemas sociais com o encarceramento e com a construção de presídios, vejamos algumas delas: Regime Disciplinar Diferenciado – RDD - Lei 10792/2003. O RDD prevê condições de encarceramento mais rípidas aos presos que cometem falta grave durante o cumprimento da pena, envolvendo subversão da ordem prisional ou àqueles pertencentes às facções

criminosas. Resultado da aplicação desta lei, os ataques de maio de 2006 que paralisaram São Paulo e deixou 493 vítimas fatais; Monitoramento Eletrônico - Lei nº 12.258. Do discurso de redução da população carcerária ao efeito estigmatizante: dificultando o acesso ao trabalho, à entrada em estabelecimentos públicos e particulares com revista eletrônica, como também é caro e com pontos neutros. O que faz é criar mais uma obrigação para formas de cumprimento de pena já antes previstas em nossa legislação, encarecendo-as. Ações da Pastoral Carcerária em promoção de políticas públicas em acesso aos direitos: a) Direito do voto dos presos provisórios. Resolução 23.219/10 do TSE; b) Defensoria Pública: criação, regulamentação LC 132/2009 (A Lei orgânica da defensoria pública, que padroniza o trabalho do defensor público no país e a amplia suas funções.); c) Criação de Ouvidorias independentes, luta da Pastoral Carcerária em todo o Brasil; d) Sumula vinculante (a despeito de terem direito a cumprir a sua pena em regime semi-aberto, seja por assim mandar o édito condenatório (regime inicial aberto), seja porque assim deferiu o Juízo das Execuções (pedido de progressão ao regime semi-aberto); e) Remissão por estudo. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; f) Medidas cautelares. Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

Em resposta a Justiça Penal, estamos, em parceria, implantando a Justiça e práticas restaurativas em todo o Brasil. Lutamos por um mundo sem prisões, pois ao cair numa prisão, seja americana, russa, brasileira ou de qualquer outro país, é alto o risco de sair morto, ou destruído.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Pastoral Carcerária, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Criminalização.

Psicologia Política e Privação de Liberdade: violência de Estado na promoção do (des)acesso às políticas públicas em direitos humanos

Semíramis Costa Chicareli

schica@usp.br

O tema da criminalidade tornou-se recorrente em nosso cotidiano, assim como o clamor da sociedade por punições mais rigorosas. Por outro lado, estudos apontam à falência do Estado em relação às políticas públicas de redução da criminalidade e da violência, permitindo a violação dos Direitos Humanos.

A Lei de Execução Penal (LEP), criada durante a transição democrática como dispositivo para a redução da violação de direitos nas prisões, vem se mostrando na prática como instrumento político mais rigoroso destinado a determinados grupos vulneráveis, como é possível verificar no perfil da população carcerária: jovens pobres, negros ou pardos e de baixa escolaridade.

Fruto do movimento da nova defesa social que considera a sociedade como um todo harmônico, igualitário e organizado, polarizando-a entre indivíduos bons e maus, a LEP apresenta uma finalidade pedagógica que busca a individualização da pena, atribuindo à pessoa que está presa dupla responsabilidade: pelo ato criminoso e por sua capacidade de auto-recuperação, excluindo os complexos aspectos sociais que contribuem para a ocorrência do ato criminoso.

Se o sistema prisional mostra a sua seletividade por meio do seu perfil carcerário, a mídia demonstra seu papel determinante na construção do imaginário coletivo e na construção de simbologias e significações acerca da figura do criminoso.

Ao longo da história, as ciências se mostraram como produtoras de discursos que favoreceram a naturalização do aprisionamento de alguns grupos, legitimando as desigualdades, criminalizando a pobreza e a vulnerabilidade social. Tais práticas tornaram-se mais recorrentes juntamente com o processo de medicalização da sociedade e do uso das “tecnologias psico” que, longe de retirar o suplício do corpo, adicionaram a docilização e o aprisionamento da alma em troca de uma suposta liberdade.

Se atualmente a Psicologia Política que recebe influências da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró busca problematizar, desideologizar, desalienar e desnaturalizar estes

fenômenos, é possível verificar que até mesmo esta ciência produziu discursos que naturalizavam o preconceito e a desigualdade social, tal como proclamava Gustave Le Bon no final do século XIX e início do século XX.

Grandes mudanças ocorreram neste campo, transformando a Psicologia Política de hoje: espaço de problematização que volta seus estudos às minorias excluídas e aos processos que levam às desigualdades sociais.

Considerando não haver dicotomias entre público e privado e as influências jurídicas na construção da cidadania, a Psicologia Política nos permite pensar a dimensão política compreendendo aspectos objetivos e subjetivos como interdependentes no processo de criminalização. Assim, este campo de investigação deve trazer para discussão o fenômeno do aprisionamento relacionado com os demais fatos sociais que interferem no processo de socialização política (pelo o qual as pessoas adquirem ou mudam suas concepções sobre o mundo e sobre os acontecimentos políticos).

Portanto, este trabalho que se encontra em andamento como parte dos requisitos para a obtenção do título de especialista em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, propõe efetuar uma análise psicopolítica do Sistema Penitenciário Brasileiro e do acesso das pessoas em privação de liberdade aos Direitos Humanos, por meio de revisão bibliográfica, a fim de se obter um mapeamento de produções sobre a temática no âmbito da Psicologia Política.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário, Exclusão Social, Direitos Humanos, Psicologia Política, Políticas Públicas.

Análise psicopolítica das internações psiquiátricas no Sistema Prisional

Débora Cidro de Brito

dcidro@gmail.com

As transformações na sociedade decorrentes do Renascimento e da Revolução Francesa ofereceram ao homem uma nova explicação sobre a realidade, uma nova organização política e social, assim como novas formas de subjetivação.

A disciplina se tornou o primeiro dispositivo de organização social, delimitando territórios e populações, favorecendo o controle e a produção de novos saberes sobre o homem. O trabalho torna-se ferramenta essencial na produção dos novos sujeitos e da nova sociedade, enquanto que a formação do contrato entre as pessoas possibilita a ilusão da liberdade de cada indivíduo. A união do contrato e do trabalho favoreceu a falsa idéia do homem livre e único responsável por sua riqueza ou miséria.

Neste contexto a loucura passa a ser entendida como a impossibilidade para o trabalho e para integração na sociedade. Sua única possibilidade de existência passa a ser entre os muros de hospitais psiquiátricos. Muito mais próximos de se parecerem com depósitos, estes lugares inicialmente não tinham objetivos médicos ou terapêuticos e sim a constituição de um dos diversos espaços de exclusão de indivíduos indesejáveis para a sociedade.

A inclusão do médico nestes espaços foi decorrente de uma necessidade muito mais política do que terapêutica. Numa época em que a disciplina se torna instrumento de prática médica, utilizada para a organização da sociedade, era necessário que a Medicina produzisse um saber para controlar os habitantes destes muros. Foi preciso a Medicina Mental tornar-se única detentora e produtora de saber sobre a loucura para a sua própria constituição como ciência.

Por meio destas mudanças políticas e sociais originárias na Europa que novos saberes vão determinando o campo da loucura e lhe dando a forma da desrazão e da impossibilidade de convívio na sociedade.

No Brasil o delineamento da loucura sofre estas mesmas influências e se torna a partir do século XIX objeto de estudo e controle da Medicina Mental. Apesar da evolução nas políticas de atenção ao portador de sofrimento psíquico no país, favorecida por processos decorrentes de movimentos sociais, cabe lembrar que ainda caminhamos a passos lentos na efetivação de mudanças que atendam a um maior número de pessoas portadoras de sofrimento psíquico, por exemplo, aqueles que cometeram algum delito e foram considerados inimputáveis, devendo cumprir um tratamento psiquiátrico denominado Medida de Segurança em substituição ao cumprimento da pena.

Assemelhando-se mais muito mais à uma prisão do que aos modelos de atenção em Saúde Mental e tendo sua política atravessada pelo Código Penal e pela Lei de Execução Penal, este modelo de tratamento impede a efetivação da Lei 10.216/011, demonstrando uma

luta de saberes e poderes que reclamam cada um para si o direito de definir qual a política de atenção deve prevalecer.

Fruto de uma pesquisa em andamento como parte dos requisitos para a formação em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais este trabalho pretende efetuar uma análise psicopolítica das relações de poder nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Para isto apóia-se em autores como Michel Foucault, Robert Castel, Erving Goffman, Paulo Amarante e na experiência da autora como psicóloga em um Hospital de Custódia.

Palavras-chave: Saúde Mental, Medida de Segurança, Políticas Públicas, Poder, Saber.

Privação de Liberdade de Adolescentes no Brasil

Lourival Nonato dos Santos

lourivalnonato@hotmail.com

O Brasil vem trazendo números positivos em seus dados econômicos, para enfrentar o cenário internacional desfavorável aos países do norte. O brasileiro é um espectador desses fatos, inacreditáveis até alguns anos atrás. Veiculam-se notícias sobre EUA, Itália, Portugal, Grécia, e outros países daquele hemisfério, que se veem “de joelhos” para a China e até para o Brasil, enquanto temos notícias da classe “c”, daqui do Brasil, ter crescido nos últimos 8 anos, de 35% para 53 %, em detrimento das classes “d” e “e”.

Contudo, tais fatos, infelizmente, pouco tem favorecido a realidade e o cotidiano do povo brasileiro. Continua aqui imperando a pobreza que alcança municípios e territórios que desconheciam a violência, a drogadição e o desrespeito aos seus costumes locais.

O povo brasileiro persiste, pois, carregando bandeira de país bem colocado no ranking entre os campeões de desigualdades sociais e que, infelizmente, tem sido estimulado pelas camadas das classes melhor situadas financeiramente, onde estão poderosos empresários, governantes e outras autoridades, pela manutenção de práticas de legitimação, dominação, estratificação, alienação e exploração das classes humildes, culminando com situações de fragmentação de famílias e de encarceramento de nossos adolescentes. O número de

desempregados no Brasil é grande, mas mesmo para os que estão empregados a vida é difícil por seu alto custo, pela quantidade de impostos e pagamentos de taxas e de tarifas públicas.

As propagandas de consumo veiculadas pelas mídias ensejam desafios, desejos e sonhos das pessoas, especialmente de crianças e adolescentes, aspirações incompatíveis com suas condições de vida, favorecendo assim, o rebaixamento de sua auto-estima.

A Constituição Federal de 1988 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança trouxeram novas garantias de proteção à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, regulamentou as garantias oferecidas, considerando-os como prioridade absoluta. Essas garantias mais se consolidaram com emendas constitucionais, entre elas a emenda 45/2004, que gerou o inciso 78 do art. V. Inclui os conteúdos dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e marcos legais em se que destaca princípios e a submissão à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha (o Brasil) manifestado adesão. Apesar de avanços que o Brasil vem tendo no campo internacional, são, na prática, tímidas as mudanças favoráveis aos adolescentes quando em privação de liberdade. Basta uma inovação decidida, por exemplo, pelo Conselho Nacional do Trânsito para que o fluxo administrativo seja imediato. Já no dia seguinte as normas são baixadas, muitas vezes sem que as premissas mais elementares estejam atendidas. Entretanto, quando as decisões são de conselhos que tratam das questões de saúde, de criança e de adolescente, assistência social, e principalmente nas questões de privação de liberdade, tudo é moroso, é lento o fluxo-administrativo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 259 deu 90 dias para que a União, os estados, os municípios, seus órgãos e programas se adequassem à nova lei. Passaram-se 21 anos, e, em número sempre crescente, os 17.703 adolescentes em privação ou em restrição de liberdade, conforme SNDH 2010, são prova viva de desrespeito ao prazo e à dignidade dos adolescentes e do povo brasileiro.

Palavras-chave: Privação de liberdade; Adolescente em conflito com a lei; Estatuto da Criança e do Adolescente, Vulnerabilidade social.

Código: J1.X

Situação: Concluído

Temas Especiais em Poder e Desenvolvimento Local – diversos olhares sobre o local

Coordenador: Eduardo de Lima Caldas

eduardocaldas@usp.br

Esta mesa redonda resulta dos esforços iniciados nos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Poder e Desenvolvimento Local e intensificados com as visitas de campo requeridas na disciplina intersemestral “Temas Especiais em Poder e Desenvolvimento Local”, oferecida no curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP. Esta mesa ora proposta será para apresentar os resultados das pesquisas de campo realizadas ao longo da referida disciplina, e articular os resultados alcançados ao campo de conhecimento da Psicologia Política. Considera-se o tema relevante para o campo em questão pela necessidade de compreensão das relações sociais para uma compreensão do local. Outra relevância é decorrente do aspecto intersubjetivo adotado na realização de cada uma das pesquisas. Cada trabalho de campo foi realizado a partir de uma política pública existente no território e sua análise foi feita a partir de um contato (informante), visita de campo, observação, e conversas. Não se tratou propriamente de entrevistas estruturadas, mas de um roteiro semi-estruturado de entrevistas que orientou o trabalho. O esforço despendido foi para construir uma narrativa a partir das vozes dos atores envolvidos com a concepção, implementação e manutenção da experiência observada.

Mediação de Conflitos como estratégia de integração social em Diadema

Paula Goulart de Faria Scuoteguazza

Em 1999, Diadema contava com índices de 374 mortes/ 100 mil habitantes, numa população de aproximadamente 363 mil pessoas, Época em que aparecia nos noticiários, como símbolo da violência nacional. Dados os altos índices de criminalidade, surge a Coordenadoria de Defesa Social, que ganha status de Secretaria em 2001, que para além dos

deveres de segurança do Estado, tem o papel de facilitadora dos meios para que aquela se concretizasse, com vistas ao bem-estar dos cidadãos. Dentre as várias atribuições, as quais são tarefa da Secretaria de Defesa Social, destaca-se uma dela: Mediação de conflitos. Esta política ocorre desde 2006 e tem por objetivo a disseminação do que seja a cultura de paz como estratégia contra a violência. Isso significa que através de mediadores, conflitos familiares, comunitários e sociais (barulhos, infiltrações, latidos, não pagamento de aluguéis...) terão a possibilidade anterior de serem resolvidos pelo diálogo, quando manifestada tal vontade, a fim de que discussões do dia a dia não assumam grandes proporções e culminem em situações mais graves.

Para essa mediação, interlocutores dos próprios locais são capacitados, sendo escolhidos dentre grupos da sociedade civil, como mulheres, jovens, profissionais de saúde, educação, comunicação, etc.

As políticas de redução da violência tem surtido efeito, pois, as taxas de homicídios diminuíram em aproximadamente 85% em 10 anos. Do total de homicídios, pelo menos 80% era advento de situações banais - percepção do Observatório Municipal de Segurança de Diadema -, que possibilitou a implementação da Mediação de Conflitos, que obteve em 2006, 60% de sucesso nos casos em que atuou.

O trabalho tem por objetivo, além de perceber as reais capacidades de solução de conflito do Programa, saber se efetivamente se há envolvimento de atores sociais comuns à própria localidade, se estes influem diretamente tendo peso as características de vizinhança, e também entender os 40% de casos de insucesso da política.

Mobilidade urbana em pequenos municípios: o programa “Pedala Sorocaba”

Thaís Bresser Kulikoff

Diego Pugliese Tonelotto

O Município de Sorocaba, localizado no interior do Estado de São Paulo, possui a segunda maior malha cicloviária do país e é o terceiro maior investidor em ciclovias no país. A ciclovia acompanha as principais avenidas da cidade e conta com três bicicletários, sendo

dois deles próximos a terminais rodoviários. Esta obra foi possibilitada através da ação da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura Urbana (Seoebe). A primeira parte da ciclovia foi feita para interligar a Região Norte à Região Oeste do município, eram apenas 1.835 quilômetros e atualmente a ciclovia possui setenta quilômetros de extensão e é possível atravessar a cidade utilizando-se apenas da rede cicloviária. A ciclovia partiu do projeto de urbanização da cidade, já que o município tornou-se um pólo industrial, o tráfego de veículos aumentou consideravelmente nos últimos anos a partir disso a ciclovia tornou-se uma alternativa eficiente para a redução do trânsito. O município de Sorocaba tem por intuito possuir a maior malha cicloviária da América Latina e proporcionar aos cidadãos um sistema de bicicletas públicas espelhado no modelo de cidades européias.

O presente trabalho busca verificar a eficiência das ciclovias no município de Sorocaba como um meio de transporte. O respectivo trabalho também tem como foco permear a discussão de como o Programa Pedala Sorocaba beneficiou a mobilidade urbana, o complexo viário, o meio ambiente e a saúde dos munícipes.

O projeto municipal “Educação e Inclusão” de Osasco

Raquel Sobral Nonato

Educação e Inclusão é um projeto coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), órgão responsável pela gestão das políticas de geração de ocupação e renda no município de Osasco. Com o objetivo de promover a inclusão social por meio de ações integradas, o projeto prevê a capacitação profissional e a garantia da distribuição gratuita de uniformes aos alunos da rede pública municipal.

Tal iniciativa vai ao encontro da estratégia da gestão pública municipal que, desde 2005, articula um conjunto de projetos e ações, consolidando a nova necessidade de estruturar políticas de inclusão na esfera municipal. Visando o fortalecimento e a legitimação dos empreendimentos populares e solidários, tal experiência, representa uma interessante atuação do Estado no que tange ao fomento do poder e desenvolvimento local, este, encarado como espaço de tomada de decisão.

O objetivo do trabalho é compreender a construção da experiência “Educação e Inclusão” por meio do reconhecimento dos instrumentos de políticas públicas para o desenvolvimento local utilizadas, tendo as Compras Públicas como instrumento estratégico principal.

Inclusão pela participação política: o Orçamento Participativo de Guarulhos

Vinícius Felix da Silva

Seguindo a tradição anterior de OP municipais iniciada no Brasil, em Porto Alegre, Guarulhos instituiu sua própria experiência, reformulada ainda no primeiro ano (não há dados especificando a natureza do OP original).

Estruturalmente, funciona através de um Conselho Municipal de Orçamento Público (COP), cujos conselheiros eleitos em 22 plenárias regionais de OP, colaboram com a prefeitura na confecção de orçamento, tendo em vista as prioridades setoriais definidas em cada das plenárias. Vêm sendo realizado ininterruptamente pelos dois prefeitos do PT que se sucederam Elói Pietá (2000-2008) e Sebastião Almeida (2009). Aparenta ser uma experiência razoavelmente consolidada e reconhecida, assumindo a coordenadoria da Rede Nacional de Orçamento Participativo, que congrega 57 cidades brasileiras com experiência em OP. Essa forma de parceria extra local, não é incomum à prefeitura de Guarulhos, indicando talvez um perfil de sua administração ou, mais, um padrão de suas estratégias de desenvolvimento local.

Este trabalho tem como objetivo investigar a inserção do OP de Guarulhos dentro de um pano de fundo extra local maior, a partir de sua(s) rede(s) de parcerias intermunicipais.

Comunicação Coordenada

Código: J2.9

Situação: Em andamento

A exclusão dos andarilhos de estrada nas políticas públicas de assistência social

Eurípedes Costa do Nascimento

nascimentoec@gmail.com

O fenômeno da errância no contemporâneo é uma realidade complexa, marcante e se expressa com maior radicalidade no caso dos andarilhos de estrada: sujeitos que perambulam a pé pelas rodovias do país com um saco às costas onde carregam todos os seus pertences e completamente ignorados pelas políticas públicas de assistência social. Embora as políticas de inclusão social do governo federal tenham avançado significativamente no país, dados de nossa pesquisa realizada com dirigentes e profissionais em quatro instituições assistenciais no Estado de São Paulo, mediante um roteiro de entrevista semi-estruturado e técnica de análise de conteúdo, apontam, no entanto, um total descaso das políticas públicas municipais em relação ao acolhimento de andarilhos que acorrem a essas instituições em busca de amparo, pois, a prioridade de atendimento parece ser exclusivamente as famílias em situação de risco ou vulnerabilidade, conforme prescrito nos objetivos gerais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isso significa dizer que os Estados e municípios ainda parecem permanecer indiferentes ou desconhecem a realidade de outros segmentos miseráveis da população e sem vínculos familiares, como no caso dos andarilhos que utilizam os serviços das instituições municipais de assistência. Conseqüentemente, isso implica na falta de projetos sociais e perpetua uma política pública de assistência caracterizada pelo continuísmo de ações alienadas e sem o compromisso de conscientização histórica junto a esses sujeitos que seguem suas perambulações pelas rodovias, submissos às imposições traçadas pela sociedade capitalista. Conclui-se, portanto, a necessidade de uma ampla discussão junto ao SUAS e órgãos governamentais para elaboração e implementação de novos projetos de gestão e inclusão social voltados também aos andarilhos para que Estados e municípios promovam políticas assistenciais visando ações coletivas no resgate da cidadania e garantia de condições

dignas de vida desses sujeitos, esquecidos e abandonados à própria sorte num mundo desencantado e miseravelmente atormentador.

Código: J2.10

Situação: Em andamento

AIDS na Velhice: rompendo desafios e vencendo preconceitos

Juliana Monteiro Costa

jullymc@hotmail.com

Agência de Fomento: FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia no Estado de Pernambuco)

A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa, ganhando expressão e legitimidade no campo das questões sociais do momento. Não obstante, a sexualidade na velhice é um tema comumente negligenciado pela medicina, pouco conhecido e menos entendido pela sociedade, pelos próprios idosos e pelos profissionais de saúde. É neste contexto que vem à tona ao aumento da incidência de idosos portadores de HIV/Aids, constituindo um novo desafio a ser enfrentado. Nesta pesquisa o objetivo foi focalizado no sentido da experiência e as repercussões biopsicossociais de pessoas idosas que convivem com HIV/Aids na cidade do Recife. Participaram dez idosos (quatro do sexo feminino e seis do sexo masculino), na faixa etária entre 50 e 76 anos residentes na cidade do Recife, que estão em tratamento e/ou acompanhamento no SAE (Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids) da Policlínica Lessa de Andrade. Foi utilizada uma entrevista conduzida de forma semi-dirigida, organizada a partir de um roteiro previamente estabelecido, que foram gravadas e transcritas. As informações colhidas foram analisadas com base na Técnica de Análise de Conteúdo Temática. Os resultados mais expressivos mostraram a experiência viva e os sentimentos de abandono, vergonha, constrangimento, medo e a sensação de ser tratado de maneira indiferente por parentes,

amigos e vizinhos que fazem parte do cotidiano desses idosos, que são atravessados, ao mesmo tempo, pelos estereótipos da velhice e pela estigmatização do HIV em sua dimensão pressentida e instituída como discriminação. Portanto, este trabalho teve o intuito de contribuir para iluminar o campo de saberes e práticas que têm como horizonte de preocupações éticas e políticas a diminuição da vulnerabilidade dos idosos ao HIV/ Aids.

Palavras-Chave: HIV/Aids; velhice, estigma, preconceito, vulnerabilidade.

Código: J2.14

Situação: Em andamento

Psicologia, Pobreza e Desigualdades: desafios para uma práxis em políticas públicas

André Geraldo Ribeiro Diniz

andredinizbh@hotmail.com

Recentemente, o Senado brasileiro aprovou o projeto de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social. Já a algum tempo, profissionais de diversas áreas têm sido convocados a participar da construção dessa política, fornecendo subsídios teóricos, metodológicos e políticos para a implementação de seus programas e projetos. Este trabalho objetiva apresentar algumas reflexões acerca da inserção da psicologia, e do psicólogo, nas equipes técnicas da Política de Assistência Social. Busca-se, portanto, analisar os fundamentos e princípios de tal política, em seu encontro com a história e a práxis do saber psicológico, na tentativa de traçar apontamentos acerca dos desafios que se colocam para este campo. Da Política de Assistência Social, tomamos como objeto de análise, seus princípios, seu desenho e suas estratégias de intervenção. Do campo psicológico, tomaremos como recorte analítico suas produções teóricas sobre a pobreza e a desigualdade social e os recursos metodológicos a que este campo lança mão no enfrentamento destes problemas sociais. Assim, será analisada a interseção entre Política Pública e Psicologia, evidenciando a dimensão da política (e do político) nas práticas e saberes re(produzidos) pelos psicólogos e psicólogas neste contexto. Serão utilizadas para tal análise, categorias psicossociais e políticas

referenciadas por abordagens críticas da Psicologia, a partir das contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política. As análises apontam para tensões e conflitos existentes no cotidiano desses profissionais, que se produzem em dinâmicas de regulação e controle de indivíduos e grupos historicamente excluídos. A história da Psicologia marca sua entrada nas políticas públicas e apresenta tensionamentos entre práticas regulatórias e emancipatórias, a partir da heterogeneidade de abordagens que se debruçam sobre o fenômeno da pobreza e da desigualdade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Psicologia, Pobreza, Desigualdade Social, Psicologia Política

Código: J2.25

Situação: Em andamento

Juventude, Drogas e Biopolítica

Alcides José Sanches Vergara

alver@uel.br

Na presente comunicação, trataremos o tema da juventude e das drogas como uma questão vinculada a biopolítica e ao biopoder, conceitos elaborados por Michael Foucault. A Juventude e as drogas são analisadas nas situações que envolvem a gestão da criminalidade associada aos riscos e desvios da lei, o uso abusivo e a dependência. A juventude irreverente, corajosa, saudável, idealista e que queria mudar o mundo para melhor, tal como retratada em outras épocas, hoje aparece associada a violência, perigos e riscos pessoais e sociais, à dependência de drogas e à criminalidade e outras imagens negativas. Para lidar com esses jovens já não basta a tolerância e os pequenos castigos de outrora. Os jovens emergem como um segmento da população objeto de ações e programas diversos. As drogas vão ser vistas como questão de segurança e saúde pública. Observa-se um deslocamento e reposicionamento no discurso acerca dos jovens - de menor, drogado e criminoso para infrator, usuário e dependente químico - a mudança é sutil, mas representa uma modulação nos dispositivos de

controle social. Busca-se além da anuência do jovem para que se livre das drogas a criação de um amplo espaço de monitoramento de sua conduta através da ativação de redes comunitárias de proteção. Concorre para o crescente controle dos jovens na atualidade a crença de que são mais influenciáveis e vulneráveis e que a ação na origem do problema ou a diminuição dos riscos é a forma mais eficiente de gestão retirando a responsabilidade da esfera pessoal e familiar e transferindo para a esfera do Estado.

Palavras-chaves: Juventude.Modernidade.Consumismo. Drogas. Criminalidade.

Código: J2.61

Inserção da Pessoa com Deficiência nas Empresas Brasileiras

A Determinação da Lei 8.213/91

Eliete de Souza

elietes@uol.com.br

Com o objetivo de problematizar a inserção profissional da pessoa com deficiência nas empresas, por imposição da lei 8213/91, buscamos discutir ação do governo sobre a vida da população, com ênfase aos aspectos de inclusão/exclusão social. Apoiando nos estudos de Michael Foucault sobre governamentalidade, pretendemos discutir a ação do Governo no controle das pessoas e alguns efeitos observados na sociedade brasileira, usando como objeto de estudo empresas localizadas na grande São Paulo. Pretendemos demonstrar que as políticas sociais não são neutras, fazem parte de uma racionalidade neoliberal e apresentam efeitos que extrapolam o objetivo proposto pelas leis.

Código: J2.64

Situação: Concluído

Gestão, Políticas Públicas e Habitação de Interesse Social

Raphael Fontes Cloux

raphaelcloux2@yahoo.com.br

Liliane Ferreira Mariano da Silva

liliane@lognet.com.br

O presente trabalho faz uma retrospectiva sobre as Políticas Públicas Habitacionais de Interesse Social bem como reconstitui a trajetória dos Sem Teto de Salvador, estado da Bahia, desde 1940 até a formação do Movimento dos Sem Teto de Salvador / Bahia (MSTB). Entende-se por sem teto a categoria social composta principalmente pelo lupemproletariado e parte do proletariado, de acordo com as definições marxistas. Atualmente, compreende-se como sem tetos as pessoas oriundas das ruas e viadutos, que morem de favor, de aluguel, em casa cedida, constituam um núcleo familiar, porém ainda residam na casa dos pais, e, morem em áreas de risco (sujeitas a deslizamentos, muito comum em Salvador).

Palavras-chave: Movimento dos Sem Teto de Salvador; Luta por Moradia; Conflitos Urbanos; História Urbana do Presente; Habitação.

Código: J2.88

Situação: Em andamento

Redução de Danos como política de inclusão social do usuário de drogas

Marina dos Passos Sant'Anna

marinasantanna@yahoo.com.br

A partir do conceito de redução de danos como uma abordagem de saúde pública que busca controlar possíveis consequências adversas ao consumo de psicoativos sem, necessariamente, interromper esse uso, e buscando inclusão social e cidadania para usuários de drogas, o atendimento aos usuários do CAPS ad de São Mateus (SP) se dá a partir de alguns princípios norteadores: Voluntariedade do tratamento; Foco não é abstinência total; Melhoria da qualidade de vida e re-inserção social; Projeto terapêutico individualizado e de evolução contínua. Com a flexibilização das metas, percebemos maior vinculação do paciente ao tratamento.

O CAPS ad também realiza ações na comunidade na qual se insere. No campo, tem por objetivo promover a redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas, sobretudo frente às DST/HIV/Aids, Hepatites Virais, Tuberculose e Transtornos Mentais.

Estas ações ocorrem a partir de abordagens preventivas e orientadoras pelos redutores de danos junto a usuários de drogas em seu local de uso. Esta equipe realiza a articulação com os serviços da rede de atenção ao usuário de drogas. Tais articulações permitem que as ações de matriciamento sejam realizadas, através de encontros periódicos, capacitações, discussões de casos, encaminhamentos e principalmente a co-responsabilização dos casos com os participantes da rede.

Através destas ações percebemos a ampliação do acesso das pessoas ao tratamento e a um espaço de reflexão que propicia a mudança de comportamento frente a nenhuma ou pouca prática preventiva.

No entanto desde o início a articulação destas ações em saúde mental foram e são bastante difíceis devido a política de “guerra as drogas” e retorno de movimento de internação compulsória. Apesar de ser preconizado o funcionamento dos CAPS ad na lógica da redução

de danos vemos uma dificuldade muito grande destes serviços atuarem nesta lógica e implementarem ações objetivas neste sentido.

Palavras-chave: Redução de danos – Drogas – Política de drogas – Inclusão Social - Direitos Humanos

Código: J2.95

Situação: Concluído

A Implementação do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de São Paulo

Paola Pardini Gaeta

paola_gaeta@yahoo.com.br

O turismo é uma atividade que passou a ser planejada recentemente, principalmente quando foi constatada a sua importância econômica.

O Estado de São Paulo é o mais rico do país, possuindo diversas atividades que juntas são responsáveis pela sua forte economia. Este âmbito torna-se a raiz de ambiguidades, especificamente quando pensamos no turismo do estado, que apesar de atrair altos números de visitantes estrangeiros ficou por muito tempo no descaso dos órgãos públicos, sendo que este fato é reforçado através da análise de gestão desta atividade.

Os avanços do turismo no Estado de São Paulo estão concentrados atualmente nas ações voltadas para o Programa de Regionalização do Turismo.

Este trabalho faz um levantamento da gestão pública do turismo no estado analisando-a e se aprofunda no processo de implementação desta política pública de Regionalização em São Paulo.

Palavras-Chave: Gestão, Política Pública, Turismo, Estado de São Paulo, Programa de Regionalização do Turismo.

Código: J2.113

Situação: Em andamento

**Plano Plurianual - Financiamento das Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial:
Contemplação de preceitos constitucionais no avanço para a construção de nova história
do Brasil**

Valéria Silvestre

valeria.silvestre@usp.br

A naturalização da pobreza, das distâncias sociais, inevitavelmente perpassa pela desigualdade no acesso as oportunidades, perpassa pela exclusão social – perpassa pelo racismo. Fenômeno Social que no Brasil está institucionalizado. O racismo consciente e suas manifestações são tratados e enfrentados por mecanismos legais – existe Lei que responde á está pratica. Já o racismo institucionalizado é um tema difícil de ser incluído na agenda de políticas públicas por ser multifacetado, complexo, e dinâmico no aspecto de fenômeno social. Ele permeia as ações inconscientes e na maneira como as coisas funcionam. O cotidiano segue desprestigiando a figura da pessoa negra (Adulto e Criança) percebe-se isto na observação da distribuição da atuação no mercado de trabalho, no acesso e permanência na educação e ao sistema de saúde. A mídia e na publicidade a inconstância do aproveitamento da imagem do negro de forma positiva é outro indicador. Neste aspecto discutir a implementação do Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/2010 que faz justiça à verdadeira aplicação dos Direitos Humanos, e contemplar a inclusão na agenda pública da discussão sobre gênero, juventude, condições e direitos dos quilombolas e da colocação no mercado de trabalho e desenvolvimento profissional da pessoa negra, possibilita uma discussão que permite o deslocamento discursivo da questão racial como apenas resultado de relações interpessoais para uma dimensão política e social, que remete a histórica inação do Estado para desconstruir a institucionalização do racismo. A formação da população brasileira perpassa pela história de lutas das pessoas negras, que foram agentes de fomento ao desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, mas que, desde o início teve a sua imagem estrategicamente desprestigiada a partir do próprio Estado e a tendo a sua existência como Ser Humano, caracterizada como secundária. A Lei Áurea – 3.353/1888, composta apenas dois artigos, que teve sua sanção por interesses econômicos, acabou sendo a principal legislação que percorreu o século XX, mas, ainda assim, está lei não teve o alcance das

políticas públicas. A Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial até o momento a mais moderna lei do século XXI para a temática. Propõe através do formato de políticas públicas, viabilizar e conseguir democratizar as garantias sociais, políticas e humanitárias por parte do sistema republicano. O acesso e a permanência do cidadão negro a melhores condições de vida e de seu desenvolvimento individual e coletivo retirando a pessoa negra da posição de subalternidade. A política pública é um processo contínuo inserido num contexto de relações de poder, de burocracia e de gestão que transformam tomadas de decisões. Sem a sua inclusão nos sistemas orçamentários, suas propostas não passam de discursos sem ação efetiva. É nesta direção que segue a relevância da discussão do Estatuto com foco no artigo 56, que prevê “a implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União”. O Estatuto da Igualdade Racial apresenta parâmetros novos frente às leis anteriores, ele trás a presença do tema na discussão orçamentária é um instrumento vigoroso para fomentar e sustentar o ciclo das políticas públicas.

Palavras-chave: Estatuto da Igualdade Racial; Política Pública; Inclusão Social; Racismo Institucional; Plano Plurianual.

Código: J2.130

Situação: Em andamento

A Construção do Estado

Janaina Carrasco Castilho

janacarrasco@yahoo.com.br

O Estado é uma construção social e coletiva na história da humanidade. Ele tem suas raízes na organização das famílias primitivas, na pré- história (ENGELS, 2010). A palavra Estado, portanto, deriva da “constituição da ordem estabelecida”, porém, sua consagração na ciência política proveio do uso na obra “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel, obra em latim “De Principatibus”, que teria sido escrita no decorrer de quatro ou cinco meses do segundo semestre de 1513 (MAQUIAVEL, 2003, p. 23). Visando resgatar a origem histórica do

Estado e compreendermos melhor a organização atual da sociedade onde vivemos, partimos das organizações familiares primitivas, dos povos selvagens classificados como na fase inferior da barbárie nos quais os matrimônios ocorriam em grupos de consangüinidade, e acompanhamos o processo evolutivo da instituição Estado, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Por tratar-se de um estudo em andamento consideramos parcialmente que apesar do Estado manter-se soberano ainda hoje, no que tange seu aspecto político, a interdependência mundial e o fortalecimento de instituições multilaterais que influenciam no mercado financeiro mundial, apontam para o enfraquecimento dessa instituição.

Palavras-chave: Estado, construção social, sociedade, contexto mundial, globalização.

Pôster

Código: J3.19

Situação: Em andamento

Políticas Públicas de Atividade Física e Lazer desenvolvidas no Período Nacional Desenvolvimentista Brasileiro

Eduardo Mosna Xavier

eduardo.xavier@usp.br

Políticas Públicas de Atividade Física e Lazer desenvolvidas no Período Nacional Desenvolvimentista Brasileiro (1946 á 1964, desenvolvidas pelo Estado em parceria com o Sistema "S" (principalmente o SESI e o SESC). Uso destes Entes Paraestais incluso num "Sistema de Dominação" para controle das massas sociais emergentes, principalmente de operários e de comerciários, nas expansivas metrópoles brasileiras na metade do século XX, bem como as consequências para os períodos históricos posteriores.

Palavras-chave: Nacional Desenvolvimentismo, Atividade Física, Políticas Públicas, SESI, SESC

Código: J3.75

Situação: Em andamento

Abordagem dos conteúdos sobre o envelhecimento na Educação de Jovens e Adultos

Karina de Lima Flauzino

karinageronto@hotmail.com

Torna-se pertinente a discussão sobre o tema do envelhecimento nos espaços educacionais devido ao aumento da expectativa de vida observado nas últimas décadas, favorecendo a reflexão dos alunos sobre o próprio processo de envelhecimento, de sua família e de sua comunidade. Nosso objetivo consiste em compreender a formulação do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Salto no que diz respeito à abordagem dos conteúdos referentes ao tema do envelhecimento, por meio da análise dos discursos de professores e coordenadores. O programa de EJA caracteriza-se pela diversidade e heterogeneidade de seu público, compreendendo práticas pedagógicas na perspectiva da educação permanente, desenvolvimento individual e contínuo processo de socialização. Neste sentido, garantir conhecimentos que vão além do academicismo, considerando as necessidades da sociedade contemporânea é a proposta do programa de EJA do município de Salto, cuja estrutura divide-se em dois segmentos: de 1ª à 4ª e de 5ª à 8ª série, sendo este último dividido em módulos de dois meses de duração cada um, com temas referentes à Cultura; Trabalho, Saúde, Espaços da Cidade, Educação, Tecnologia, Alimentação e Políticas Públicas. Observamos que a organização pedagógica dividida em módulos favorece a abordagem dos conteúdos sobre o envelhecimento, na perspectiva de um tema transversal. O fato da intergeracionalidade verificada nas salas de aula da EJA possibilita a troca de experiência e o desenvolvimento de novas competências entre os jovens, adultos e idosos. Importante ressaltarmos que políticas específicas para idosos – Política Nacional do Idoso e

Estatuto do Idoso – e políticas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº77/2008, citam que conteúdos referentes ao estudo do envelhecimento e ao curso de vida sejam incluídos nos programas pedagógicos de todos os níveis educacionais.

Palavras-chave: Educação; Educação de Jovens e Adultos; Envelhecimento; Políticas Públicas; Análise do Discurso.

Código: J3.132

Situação: Concluído

Políticas Públicas à População em Situação de Rua no Município de Fortaleza – CE

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

enianaagp@yahoo.com.br

Atualmente, com o avanço da dependência química, temos entre as políticas públicas nacionais que focam na promoção da saúde, algumas estratégias de redução de danos, nos diferentes serviços que atendem a demandas vinculadas ao uso e abuso de drogas. Objetivamos discutir as políticas públicas voltadas à população em situação de rua frente às ações institucionais coletivas, no município de Fortaleza-CE. Esse estudo advém de ensaios da Dissertação, em andamento, intitulada “Saberes e Práticas dos Profissionais do Consultório de Rua no município de Fortaleza no Contexto da Redução de Danos” pela Universidade Estadual do Ceará. Abordamos a questão dialética entre inclusão e exclusão social. Enfatizamos a vulnerabilidade social enfrentada na contemporaneidade pelos indivíduos, oriunda de uma construção social, enquanto produto das suas próprias transformações nos diferentes percursos históricos. Nesse sentido, essas transformações desencadeiam mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. Contemplaremos os progressos, alcances e provocações na atualidade diante do manifesto da questão das drogas em torno da população em situação de rua. Nesse cenário, temos a Redução de Danos como estratégia de saúde pública que visa controlar possíveis conseqüências adversas ao consumo

de psicoativos (lícitos ou ilícitos) sem, necessariamente, interromper o uso, buscando inclusão social e cidadania para usuários de drogas. Concluímos que ao se construírem políticas públicas comprometidas com a promoção, prevenção e tratamento, na perspectiva da integração social e produção da autonomia nos indivíduos, o sofrimento decorrente do consumo de drogas lícitas e ilícitas tende a diminuir em escala expressiva e os danos sociais são reduzidos consideravelmente.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Vulnerabilidade Social, Inclusão, Exclusão, Drogas.

K. Participação Política e Ação Comunitária

Mesa Redonda

Código: K1.54

Situação: Em andamento

Políticas ambientais e os desafios da participação

Coordenador: Guilherme Borges da Costa

borges.guilherme@gmail.com

Refletir se os processos de participação política relacionados à produção de políticas públicas são um elemento chave para a consolidação de um modelo de gestão pública que se pretende implementar no Brasil em áreas de proteção ambiental. De um modo geral, a literatura sobre participação e gestão de políticas públicas aponta para avanços nesse campo, apesar de ainda não ser possível assegurar a democratização, por meio da participação de atores não governamentais, das decisões na gestão das políticas no país. Contribuir para o entendimento dos processos relacionados a essas dinâmicas participativas é o objetivo desta mesa.

Palavras-chave: participação política; políticas ambientais; democratização

Estado – habitantes e natureza em áreas metropolitanas: conflitos e participação

Neli Aparecida de Mello-Théry

Com base no conceito de poder de territorialidade em Raffestin, discute-se as relações de interesses voltados à conservação do meio ambiente entre Estado e segmentos sociais habitantes dessas áreas na região metropolitana de São Paulo e aponta incoerências no processo de participação.

Expõe os conflitos entre representantes do Estado (gestores de unidades de conservação) e os habitantes dessas áreas em função dos impactos das transformações no espaço político, social e geográfico. Questiona a evolução destes processos participativos.

Gestores e moradores de Resex na Amazônia: o desafio de uma gestão participativa

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Maria Letícia Simão Graciosa Porto

Marian Braga Dias Florêncio Lima

Rafaela Machado Feitosa

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as reservas de uso sustentável são categorias de áreas protegidas que permitem a presença de habitantes, conjugada com a conservação ambiental e manutenção de seus ecossistemas. Uma dessas modalidades é a Reserva Extrativista (RESEX), cujo gerenciamento das distintas áreas federais está atualmente ao encargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Para o cumprimento dessa tarefa, os gestores das RESEX elaboram

plano de manejo, que tem como proposta estabelecer a estrutura e funcionamento da gestão da unidade. Por meio deste, se estabelecem normas para presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, o que envolve a instauração de conselho deliberativo, regras de convivência, planos de uso, entre outros dispositivos. No caso da RESEX do rio Jutai (Amazonas), esse instrumento está em vias de publicação e continuará em constante revisão, especialmente porque sua concretização envolve a participação efetiva dos habitantes da área e, por outro lado, a realização de pesquisas sobre a caracterização socioambiental e detecção de potenciais de manejo de recursos. Neste trabalho temos por objetivo discutir a respeito da participação política dos gestores e moradores na condução da gestão da referida RESEX, tomando por base levantamento socioambiental realizado entre maio e junho de 2011, pela equipe do projeto “Dinâmica do Carbono da Floresta Amazônica (CADAF)”, parceria entre Brasil (MCT/INPA/INPE) e Japão (Tokyo University e FFPRI), tendo a JICA como agência de fomento e administração da HDom. Com a autorização formal do ICMBio (SISBIO, N. 27953-2) e respectivos gestores da Resex, procedemos criterioso estudo multimétodos, observação participante e entrevistas com lideranças e moradores das várias comunidades da Resex. Os servidores do ICMBio responsáveis diretos pela gestão da área residem em municípios distantes da Unidade, sendo difícil o deslocamento e impedindo vivências do cotidiano social da Resex. Os recursos para visitas às comunidades são escassos e os meios de transporte fluvial demandam muito tempo com altos riscos. Isso torna o envolvimento com os moradores esporádico e pouco duradouro, não facilitando o necessário vínculo entre eles. De modo geral, os gestores são jovens e recém concursados, muito empolgados e idealistas, mas ainda, com raras exceções, sem experiência com a realidade Amazônica. Apesar de incorporarem discurso socioambientalista, o viés preservacionista parece prevalecer entre esses jovens gestores. Essa realidade gera incongruências marcantes entre o discurso de que essas UCs seriam um espaço de promoção social e proteção ambiental e a prática que restringe a autonomia desses moradores. Diante desse cenário, propomos problematizar a recorrente baixa participação política dos moradores das 21 comunidades nas instâncias deliberativas e o confuso estado de tomada de decisões da RESEX. Acredita-se com base nos estudos realizados que esta realidade é um reflexo do hiato de interesses entre moradores e gestores. Enquanto os primeiros buscam estratégias de geração de renda e acesso a benefícios sociais, os segundos estão inseridos em uma estrutura pouco propícia ao estímulo das potencialidades locais, o que tem causado insatisfação e pouca adesão da população local na condução da gestão da área.

O conflito: ser humano - natureza na Amazônia Sul ocidental

Enock da Silva Pessoa

Com base no conceito de poder em Weber, discute à luz de dados históricos e das ciências sociais, as relações de interesses inter grupais e com a natureza na exploração da Amazônia. Expõe os conflitos entre os povos nativos e os colonos (patrões e seringueiros) e as transformações no espaço político, social e geográfico resultantes dos conflitos, ao longo de um século e meio de ocupação da Amazônia. Questiona o futuro da região em relação aos povos da floresta (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e pequenos produtores rurais) diante das ameaças do capital internacional.

Os desafios da participação preconizada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a partir de um enfoque psicopolítico

Guilherme Borges da Costa

Desde a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) através da Lei Federal n.º 9.985/2000, a gestão participativa de Unidades de Conservação passou a ser não apenas desejável, mas obrigatória. Entretanto, a garantia de efetividade da participação popular a fim de assegurar uma gestão mais democrática de tal política ainda é tema de debate. Para analisar o comportamento dos atores sociais envolvidos na gestão de uma política pública é possível lançar mão do olhar da Psicologia Política, disciplina que possui, entre outros propósitos, a tarefa de compreender a política como atividade humana e seus efeitos sobre a vida, seus processos e fenômenos psicológicos. O presente trabalho se propõe a refletir sobre os processos participativos preconizados no SNUC a partir de um olhar psicopolítico.

Código: K1.135

Situação: Concluído

Como anda a Relação entre a Psicologia Política e a Psicologia Social Comunitária?

Coordenadora: Maria de Fatima Quintal de Freitas

fquintal@terra.com.br

Serão apresentados quatro trabalhos de cariz analítico-descritivo dirigidos à reflexão das relações entre Psicologia Social Comunitária e Psicologia Política na atualidade. O primeiro trabalho analisa as implicações da relação conhecimento psicológico e prática profissional no processo de construção da psicologia como ciência e profissão. Para isso propõe que seja fortalecido um compromisso democrático da psicologia através da inserção e formação voltados para os trabalhos comunitários de organização popular e controle social, problematizando assim a relação da psicologia com a política nos diferentes espaços da atuação profissional. No segundo trabalho, a partir de uma experiência em saúde mental na ótica sócio-histórica, objetivou-se formar comunidades auto-gestoras ao considerar que a humanização se constrói na relação e participação comunitárias. Para isso é proposto uma análise crítica sobre aspectos metodológicos da intervenção na interface com dimensões ontológicas. A terceira apresentação propõe uma análise psicosocial sobre o trabalho desenvolvido junto a uma comunidade rural no Peru, enfocando os problemas de organização da comunidade e dirige-se a uma proposta de investigação-ação dentro do marco da ação coletiva. E, a quarta apresentação, objetiva analisar os conteúdos e significados da participação e das estratégias de sobrevivência psicosocial no cotidiano das redes comunitárias, buscando comparações entre estes conceitos na perspectiva da Educação Conscientizadora de Paulo Freire, da posição de libertação de Ignacio Martín-Baró, e com a proposição de um modelo de análise na ótica da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, visando o fortalecimento dos trabalhos pedagógicos de transformação social e os de educação popular como possibilidades para a conscientização e participação no cotidiano.

Palavras-chave: compromisso democrático; humanização e ética; organização comunitária e investigação-ação; educação política e conscientizadora no cotidiano

A Psicologia Social Comunitária como Educação Política e Conscientizadora

Maria de Fátima Quintal de Freitas

fquintal@terra.com.br

Na experiência de desenvolvimento dos trabalhos comunitários, ao longo dos últimos anos, tem se verificado que a participação e conscientização constituem-se em processos psicossociais fundamentais para as possibilidades de transformação social, a partir das redes construídas na vida cotidiana.

Embora tenham aumentado a sensibilidade e motivação da sociedade civil para com a realização de práticas psicossociais em diversos programas comunitários, isto não tem significado que a participação (comprometida com a transformação social) e a conscientização (vista como um processo crítico e político) estejam sendo garantidas em tais práticas comunitárias. Objetiva-se, neste trabalho aqui, aprofundar a análise sobre os conteúdos e significados presentes nos conceitos Participação, Conscientização e Estratégias de Sobrevivência Psicossocial, com vistas a subsidiar a realização de trabalhos de intervenção que estejam comprometidos com a realidade concreta da população e com os projetos políticos de transformação. Buscar-se-ão semelhanças, diferenças e intersecções entre estes conceitos segundo as perspectivas de Paulo Freire, na Educação Conscientizadora, e de Ignacio Martín-Baró, além de apontar para propostas no campo das práticas da Psicologia Social Comunitária Latino-americana. Serão desenvolvidas análises sobre alguns eixos conceituais como: a) relações 'saber/ignorância', 'amor/desamor', 'esperança-deseesperança' presentes nos processos de participação; b) educação e práticas comunitárias como formas de libertação; c) possibilidades para práxis de manutenção e de transformação. Ao final, apresenta-se uma proposta de modelo de análise para a Vida Cotidiana, na ótica da Psicologia Social Comunitária, analisando-se as estratégias de sobrevivência e resistência na vida cotidiana que atravessam nossas práticas em comunidade. Pretende-se., também, uma reflexão sobre as práticas comunitárias como trabalhos pedagógicos de transformação social, assim como os trabalhos da educação popular como possibilidades para a conscientização e participação na vida concreta.

Palavras-chave: Estratégias de Sobrevivência/Resistência no Cotidiano, Participação e Processos de Conscientização; Libertação e Transformação Social

Comunidade e Política : por onde passa a Psicologia?

Raquel S. L. Guzzo

Há muito tempo, a Psicologia como ciência e profissão tem buscado seus espaços nas relações políticas e sociais estabelecidas pelos seres humanos em um dado momento histórico. Esta relação entre o conhecimento psicológico e a prática profissional tem resultado em áreas e subáreas da Psicologia que se fortalecem ou enfraquecem diante da conjuntura política. No Brasil, a história da constituição da Psicologia está atrelada à constituição da sociedade capitalista e, por isso, seu enfoque predominante está associado ao modelo médico de análise e intervenção dos problemas psicológicos contribuindo desta maneira para a manutenção do status quo. Com um número bastante elevado de programas de graduação, a área da Psicologia ainda não demonstra qualquer compromisso social para além dos discursos de visibilidade presentes nos organismos de classe e instituições formadoras. Esta proposta visa defender a idéia de que o compromisso democrático da Psicologia passa pela discussão e efetivação de políticas para a inserção e formação profissionais em espaços, atualmente não prioritários, como os trabalhos comunitários de organização popular e controle social, dito de outra maneira, um controle efetivo das massas sobre seus direitos fundamentais para a vida em sociedade. A necessidade de um projeto para a área capaz de propiciar o desenvolvimento da emancipação humana daqueles que não detém o poder econômico e a introdução de referenciais teóricos críticos capazes de problematizar o que tem sido a Psicologia na sua relação com a Política em suas diferentes dimensões micro e macro, assim como com as comunidades onde se inserem os diferentes equipamentos públicos da educação, saúde e assistência para o atendimento da população.

Palavras Chaves: Psicologia Critica, Controle Social e Organização Social.

Psicologia Social Comunitaria e Psicologia Política: dois campos que se articulam no objetivo da transformação social

O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre as relações entre a psicologia social comunitária e a psicologia política. Tomando como referência uma experiência de Psicologia Social Comunitária numa perspectiva sócio histórica no campo da saúde mental, buscamos refletir as necessidades teóricas apresentadas por esta prática que são iluminadas no campo da Psicologia Política. A partir das finalidades da Psicologia Social Comunitária as quais destacamos o desenvolvimento de processos psico-sociais numa perspectiva crítico-transformadora da sociedade, que pode contribuir para a formação de comunidades auto-gestoras no que se refere à solução de seus problemas em termos coletivos e de classes, buscamos discutir a perspectiva política inerente a estas finalidades. Partimos da premissa de que a humanização do sujeito se dá nas relações sociais, em sua participação social, a partir de um esforço consciente e deliberado de seus atores na apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, e a formação de grupos comunitários que podem constituir-se em locus privilegiado para a formação reflexiva capaz de gerar a crítica aos valores negativos produzidos no capitalismo, tais como o individualismo e o consumismo e a construção de novos valores humanos, entre eles a justiça social, a solidariedade, o coletivismo e a valentia cívica. Sob esta perspectiva teórica refletem-se algumas características metodológicas que caracterizam os processos de intervenção: a) Reflexão sobre a vida cotidiana em suas mais diferentes expressões; b) Análise crítica dessa realidade a partir do recurso a elementos teóricos disponíveis que permitam compreendê-la como construção social historicamente datada, ou seja, como objeto possível da ação humana transformadora; c) Reflexão e planejamento de ações que podem ser desenvolvidas buscando as transformações desejadas construídos de maneira participativa e junto e pela comunidade; d) Desenvolvimento de projetos que traduzam em ações concretas o compromisso ético, político e profissional com a construção de processos humanizadores. Tais finalidades da Psicologia Comunitária devem ser iluminadas por contribuições teóricas advindas da Psicologia Política. A compreensão sobre a construção e o papel das políticas públicas no Estado Capitalista, o papel das lideranças e as formas de organização e desenvolvimento dos movimentos sociais, a identidade política, a identidade coletiva, o impacto do preconceito à loucura junto à comunidade, as formas estigmatizantes e discriminadoras cotidianas, as contradições existentes entre poder público e comunidade são temas de psicologia política, dentre muitos

outros que foram objeto de análise para o campo prático da psicologia comunitária nesta experiência de saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia Política, Psicologia Comunitária, Psicologia Social Comunitária, Saúde Mental

Aspectos psicológicos asociados al fortalecimiento de la organización y la participación comunitaria en una comunidad rural de la costa norte del Perú

Agustín Espinosa

agustin.espinosa@pucp.edu.pe

Rosa María Cueto

rcueto@pucp.pe

Pedro La Barrera

labarrera.pj@pucp.edu.pe

Jimena Ferrándiz

jimena.ferrandiz@pucp.edu.pe

El diagnóstico de los aspectos psicológicos asociados a los problemas de organización en una comunidad rural de la costa norte peruana arrojó la poca capacidad en sus agentes para implementar tareas que supongan una acción social coordinada al interior de la misma. Las deficiencias organizacionales encontradas se vinculan a una historia de fracasos en los esfuerzos cooperativos que han incidido negativamente en la constitución de la identidad social y que afectan el clima emocional -apreciándose entre los miembros de la comunidad un clima generalizado de desconfianza. Lo anterior ha promovido, en el escenario estudiado, la desarticulación social y ha servido para instaurar una serie de prácticas sociales y productivas de índole individualista que han afectado diversos bienes sociales y públicos, afectando la calidad de vida de los pobladores. El presente artículo presenta los resultados de la investigación y los discute en el marco de la construcción de una propuesta de investigación-

acción orientada al fortalecimiento de la acción colectiva y la mejora de los aspectos psicológicos vinculados la organización comunitaria.

Palabras Clave: Identidad Social, Interdependencia, Clima Emocional, Confianza, Participación Comunitaria, Acción Colectiva

Código: K1.157

Situación: Concluído

Juventude, Políticas Públicas e Participação Política: reflexões sobre realidades juvenis

Berenice Marie Ballande Romanelli

berenice@romanelli.net

Essa mesa é composta por quatro trabalhos: um acerca da infância, da adolescência e de políticas de abrigo; outro sobre políticas públicas relativas à socialização, participação e consciência política de jovens; outro sobre participação política de mulheres jovens no movimento feminista; e outro sobre as políticas públicas de socioeducação na justiça comunitária e restaurativa. O primeiro trabalho consiste em um levantamento bibliográfico sobre infância e adolescência em situação de vulnerabilidade e o abrigo e levantou alguns problemas relativos às políticas de acolhimento de crianças e adolescentes e ao papel da área da psicologia neste processo. O segundo trabalho se refere à análise de pesquisa bibliográfica sobre socialização política de crianças e adolescentes e permite levantar alguns entraves atuais na socialização e participação política de jovens. A pesquisa sobre as jovens feministas, o terceiro estudo, corresponde a um trabalho de campo referenciado em metodologias qualitativas e seus resultados preliminares ratificam a relevância das relações entre gênero, classe, raça, geração e território como marcadores fundamentais que viabilizam ou dificultam a participação política das jovens. Os resultados da pesquisa-ação sobre as políticas públicas de socioeducação, referentes ao quarto trabalho, indicam uma tênue construção da articulação das políticas públicas integradas na busca da superação das causas da criminalidade, do tratamento, da prevenção e da defesa, envolvendo adolescentes e

comunidade para a prevenção de reincidência criminal e construção de projetos de vida. Propõe-se fazer um debate aprofundado sobre estas questões no campo da psicologia política e da psicologia social comunitária tendo em vista diferentes realidades regionais do país: Nordeste, Sudeste e Sul.

Palavras-chave: Juventude, Políticas públicas e Participação Política. Infância, adolescência e abrigo: sentidos e conteúdos na produção bibliográfica.

Berenice Marie Ballande Romanelli

Maria de Fatima Quintal de Freitas

fquintal@terra.com.br

O objetivo deste trabalho consistiu na realização de uma pesquisa documental sobre produções acadêmicas abordando a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade e as formas de acolhimento familiar ou institucional. Foi realizado um levantamento bibliográfico em três periódicos: “Estudos de Psicologia”, “Psicologia e Sociedade” e “Cadernos de Saúde Pública”, totalizando 32 artigos, que foram posteriormente agrupados segundo a temática em comum. As categorias advindas da classificação foram: Acolhimento; Problemas enfrentados pela população infanto-juvenil; Juventude; Políticas públicas para infância e juventude; e Psicologia e questões sociais. Os artigos classificados sob o tema “Acolhimento” tratam das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, os significados elaborados e as vivências relativas ao processo de institucionalização e ao processo de reinserção familiar. A categoria “Problemas enfrentados pela população infanto-juvenil” integra artigos que tratam das dificuldades enfrentadas e vividas por esta população, como a violência em suas diversas facetas, a visão dos jovens sobre estes problemas e as maneiras de enfrentá-los, os significados do cotidiano e a compreensão que têm do papel da família. “Juventude” envolve artigos sobre questões gerais vividas por esta faixa de desenvolvimento: futuro e projetos de vida, escolarização, família e trabalho, redes de apoio, ideais e figuras de identificação. A categoria “Políticas públicas para infância e juventude” aborda o atendimento à infância e juventude expressa nas políticas públicas, considerando políticas de proteção social e de acesso à saúde e educação, voltadas para a igualdade de

direitos. A temática “Psicologia e questões sociais” trata dos artigos sobre as concepções e as práticas do campo da psicologia voltadas para populações pobres, os espaços de subjetividade, os espaços de escuta no sistema judiciário, o sofrimento gerado pela desigualdade social e as necessidades de transformações apontadas para a área da psicologia. As políticas para infância e juventude têm como norte a diminuição das desigualdades e a busca da equidade. No entanto, parecem insuficientes ou falham em sua missão, como pode ser percebido nos artigos que tratam dos problemas enfrentados pela população infanto-juvenil. Além dos problemas relativos às políticas públicas, é importante abordar também as dificuldades enfrentadas pela área da psicologia na promoção de espaços de subjetividade e de real transformação da população. Soma-se também a necessidade de formação de pessoas que trabalham com esta população, aproximando o campo de estudo da intervenção.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes institucionalizados. Abrigo. Institucionalização. Jovens marginalizados.

Socialização e participação política de crianças e jovens

Raquel Morais de Oliveira

Neste trabalho procuramos investigar a partir de artigos recentes publicados na base de dados SciELO e na Revista de Psicologia Política as discussões contemporâneas a respeito de socialização, participação e consciência política de crianças e jovens, dando preferência aos artigos que fornecessem subsídios para refletirmos sobre a situação de jovens da periferia que recebem educação em escolas públicas, e sobre os entraves atuais destacados pelas pesquisas sobre as relações estabelecidas entre política e juventude. A partir da análise de tais artigos, pudemos inferir os seguintes entraves: escassez de socialização política da juventude, vinculada ao não interesse da política social e econômica vigente nesta ação e; desvalorização e descrenças nas posturas e atitudes políticas da juventude sob justificativa de sua imaturidade, colocada como ponto impeditivo da existência de debates políticos e construções políticas que conciliem jovens e adultos.

Palavras chaves: juventude, socialização política, participação política, consciência política, educação.

Mulheres Jovens e Participação Política através do Movimento Feminista

Raíssa Barbosa Araújo

Karla Galvão Adrião

Partimos do princípio que os estudos acadêmicos não devem assumir posturas imparciais, mas politicamente situadas (HARAWAY, 1995). Nesse sentido vale ressaltar que esse trabalho é marcado pela perspectiva feminista de ciência. Trata-se de uma pesquisa em andamento desenvolvida por uma mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Objetivamos problematizar lógicas que referenciam a participação de mulheres jovens no movimento feminista. Em 2005, no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, as jovens apresentaram-se pela primeira vez como uma nova categoria e questionaram os lugares e posicionamentos de outras militantes do movimento (ADRIÃO, 2008). Vale observar que juventude e participação política não têm sido temáticas conjuntamente trabalhadas no campo da psicologia e que os poucos estudos sobre participação de jovens em ações políticas, em sua maioria, fazem referência a um processo de socialização política, o que remete a uma espécie de moratória para a ação política (CASTRO, 2009). A proposta desta pesquisa distancia-se dos prismas adultocêntricos e compreende as jovens feministas como sujeitos políticos. O trabalho em campo desta pesquisa tem se desenvolvido no cotidiano, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa referenciada em contribuições do construcionismo social. A visão de campo que adotamos referencia-se na proposta de campo-tema, que corresponde a uma matriz de questionamentos, argumentos, de ações e narrativas (SPINK, 2008). O cotidiano desta pesquisa corresponde à participação e registro de encontros políticos e acadêmicos do movimento feminista, atos públicos e atividades ordinárias de um grupo feminista pernambucano formado por jovens. Além desses registros, materiais como cartilhas, panfletos, textos e documentos produzidos pelas jovens militantes compõem o material a ser analisado. Os resultados preliminares ratificam a relevância das relações entre gênero, classe, raça, geração e território como marcadores fundamentais que viabilizam ou dificultam a participação política das jovens.

Palavras chave: participação política; feminismo; juventude; gênero; geração.

Interfaces das Políticas Públicas de Socioeducação na Justiça Comunitária e Restaurativa

Juliana Santos Graciani

jugraciani@ig.com.br

Esta pesquisa tem por objetivos resgatar o histórico da criação da política pública de socioeducação e suas interfaces com outras diretrizes políticas, destacando os avanços da Justiça Comunitária em iniciativas no meio aberto. A partir da Lei 8.069/1990 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei 11.530 que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, vem sendo realizado um novo ordenamento político-jurídico-social no trato da criminalidade brasileira, incluindo novas diretrizes para a prevenção, o tratamento e a defesa. Em análise realizada por pesquisa-ação de experiências vividas nos estados de São Paulo (2006-2008) e do Espírito Santo (2009 - 2011), nota-se um enfoque na efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto e na busca por alternativas como a implantação da Justiça Comunitária e Restaurativa, com apoio das famílias dos adolescentes visando à criação de um novo projeto de vida e a prevenção a reincidência na vida criminal. Observou-se que em ambos os estados as iniciativas de implantação da Justiça Comunitária e Restaurativa estiveram prioritariamente ligadas ao Poder Judiciário e aos convênios compartilhados com o poder público com as Organizações Não-Governamentais. Os resultados indicam uma tênue construção da articulação das políticas públicas integradas na busca da superação das causas da criminalidade, do tratamento, da prevenção e da defesa, sobretudo na atuação das conferências, fóruns e assembleias familiares, dos adolescentes e da comunidade.

Palavras-chave: políticas públicas, socioeducação, justiça comunitária e restaurativa.

Comunicação Coordenada

Código: K2.12

Situação: Em andamento

A participação política do Psicólogo no contexto das Políticas Públicas de Prevenção à Criminalidade

Luana Carola dos Santos

luanacarola@yahoo.com.br

A preocupação com as questões políticas no campo da psicologia tem sido a “tônica essencial” nos países latino-americanos. Neste sentido, a pesquisa apresentada pretende investigar como as questões políticas, no contexto do Estado neoliberal, atravessam os saberes/fazer dos (a) psicólogos (a) que atuam nas políticas públicas de Prevenção à Criminalidade. Em Belo Horizonte, temos quatro programas que integram esta política, os quais são: Programa Mediação de Conflitos; Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo; A Central de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas (CEAPA) e Programa de Reintegração Social dos Egressos do Sistema Prisional (PRESP). Outros objetivos da pesquisa são: Identificar conceitos de prevenção primária, secundária e terciária que sustentam tais programas; Investigar as abordagens teóricas adotadas pelos psicólogos que atuam no cenário da prevenção e as concepções de participação política e segurança pública que embasam tais políticas. Para isso, analisaremos os materiais publicados pelos programas de prevenção (três livros, uma revista, materiais utilizados nos encontros metodológicos), realizaremos estudos bibliográficos sobre as palavras-chaves desta pesquisa. Paralelamente à pesquisa bibliográfica, faremos entrevistas semi-estruturadas com aproximadamente nove psicólogos que atuam no cenário da prevenção e um grupo focal, cujo tema será: “Participação política do psicólogo no contexto da política de prevenção”, para verificarmos a percepção do psicólogo sobre a sua participação nas políticas de prevenção. Para análise de dados utilizaremos o método hermenêutico-dialético. O trabalho encontra-se na etapa de estudos bibliográficos e preparação para coleta de dados. Concluimos que esta pesquisa

apresenta possibilidades de promover diálogo entre formação e serviço, de pensarmos sobre a formação política articulada a Psicologia.

Palavras-chave: Participação Política; Psicólogo; Políticas Públicas; Psicologia Política; Formação;

Código: K2.18

Situação: Em andamento

Participação Política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um movimento de luta pela reforma agrária

Leandro Amorim Rosa

psi_doug@yahoo.com.br

Os estudos situados no campo de intersecção entre a Psicologia e a Política têm dado significativa contribuição para a investigação de diversos fenômenos ligados ao comportamento político. Entre os principais temas abordados nesse campo interdisciplinar, está a participação política. O presente projeto tem como foco de interesse compreender esse processo de participação baseando-se nas perspectivas dos sujeitos e nas tensões por eles vivenciadas. A partir do referencial vygotskyano, em articulação com a teoria gramsciana, objetiva-se estudar os sentidos e significados atribuídos à participação política por sujeitos do setor de educação de um assentamento rural vinculado a um movimento de luta pela reforma agrária. Segundo o referencial aqui adotado, a constituição do sujeito é perpassada a todo o momento pelas relações sociais nas quais ele está inserido, ou seja, as tensões presentes no campo social e econômico também se manifestam no campo da subjetividade, na organização do seu drama subjetivo. Participarão da pesquisa cinco sujeitos. Os dados serão coletados por meio de entrevistas individuais, análise de materiais produzidos pelos participantes e observações de atividades que envolvam o setor de educação do assentamento. Como categorias a serem abordadas durante a análise, estão previstas: sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua participação política; significações sobre a entrada no movimento social, bem

como no setor de educação do movimento; mudanças (subjetivas e objetivas) que atribuem à sua participação; significados que atribuem à participação das crianças e dos jovens no assentamento e no movimento. Na fase de tratamento do material, a partir dos conteúdos concretos, é possível que tais tópicos sejam revistos e outros acrescentados. Pretende-se contribuir com o entendimento sobre a participação política a partir da concretude de sujeitos que tomam esse processo como elemento central de suas vivências e de suas ações educativas. Palavras-chave: participação política, subjetividade, MST, assentamento rural, educadores do campo.

Código: K2.24

Situação: Em andamento

Pesquisa militante em estudos sobre participação política: possibilidades e limites metodológicos

Cássia Reis Donato

creisdonato@yahoo.com.br

Marco Aurélio do Máximo Prado

Este trabalho visa contribuir para a discussão sobre as possibilidades e limites da pesquisa militante voltada para a compreensão dos processos participativos. Para tanto, analisaremos a pesquisa de mestrado, em andamento, “A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras”, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Psicologia Política da UFMG. A pesquisa tem como objetivo discutir em que medida a Cultura Hip Hop contribui para processos de organização e participação de jovens negras frente às desigualdades que as afetam. É realizada em um espaço de interseção entre as experiências de militância e de pesquisa, uma vez que a pesquisadora é também integrante do coletivo em estudo. Entendemos pesquisa militante não apenas como o encontro dos papéis de pesquisadora com o de militante por uma determinada causa no mesmo sujeito, mas enquanto pesquisa engajada e comprometida com transformações tanto da realidade social que se

pretende investigar quanto do próprio fazer científico na relação com essa realidade e com os saberes nela existentes. Consideramos que uma contribuição que a pesquisa militante pode trazer ao campo científico está na tomada como objeto investigativo dos dilemas, tensões e negociações que sua posição metodológica favorece e que vão aparecer também, em certa medida, em outras relações de pesquisa. Pretendemos, a partir desses elementos, discutir em que medida a teoria da tradução (Santos, 2002) e perspectivas feministas como a localização de saberes (Haraway, 1995) podem favorecer a articulação da Psicologia Política com vivências e conhecimentos construídos na militância visando o reconhecimento, a interlocução e a prática argumentativa entre os diferentes saberes em jogo nos processos investigativos que buscam maior entendimento sobre experiências de participação no cenário público.

Palavras-chave: metodologia, participação, pesquisa militante, teoria da tradução, localização de saberes.

Código: K2.39

Situação: Em andamento

Hip Hop e Ação Política Feminista Negra: que articulações são possíveis?

Cássia Reis Donato

creisdonato@yahoo.com.br

Marco Aurélio do Máximo Prado

Este trabalho visa discutir as possibilidades de articulação entre a luta feminista negra e o hip hop vivenciado por jovens negras. Atualmente a política tem adquirido sentido para muitos/as jovens através de práticas distintas daquelas consideradas tradicionais (Castro, 2008). Temos pensando que a utilização de expressões culturais como recurso na/para a participação juvenil além de poder se relacionar a um descrédito por parte de novas gerações em relação ao potencial democratizador das formas tradicionais de se fazer política e a uma aposta em novas possibilidades de participação, pode estar ligada também a um contexto

social e político marcado por assimetrias de poder geracionais que se manifestam no acesso limitado às estruturas institucionais, tradicionais e legitimadas de participação, hierarquizando as possibilidades de inserção de diferentes atores no cenário público-político (Minayo & Boghossian, 2009). Interessam-nos as discussões existentes em torno do Hip Hop enquanto espaço/meio de participação das juventudes e nos perguntamos em que medida a ação através dele pode contribuir para subversões políticas (Hooks, 2008). Temos dialogado com os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento “A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras” desenvolvida no âmbito do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Nela buscamos verificar a existência de conexões entre bandeiras e concepções de democracia que perpassam as ações de jovens negras e as expressões e ações do Hip Hop por elas desenvolvidas. Temos tentando também identificar como a experiência de participação das jovens negras hip hoppers se situa na atual conjuntura de luta contra as desigualdades étnico-raciais e de gênero, estabelecendo rupturas e continuidades. Assim esperamos contribuir para as análises sobre os diferentes espaços e formatos através dos quais a ação política feminista negra pode emergir.

Palavras-chave: participação, hip hop, feminismo negro, juventude, ação política.

Código: K2.45

Situação: Concluído

Participação Política como Saúde ao Professor

Cristina Miyuki Hashizume

crismiyu@hotmail.com

Este trabalho tem como tema central as relações entre engajamento (político) no trabalho e a saúde dos professores numa instituição de ensino pública. A partir do presente estudo objetivamos relacionar o engajamento e a ação no trabalho com a saúde do professor-trabalhador situado no contexto de exigências da vida moderna. Justificativa: Refletir e pesquisar sobre a saúde de docentes trata-se de uma questão de suma importância no atual

cenário educacional. A realidade educacional demanda intervenção rapidamente, tendo em vista o grau de adoecimento e desmotivação do quadro de docentes, principalmente em instituições públicas. O presente estudo promove compreensão acerca da relação que se estabelece entre saúde e engajamento em questões do trabalho em educação pública, que envolve atividades que extrapolam o dar aula. A docência será integralmente vivenciada pelo professor se ele estiver politizado a ponto de lhe permitir dar vazão a suas ideias e sugestões de melhora ao trabalho. Metodologia: esse estudo apresenta-se como uma pesquisa qualitativa. Propomo-nos a analisar depoimentos anônimos coletados e já transcritos pela autora em 2002, por ocasião de uma pesquisa na área, com professores de uma universidade pública. Paralelamente ao trabalho empírico realizamos o levantamento bibliográfico mais aprofundado de literatura recente desenvolvida na área, de forma a teorizar sobre a análise dos resultados. Centraremos as análises nas interferências institucionais de relações de poder e inserida num contexto político maior. As abordagens dejouriana/ foucaultiana e da Saúde Coletiva oferecem-se como suporte de interlocução com os dados. Resultados: A contextualização histórico-política do povo brasileiro de não engajamento em causas políticas deve ser entendida como influenciadora da prática profissional, prejudicando possibilidades de diálogo. O contexto docente, marcado pela burocratização e pelo afastamento físico dos docentes, aliados à exigência da produtividade individual, tornam difícil o espaço para discussões coletivas que visem ao interesse geral da categoria de docentes.

Código: K2.107

Situação: Concluído

Participação Comunitária na Promoção da Segurança Humana por Meio de Ações de Incidência Política

Maria Adelina França

adelina-franca@uol.com.br

Em outubro de 2008, iniciou-se o Projeto Segurança Humana (iniciativa ONU), e com ele a formação para incidência política na Comunidade de Itaquera. O exercício do direito político é uma das formas de fortalecimento comunitário, segundo os pressupostos de Segurança Humana por Amartya Sen. As atividades desenvolvidas foram (1) formação nas temáticas: gênero, raça/etnia e juventude e (2) oficinas de Mediação de Conflitos. Na seqüência: (3) reuniões junto às áreas governamentais parceiras do projeto: saúde, educação e assistência para aproximar Comunidade e Poder Público, colher e aprofundar a percepção dos problemas identificados pela Comunidade e aquisição de repertório de ações, de forma a estimular seu protagonismo. Como resultado, também foi possível perceber estratégias de desmobilização política utilizadas pelo Poder Público; a saber: burocratização dos processos, fragmentação das áreas, falta de receptividade e violência institucional. “[...] o Estado tende a escapar da sociedade e aninhar-se em esfera própria, em sentido pejorativo, voltando-se facilmente contra a sociedade.” (Demo, 1989: 74) Foram também realizados (4) estudos sobre Políticas Públicas vigentes no País nas temáticas trabalhadas, e oferecidas (5) Oficinas de Políticas Públicas . A seguir foi realizado (6) Diagnóstico Comunitário Participativo , com a participação do poder público inclusive, para levantar problemas da região e propor soluções concretas que poderiam tornar-se políticas públicas, em processo de elaboração de políticas “de baixo para cima”, pavimentando o caminho para uma democracia participativa. O documento produzido, (7) Carta de Recomendações da Comunidade de Itaquera, foi entregue oficialmente à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores em 1º de junho de 2011 e obteve a aceitação e compromisso de dois vereadores – em ligação suprapartidária – de transformar três das recomendações propostas em projetos de lei. [...] A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos (Bandeira, 199: 11, 12).

Código: K2.121

Situação: Em andamento

Protagonismo gemí Ono os movimentos de moradia

Eliete Edwiges Barbosa

elieteedwiges@usp.br

Este tea algo discute o papel das lideranças femeninas nos movimientos socias de habitacao popular em periferias metropolitanas e a memoria política incorporada a partir destas experiencias. Durante vivencias em tea albos dirigidos a subhabitacao e conjuntos populares habitacionais observamos mudanzas ãa composicao familiar. E notoria a situacao de mulheres como chefs de familia e o quanto a morados e significativa para a protecao de seu núcleo familiar. Un dos aspectos particulares desta realidades que consideramos importante abordar e o protagonismo feminino negro anida que no conjunto da sociedade vigore una ideología machista e racista. O protagonismo feminino negro observa-se empíricamente com a prsenca mías marcan celas em reunioes de moradia, particioacao em ONGs colgadas para esta temática, bem como na participacao em projetos de habitacao popular.

Participacao política femenina - mulleres negras e acao política- memoria colectiva e movimientos socias

Código: K2.128

Situação: Em andamento

Infância, Adolescência e Abrigamento: sentidos e conteúdos na produção bibliográfica

Berenice Marie Ballande Romanelli

berenice@romanelli.net

O objetivo deste trabalho consistiu na realização de uma pesquisa documental sobre produções acadêmicas abordando a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade e as formas de acolhimento familiar ou institucional. Foi realizado um levantamento bibliográfico em três periódicos: “Estudos de Psicologia”, “Psicologia e Sociedade” e “Cadernos de Saúde Pública”, totalizando 32 artigos, que foram posteriormente agrupados segundo a temática em comum. As categorias advindas da classificação foram: Acolhimento; Problemas enfrentados pela população infanto-juvenil; Juventude; Políticas públicas para infância e juventude; e Psicologia e questões sociais. Os artigos classificados sob o tema “Acolhimento” tratam das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, os significados elaborados e as vivências relativas ao processo de institucionalização e ao processo de reinserção familiar. A categoria “Problemas enfrentados pela população infanto-juvenil” integra artigos que tratam das dificuldades enfrentadas e vividas por esta população, como a violência em suas diversas facetas, a visão dos jovens sobre estes problemas e as maneiras de enfrentá-los, os significados do cotidiano e a compreensão que têm do papel da família. “Juventude” envolve artigos sobre questões gerais vividas por esta faixa de desenvolvimento: futuro e projetos de vida, escolarização, família e trabalho, redes de apoio, ideais e figuras de identificação. A categoria “Políticas públicas para infância e juventude” aborda o atendimento à infância e juventude expressas nas políticas públicas, considerando políticas de proteção social e de acesso à saúde e educação, voltadas para a equidade. A temática “Psicologia e questões sociais” trata dos artigos sobre as concepções e as práticas do campo da psicologia voltadas para populações pobres, os espaços de subjetividade, os espaços de escuta no sistema judiciário, o sofrimento gerado pela desigualdade social e as necessidades de transformações apontadas para a área da psicologia. As políticas para infância e juventude têm como norte a diminuição das desigualdades e a busca da equidade. No entanto, parecem insuficientes ou falham em sua missão, como pode ser percebido nos artigos que tratam dos problemas enfrentados pela população infanto-juvenil. Além dos problemas

relativos às políticas públicas, é importante abordar também as dificuldades enfrentadas pela área da psicologia na promoção de espaços de subjetividade e de real transformação da população. Soma-se também a necessidade de formação de pessoas que trabalham com esta população, aproximando o campo de estudo da intervenção.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes institucionalizados. Abrigo. Institucionalização. Jovens marginalizados

L. Direitos, Cidadania e Democratização

Comunicação Coordenada

Código: L2.50

Situação: Concluído

A Redução de Danos: possibilidades e rupturas, rumo à cidadania

Naiara Cristiane da Silva

naiarasilva2004@yahoo.com.br

Torna-se objetivo central desse estudo, discutir acerca das políticas de Redução de Danos compreendendo o caráter sócio-histórico-cultural que circunda tal política e suas complexidades. Redução de Danos se refere às políticas, programas e práticas que visam primeiramente reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo, levando em consideração a escolha dos sujeitos de usarem ou não drogas. Ela foca na identificação de possíveis consequências advindas do uso de drogas, na construção de intervenções apropriadas de redução de danos que devem levar em conta fatores que podem tornar as pessoas que usam drogas ainda mais vulneráveis, como idade, gênero e presença no cárcere.

Em nossa sociedade, o usuário de drogas ou a categoria drogado, compreende uma acusação médica e moral na qual o aspecto de doença é dado de antemão, essa noção orienta as práticas e modelos de tratamento. Esse é um estudo de orientação qualitativa e sua metodologia se deu através de análise de estudos teóricos acerca da temática. Através desse estudo tecemos importantes considerações, dentre as quais as reflexões dos processos históricos que circundam a Redução de Danos e sua possibilidade de pensarmos em uma sociedade que respeita a decisão de seus cidadãos, ponto de extrema importância. Discute-se também a construção social da realidade acerca dos usuários de drogas e as formas tradicionais de tratamento a dependência química que enfatizem o tratamento moral e a abstinência, totalmente estigmatizantes. Nota-se e discute-se que a Redução de Danos é possibilidade eminente de rupturas com as formas estigmatizantes de lidar com o universo das drogas e dos usuários, havendo, sobretudo, a possibilidade de exercício da cidadania através de escolhas pautadas nas decisões dos sujeitos e não através de imposições e manipulações construídas socialmente.

Palavras-chave: Redução de Danos, Políticas, cidadania, dependente químico, estigma

Código: L2.71

Situação: Concluído

A Conceituação de Exclusão Social na Atualidade

Ellen Ricarte Dauerbach

ellenricarte@yahoo.com.br

Semíramis Costa Chicarelli

schica@usp.br

Este trabalho propõe uma investigação de revisão bibliográfica de estudos nos bancos de dados da USP e da PUC-SP acerca da conceituação da exclusão social na contemporaneidade, partindo de alguns referenciais teóricos que discutem a temática em

Psicologia Social, como Silvia Lane, Bader Sawaia, Sylvia Leser de Mello, Gonçalves Filho, entre outros autores, e de conceitos que permeiam a discussão na literatura desta condição, tal como as noções de inclusão perversa, humilhação social, invisibilidade social, ideologia, alienação, pobreza política e vulnerabilidade social, que se caracterizam como ferramentas de manutenção desta condição. Desta fora, este estudo busca uma melhor compreensão acerca de como o fenômeno é abordado e como está problematizado nas produções acadêmicas dos últimos anos.

Palavras-chaves: exclusão/ inclusão social; vulnerabilidade social; direitos fundamentais; cidadania, participação política.

Pôster

Código: L3.165

Situação: Em andamento

A Juventude no MST: Uma análise sobre os jovens do meio rural

Carla Tatiane Guindani

carlatatiane81@gmail.com

Um dos grandes problemas que o Brasil ainda não resolveu foi à democratização de sua estrutura fundiária. Neste contexto surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem como principais bandeiras de lutas a Reforma Agrária e a transformação social. Um dos desafios deste movimento é compreender o que motiva os jovens Sem Terra a migrar para as cidades, considerando a influência que as políticas neoliberais, a mídia, a escola e a família exercem sobre essa decisão.

Entender quais são os anseios dos jovens que vivem no meio rural tornou-se uma necessidade do MST. As dificuldades de acesso à escola e ao trabalho remunerado revelam

alguns indícios dos motivos pelos quais estes jovens deixam os assentamentos e migram para as cidades. Neste sentido, a academia, em conjunto com os movimentos sociais do campo podem apontar alternativas para essa situação.

O objetivo desta pesquisa é Identificar os motivos que levam os jovens do meio rural a migrar para as cidades.

O estudo será desenvolvido a partir de análises bibliográficas e coletas documentais que abordam o tema da juventude no meio rural.

Ainda que este estudo esteja em andamento, é possível afirmar que somente um novo modelo de desenvolvimento agrário, que garanta o acesso à educação, moradia, trabalho saúde, cultura e lazer, motivarão a permanência dos jovens no meio rural.

M. Religião e Política

Mesa Redonda

Código: M1.138

Situação: Concluído

Religião e Política: a inserção de atores religiosos na esfera pública

Coordenadora: Bruna Suruagy do Amaral Dantas

brunasuruagy@gmail.com

O primeiro trabalho discute como as ações coletivas por ideais de igualdade de direitos dos membros das pequenas igrejas da dissidência religiosa inglesa (movimento popular protestante do século XVII) conseguiram mudanças nos direitos civis que resultaram no

amadurecimento da democracia pluripartidária ocidental. O segundo trabalho pretende descrever as estratégias eleitorais de algumas igrejas pentecostais e neopentecostais, examinar as formas de atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal e analisar as ideologias político-religiosas de seus integrantes. Para tanto, foram realizadas 42 entrevistas semi-estruturadas com deputados federais, suplentes, assessores, ex-parlamentares e deputados distritais. O terceiro trabalho procurou conhecer as representações sociais do pecado segundo grupo étnico relacionando estas representações à dialética maioria-minoria do ponto de vista psicopolítico. Para tanto, utilizou-se um questionário composto por uma questão de evocação livre para a palavra indutora „pecado“ e um bloco de dados pessoais. Participaram da pesquisa 223 estudantes de Ensino Médio da cidade do Rio de Janeiro que se autodefiniram como Negros, Morenos e Brancos.

Palavras-chave: religião, política, democracia, bancada evangélica, ideologia, dialética maioria-minoria

Religião e Desenvolvimento da Democracia Ocidental

Enock Pessoa

Este trabalho discute como as ações coletivas por ideais de igualdade de direitos dos membros das pequenas igrejas da dissidência religiosa inglesa (movimento popular protestante do século XVII) conseguiram mudanças nos direitos civis que resultaram no amadurecimento da democracia pluripartidária ocidental. A ideia de separação entre igreja e governo fortaleceu o conceito de estado democrático laico. No Brasil, somente após a República surge a possibilidade de liberdade religiosa. Atualmente, a diversidade de crenças permite o exercício da tolerância e o equilíbrio de forças entre estado e sociedade. Entretanto, tal liberdade deve vir acompanhada do aprendizado de uma consciência social.

Palavras-chave: Religião e Política, Movimento não-conformista, Democracia, Direitos civis.

Ideologias Político-Religiosas da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal

Nas últimas décadas, líderes e congregações pentecostais lançaram candidaturas por meio de diferentes partidos, investiram nas eleições e converteram as igrejas em redutos eleitorais para assegurar o ingresso de evangélicos nas esferas legislativas e executivas em nível municipal, estadual e federal. Ao estabelecerem-se no poder, diferentes denominações pentecostais adquiriram notoriedade política e prestígio social. Os evangélicos surgem como nova força política, sendo cotejados e assediados por partidos e candidatos. Ampliou-se a quantidade de parlamentares provenientes das mais diversas confissões pentecostais bem como a participação política dos fiéis nas campanhas eleitorais. Tendo em vista a considerável presença dos crentes no campo político nacional, o presente trabalho pretende descrever as estratégias eleitorais de algumas igrejas pentecostais e neopentecostais, examinar as formas de atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal e analisar as ideologias político-religiosas de seus integrantes. Para tanto, foram realizadas 42 entrevistas semi-estruturadas com deputados federais, suplentes, assessores, ex-parlamentares e deputados distritais. A análise dos dados revelou que “a bancada evangélica” apresenta múltiplos discursos, ações e ideologias, que criam obstáculo à articulação política de seus membros e ameaçam sua existência. Desse modo, para ocultar sua fragilidade, busca-se negar a heterogeneidade de seus sistemas ideológicos, afirmar a unidade de seus integrantes e difundir uma pseudo-coesão. O mito da uniformidade e da integração é utilizado em nome da construção de uma identidade sócio-política.

Palavras-chave: religião, política, deputados evangélicos, ideologia, participação política,

Conteúdos Psicopolíticos das Representações Sociais do Pecado Segundo Grupo Étnico na Dialética Maioria-Minoria

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha

Nosso objetivo foi conhecer as representações sociais do pecado segundo grupo étnico relacionando estas representações à dialética maioria-minoria do ponto de vista psicopolítico. Para tanto, utilizamos um questionário composto por uma questão de evocação livre para a palavra indutora „pecado“ e um bloco de dados pessoais. Participaram da pesquisa 223 estudantes de Ensino Médio da cidade do Rio de Janeiro que se autodefiniram como Negros, Morenos e Brancos. Os dados foram analisados utilizando análise de conteúdo. Os grupos étnicos convergiram em temas que parecem afirmar aspectos voltados para um bom relacionamento social geral entre indivíduos/grupos, de modo a não evidenciar conflitos e diferenças, tratando o objeto de representação em questão, o pecado, de modo relacional, superficial e compartilhado no dia-a-dia por todos („condutas interpessoais“, „aspectos religiosos gerais“ e „sem auto-controle individual/social geral“). Essa tendência de pensar a vida social, reduzindo-a a relações interpessoais, nos remete a uma busca que se aproxima ao projeto do „homem cordial“ de Buarque de Holanda. Algumas díades grupais étnicas convergiram, como os Negros e os Morenos, no tema „crimes comuns/legislados“. Procurando as causas psicossociais/políticas para esses fatos, podemos dizer que os grupos pertencentes a outras culturas não-brancas, em sociedades dominadas por brancos-cristãos, vivem como que intimidados moralmente. Mesmo que os não-brancos vivam dentro da lei, paira sobre eles uma ameaça tácita ou explícita de acusação de crime ou erro, inclusive quando alguns „denunciam“ suas dificuldades materiais e simbólicas, que resultam em exposição dos seus „fracassos“ e „infortúnios“, as quais consideramos como sendo mais sociais e políticas, do que econômicas. Aparentemente, os Negros e os Morenos querem manter a condição de minoria, não no sentido negativo costumeiramente veiculado, mas no sentido de que todos os grupos são particulares. Trata-se de um projeto historicamente definido como multiculturalismo, que é diferente da proposta mais comum no Brasil, a de um „caldeirão“ que elimina e hierarquiza particularidades. Os Morenos e os Brancos convergiram no tema „desvio a normas/regras desfavorável“. Esta convergência indica que os Morenos parecem se aliar aos Brancos para que possam realizar o controle social. Este tema nos ajuda a montar o quadro, em que Brancos e Morenos parecem estar vigiando os demais grupos nas

suas condutas mais cotidianas, ainda que não se interessem pelos motivos para a ação, apontando para os demais que seus atos têm consequências e que estas devem ser levadas em consideração, a fim de evitá-los. Os Morenos ocupam um lugar intermediário na sociedade e ora se identificam com os projetos dos Brancos ora com as reivindicações dos Negros. Os Brancos representaram o pecado com os temas „condutas morais gerais“ e „aspectos socioculturais gerais“. Esta representação dos Brancos aponta para seu projeto de valorização de um ambiente interpessoal, sem conflitos e aparentemente inclusivo, que serve para escamotear a referência do próprio grupo como modelo para a sociedade e representante das normas.

Palavras-chave: Representação Social; Pecado; Dialética maioria-minoria; Grupo étnico; Norma social.

Comunicação Coordenada

Código: M2.38

Situação: Concluído

O Papel do Político-Religioso na Formação da Ideologia Política do MST

Nadir Lara Junior

nadir@unisin.br

Consideramos como partida para esse trabalho os dados levantados em nossas pesquisas anteriores, especialmente, aquelas realizadas no mestrado e doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nessas investigações percebemos que a mística do MST está na interface entre a religião institucionalizada, religiosidade popular e a política e com isso constatamos, a partir da mística, que as práticas coletivas desse movimento estão permeadas de elementos religiosos que estruturam sua identidade coletiva. Nesse estudo

iremos ampliar a discussão sobre o papel do político-religioso na formação da ideologia política do MST para demonstrar a importância de se considerar os elementos religiosos no estudo de movimentos sociais no Brasil, pois como diz Martin-Baró: optar por uma religião na América Latina é fazer uma opção política. Nesse sentido, destacamos que o MST para se constituir como movimento social se usou basicamente de conteúdos discursivos vindos da política, religiosidade popular e religião para convocar seus participantes a construir o movimento e assim delimitar fronteiras políticas necessárias para sua constituição. Dessa maneira, podemos constatar que o movimento constrói sua ideologia política de acordo com seus referenciais históricos, políticos, culturais e religiosos que se apresentam no cotidiano do povo brasileiro e que são articulados no movimento de maneira sincrética.

Palavras-chave: política, marxismo, religião, teologias, religiosidade popular

Código: M2.151

Situação: Em andamento

Participação de Jovens Pobres Pentecostais

Geíse Pinheiro Pinto

geise.ppinto@gmail.com

Este trabalho pretende analisar a participação de jovens moradores de favela que têm na religião evangélica (pentecostal) um dos principais espaços de sociabilidade, buscando compreender as possibilidades e limites deste espaço enquanto local de participação deste grupo. Buscamos explorar as imbricações entre participação política e pertencimento religioso levantando as diferentes maneiras como estes jovens enfrentam seus problemas cotidianos. Assim, algumas questões são norteadoras desse trabalho: Por meio de quais discursos as instituições e/ou grupos religiosos adquirirem credibilidade junto aos jovens, principalmente os jovens pobres e, se e como esse pertencimento religioso pode funcionar como produtor e/ou limitador de engajamento político juvenil. Dentro do contexto das religiões pentecostais o problema a ser enfrentado diz respeito a concepção da teologia da prosperidade tão marcada

por um discurso individualista e meritocrático. Pensar nesta saída nos remete a problematização sobre as resistências que os jovens pobres têm topado se envolver, no intuito de se proteger de uma opressão, que de outra maneira não seria suportável, no entanto, limita-se a construção de identidades defensivas buscando reverter valores negativos que recaem sobre eles. A participação na igreja possibilita a construção de redes de apoio e de estima social, mas, centrada em uma saída individualista do problema que é social. A metodologia realizada foi a etnografia e realizamos a observação participante; entrevistas e o diário de campo. Identificou-se, em resultados preliminares, que os jovens estudados buscam formas de resistir a lugares “naturais” de violência e delinquência atribuídas a eles. A relação do tráfico de drogas e da violência é um fator importante presente na relação com a participação de jovens nas igrejas evangélicas, alguns jovens transitam entre o estar na igreja e a participação no movimento do tráfico, o que merece ser estudado. Esses dados podem contribuir para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil.

Palavras chaves: juventude, participação, pobreza, religião, pentecostalismo

Pôster

Código: M3.136

Situação: Em andamento

Comportamento Político Partidário, Processo de Decisão de Voto dos Membros da Igreja Congregação Cristã no Brasil

Maicon Marçal Catarino

maicon@criacion.com.br

Nos dados do ibope em 2000, cerca de 26 milhões de brasileiros, se declararam como pertencendo à religião evangélica, um crescimento de 14,6%.

Este crescimento espantoso também é sentido na arena política nacional com o aumento da participação evangélica entre os legisladores e candidatos.

As igrejas evangélicas no Brasil são bastante diversas em suas denominações, estudos mostram que mesmo entre as chamadas pentecostais (IURD, Assembleia de Deus entre outras), não é possível afirmar haver homogeneidade política e ideológica, sendo esse o motivo para abertura a participação política de seus membros na vida política partidária em busca de espaço na arena política e seus benefícios institucionais.

Porém neste novo cenário há uma igreja que anda na contramão de suas concorrentes, a Congregação Cristã no Brasil mantém a regra que seus membros, não podem ser candidatos políticos e que nos cultos não se pode fazer propaganda.

Estatutariamente a única orientação política repassada aos seus fiéis é que cada um é livre e deve cumprir a determinação da lei do voto. Todavia não se deve votar em partido que negue a existência de Deus e a sua moral.

Estes fatos demonstram que a CCB fica alheia a certas dinâmicas religiosas, culturais e sociais que atingiram praticamente todos os outros grupos religiosos puxados por outros grupos pentecostais.

Ricardo Mariano atesta em 1999 um modo *sui generis*, sectário e pouco suscetível a influências externa à CCB, que à época apresentava poucas alterações comportamentais desde sua fundação. Estudos mais recentes apontam para um pluralismo dentro da CCB com indícios de ruptura com a teoria e os ensinamentos em relação ao comportamento cotidiano e aos meios de comunicação, porém o culto, regras estatutárias, e os ensinamentos doutrinários continuam sem mudança.

É intrigante pensar como pode ser conflituoso o processo de decisão de voto do indivíduo que faz parte de um grupo social ao qual tem suas vidas reguladas por definições morais e éticas, crenças e manipulações com doutrinas e normas tão rígidas, ao mesmo tempo ter que participar do cotidiano externo, a outro comportamento social e tomar decisões que são praticamente ignoradas pelo seu grupo de origem.